

Diário do Legislativo de 14/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 3ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Internacional da Mulher

1.3 - 11ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 12ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 12/3/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

José Henrique - Weliton Prado - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - André Quintão - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Doutor Rinaldo - Getúlio Neiva - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Padre João - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Tenente Lúcio - Walter Tosta - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h12min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 17/3/2009.).

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Assinatura de deliberação da Mesa da Assembleia - Palavras da Secretária Elbe Brandão - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça; Homenagem póstuma; Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Deputada Rosângela Reis - Palavras do Deputado Fahim Sawan - Palavras da Sra. Selmita Gomes Ferreira - Apresentação artística - Entrega de placas - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Domingos Sávio - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Rosângela Reis - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Deputada Federal Jô Moraes; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, representando o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; Vereadora Elaine Matozinhos, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vereadora Luzia Ferreira; Maria do Carmo Lara, Prefeita Municipal de Betim; Edméa Moreira Machado, Prefeita Municipal de São João Nepomuceno; o Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar; e as Exmas. Sras. Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, co-autoras do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença das Exmas. Sras. Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Virgília Rosa, Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres; Beth Pimenta, empresária, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; do Exmo. Sr. Flávio Leroy, Prefeito de Esmeraldas; das Exmas. Sras. Dos Anjos Pereira Brandão, Presidente da Associação das Profissionais do Sexo; Celeste Alcântara Mayrink, Presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Clóvis Salgado; Maria da Glória Santos, Coordenadora-Geral do Ministério das Comunicações; Sílvia Helena Rocha Rabelo, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; Guaraciaba Gomes Martins Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Timóteo; Gláucia Helena, Coordenadora da Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura de Contagem; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora dos Direitos da Mulher, da Prefeitura de Belo Horizonte; dos Exmos. Srs. Deputado Federal Jairo Ataíde, ex-Deputado desta Casa e ex-Prefeito de Montes Claros; *Deputado Gustavo Corrêa, Secretário de Esportes e da Juventude; das Exmas. Sras. Niny Pinheiro Bolivar Moreira, Vice-Presidente da Federação Internacional da Advogada*; Ana Cláudia Silva Alexandre, membro do Conselho Superior da Defensoria Pública; dos Exmos. Srs. Glauco David de Oliveira Souza, membro do Conselho Superior da Defensoria Pública; Alexander Fonseca, membro do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública - Nudem -; e das Exmas. Sras. Júnia Roman, membro do Nudem; Cândida Gonçalves, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Seplag; Regina Mendes, Coordenadora do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Assessora da Assprom; Adriana Barbosa, Assessora do Núcleo de Igualdade de Oportunidades da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, representando a Comissão de Gênero; Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada de Polícia, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher, do Idoso e do Deficiente; Cleonice Liboreiro, Presidente da Sociedade Mineira de Aleitamento Materno; Sirley Soalheiro, Presidente Estadual da Ação da Mulher Trabalhista - AMT - e do PDT de Minas Gerais e Secretária-Geral da AMT Nacional; Irmã Zilá, da Congregação das Irmãs Sacramentinas; Maria Lúcia, Presidente do Conselho de Mulheres de Ribeirão das Neves; Cel. Luciene Magalhães de Albuquerque, Subchefe do Estado-Maior; Maj. Magaly Maria Cabral, do Centro de Referência e Tratamento de Aids; Irmã Bete, da Congregação Irmãzinhas da Assunção; e Geralda Vieira, Coordenadora dos Direitos Humanos de Betim.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Luís Aguiar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmas. Sras. Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do São Mateus e do Norte de Minas, representando, nesta solenidade, o Exmo. Sr. Aécio Neves, Governador do Estado; Deputada Federal Jô Moraes, ex-parlamentar desta Casa; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, representando o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; Vereadora Elaine Matozinhos, também ex-parlamentar integrante desta Assembleia, representando a Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim; Edméa Moreira, Prefeita de São João Nepomuceno;

ilustres parlamentares que compõem a bancada feminina desta Casa, Deputadas Estaduais Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; demais autoridades já nominadas; ilustres Deputados e Deputadas; minhas senhoras, o nosso agradecimento especial pela presença expressiva das mulheres.

O Dia Internacional da Mulher é uma data de celebração das vitórias alcançadas pelo gênero feminino e também um momento oportuno de reflexão sobre os muitos desafios a serem ainda superados pelas mulheres. Nesta oportunidade, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais traz à discussão um tema de extrema importância, escolhido pelas ilustres Deputadas deste Parlamento, o chamado enfrentamento da feminização da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, as DSTs.

O direito integral à saúde, previsto na Constituição da República de 1988, garante o acesso universal e equânime às ações e aos serviços de prevenção e tratamento.

Na prática, contudo, essa garantia fundamental ainda não é plena. Prova disso são os dados do Ministério da Saúde, que mostram o aumento do número de casos de HIV na população feminina brasileira: entre 1996 e 2005, o número de mulheres infectadas cresceu 44%. Em Minas Gerais, as estatísticas também são inquietantes: do ano de 2003 a junho de 2008, as mulheres somaram 67% do total de novos casos diagnosticados no Estado.

No âmago da feminização da aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis está a compreensão dos elementos culturais e socioeconômicos que geram a desigualdade entre homens e mulheres. Essa desigualdade causa não apenas o crescimento da epidemia no gênero feminino, como também a estigmatização das mulheres vítimas de DSTs.

Atenta a essa questão, a Assembleia Legislativa está criando a comissão extraordinária de políticas públicas de enfrentamento à aids, às DSTs, ao alcoolismo, às drogas e aos entorpecentes - aliás, a cargo do ilustre Deputado Fahim Sawan a Presidência -, destinada a promover estudos e a propor ações para minimizar os problemas relativos a esses temas.

A situação nos leva a refletir sobre a necessidade de aprofundamento nas políticas públicas, das variáveis vinculadas à desigualdade de gênero. Podemos citar entre essas variáveis a violência doméstica e sexual contra as mulheres, suas dificuldades de empregabilidade e de acesso à educação e à saúde, a prevalência de padrões culturais prejudiciais a elas e as peculiaridades femininas relativas à prevenção e ao tratamento de DSTs.

Em Minas, o PPAG de 2008 a 2011, aprovado por esta Casa em 2007, traz o Programa de Atenção à Saúde, que tem como uma de suas finalidades desenvolver e intensificar as ações de prevenção, diagnóstico e assistência aos portadores de DSTs. As ações realizadas em nosso Estado ratificam o fato de a saúde ser mais do que uma política social imprescindível: é também parte da estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais.

Com efeito, para incentivarmos o fortalecimento das políticas de equalização de gênero, devemos também comemorar os avanços já alcançados. Por isso, esta Casa presta hoje uma homenagem a personalidades femininas que se destacaram na luta pela efetivação de políticas públicas para as mulheres no Estado. Nossas homenageadas foram indicadas pela atuante bancada feminina desta Assembleia, sempre comprometida com a formulação e implementação de políticas que visem à atenção integral à saúde de todos os cidadãos e ao preenchimento de lacunas na proteção à saúde da mulher.

Congratulamos com as 14 homenageadas e as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça, Maria Tereza Lara, Rosângela Reis e Elbe Brandão, atualmente licenciada para ocupar o cargo de Secretária de Estado. Elas cumprem com empenho e maestria a difícil tarefa de representar o povo e, em particular, as mulheres neste Parlamento. Estendemos as congratulações às Sras. Virgília Rosa, Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres, Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, e às palestrantes desta tarde, Selmita Gomes Ferreira, da Coordenadoria Estadual do Programa DST-Aids de Minas Gerais, e Carmen Teresinha Mazzilli, coordenadora do Programa Municipal DST-Aids de Belo Horizonte; e todas as mulheres aqui presentes.

Fazemos também uma homenagem especial à Dra. Umbelina Lopes, Defensora Pública, que se destacou como incansável protetora das mulheres vítimas de violência. Lamentavelmente, faleceu no último dia 2. Destacamos, ainda, a Dra. Orcanda Patrús, viúva de Agostinho Patrús, Ex-Presidente desta Casa, e mãe do nosso companheiro Agostinho Patrús Filho, que responde pela Secretaria de Desenvolvimento Social; ela faleceu hoje, o que lamentamos profundamente. Médica atuante e inteiramente comprometida com sua profissão, foi a primeira professora catedrática da Faculdade de Medicina da UFMG e a primeira mulher a presidir a Sociedade Brasileira de Dermatologia, entre outras funções relevantes na sua carreira.

Não posso concluir minhas considerações sem trazer à baila algumas reflexões e constatações para que, ao elegermos um tema, não fique à margem a evidência de que, apesar das conquistas, ainda estamos distantes do cumprimento do ditame constitucional da igualdade de oportunidade dos gêneros. Assim, cabe primeiro enfatizar, com desalento, a rarefeita presença da mulher na vida parlamentar e política, em todos os níveis de atuação. A mulher é maioria da população, mas sua mitigada presença no cenário da vida pública deixa uma grande lacuna, em razão das qualidades e dos dotes intrínsecos ao gênero feminino, e somente a ele. Isso representa uma grande perda para a nobre atividade humana do exercício da pólis. Outra constatação, esta auspiciosa e cada vez mais expressiva: a presença da mulher no mercado de trabalho, nas profissões liberais, nos segmentos empresariais, no mundo acadêmico, nas funções públicas, nas artes e manifestações culturais, nas entidades representativas da sociedade civil organizada, nas classes trabalhadoras e suas entidades representativas, no nobre trabalho benemérito e voluntário e na vida social. Contudo, isso se dá, a nosso ver, principalmente pela determinação, pela capacidade de luta, pela tenacidade, pela qualificação e pelo esforço individual. Com coragem, as mulheres vêm batalhando pela realização de políticas públicas que lhes assegurem uma nova realidade. Que o Dia Internacional da Mulher não seja motivo apenas de clamores ou falácias, mas sim data de celebração de marcantes avanços e de comprovação da valorização do gênero feminino, depende tão-somente de cada um de nós e de todos nós: homens e mulheres. Para que o gesto do buquê de rosas ou do vaso de flores tenha intensidade, efetividade e inteireza de sentimentos, é imprescindível que nós, homens, sejamos co-atores e co-autores da substituição das palavras "preconceito" e "discriminação" por "respeito" e "admiração". Muito obrigado!

Assinatura de Deliberação da Mesa da Assembleia

O locutor - Neste momento, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, assinará a deliberação da Mesa que prorroga a licença-maternidade de 120 para 180 dias para as servidoras do Poder Legislativo.

- Procede-se à assinatura da deliberação da Mesa da Assembleia.

Palavras da Secretária Elbe Brandão

Boa-tarde a todos. Esta Casa vive novamente um momento que marcará a sua história - e, como se não bastasse, temos hoje o Presidente da

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, abrindo esta reunião. Há 16 anos, sou parceira desta Casa e, em que pese estar licenciada, jamais meus olhos se distanciam da atuação do Poder que efetivamente representa a democracia neste país.

Este não é um ato apenas simbólico, mas de efetivo respeito e admiração: a concessão do direito à ampliação da licença-maternidade. Com certeza, isso ecoará em todo o Brasil, em outras entidades e instâncias de poder. O nosso muito obrigado, o nosso reconhecimento e a nossa certeza de que o seu caminhar, o seu andar político suplanta este salão da nossa Casa, atinge todo o Estado por meio da TV Assembleia, que, a cada ano, ocupa mais espaço e cumpre o seu papel de fazer chegar até os mineiros o que acontece nesta Casa.

Contamos hoje com a presença masculina aqui - talvez seja o homem de alma feminina entre nós se consolidando por nossa Minas Gerais. Meu muito obrigada ao nosso Deputado, companheiro e amigo, Fábio Avelar, aqui presente; às mulheres que compõem a Mesa; à Carmem, que representa o Conselho Estadual da Mulher; às nossas colegas Deputadas aqui presentes; à Vereadora Elaine e a todos os que estão aqui para celebrar.

Há 14 anos, estou nesta Casa e vejo a evolução dos fatos. Peço licença às Deputadas, mas gostaria de caracterizar a evolução desse tempo homenageando Elaine Matozinhos, responsável pela criação da primeira Delegacia de Mulheres no Estado de Minas Gerais, em 1985. O Governador manifesta reconhecimento por seu papel no princípio dessa história. Homenageio também a nossa Deputada Jô Moraes, que, desde que me entendo por gente na política, sempre encontrei nos caminhos da defesa da mulher. Certamente vocês duas contaminaram muitas de nós, formaram muitas de nós. Vemos hoje não apenas o resultado de uma história, mas a sua repercussão. Mesmo de forma tardia, cumprem o papel de legitimar a presença da mulher, não somente como adereço ou beleza na sociedade, e não ficam atrás dos homens, mas ao lado deles, em busca de uma sociedade mais fraterna, humana e igual.

Esse não é apenas mais um desejo, é uma responsabilidade, principalmente diante da crise mundial que estamos vivendo, quando homens e mulheres perdem seus postos de trabalho. A Constituição de 1988 elimina o pátrio poder tirando das costas dos homens a responsabilidade de conduzirem sozinhos uma família e formarem a sociedade, o que passa a ser responsabilidade do homem e da mulher.

Fizemos 20 anos da Constituição. O que foi pensado e concebido no final da década de 80 avançou, mas ainda temos muito o que fazer. O Governador Aécio Neves envia a esta Casa uma mensagem mostrando alguns avanços. Reconhece, com muita humildade, que, a cada dia e a cada governo, se tivemos, no passado, quem fez; se estivermos tendo, no presente, quem faz; com certeza haveremos de ter, no futuro, quem fará. Ele reconhece o papel que você teve aqui, Elaine, em 1985.

É com muita satisfação que o governo de Minas inaugurou em janeiro deste ano o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se do primeiro presídio do País idealizado para abrigar detentas grávidas e seus bebês.

Viva a vida! Estamos discutindo a aids e doenças que matam. Mesmo que de forma embrionária, o governo está apontando um caminho de respeito. Se existem tantas mulheres cercadas por grades em razão do crime e da violência, a sociedade tem que se responsabilizar por isso na medida em que não houve consciência histórica para a diminuição das desigualdades.

É importante lembrarmos as Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher. Hoje já são 61 no Estado. Há que lembrar e parabenizar a bancada desta Casa, que tem feito um trabalho suprapartidário. Acredito que a bancada feminina merece não só os aplausos da sociedade, como também a demonstração efetiva de que se constroem e se fazem políticas públicas na medida em que largamos nosso jardim da vida pessoal para regarmos um jardim coletivo. Parte disso foi alcançado pela junção das mulheres que compõem a bancada feminina na Assembleia de Minas. Um desses resultados foi o empenho de uma comissão desta Casa, de trabalho, publicação e apoio à Lei Maria da Penha. De lá para cá, 13 mil casos já foram registrados e encaminhados à Justiça por mulheres que viviam não apenas excluídas como também invisíveis na sociedade.

Outro dado que devemos mencionar é que a Lei Maria da Penha, grande conquista das mulheres brasileiras, sancionada em agosto de 2006, tornou-se importante instrumento de combate à violência doméstica contra as mulheres, pois definiu tal crime como violação dos direitos humanos. Prevê medidas inéditas de proteção da mulher em situação de violência, que variam desde a saída do agressor do domicílio e proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos até o direito da mulher de reaver seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor, além de possibilitar a prisão em flagrante do agressor, bem como sua prisão preventiva. No primeiro ano da vigência foram instaurados 32.630 inquéritos policiais e 10.450 processos criminais; realizadas 864 prisões em flagrante e 77 preventivas e aplicadas 5 mil medidas protetoras de urgência. Nossa luta por essa causa teve resultados reais que são extremamente importantes nessa construção.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres - Cepam - foi criada em 2007, com o objetivo de desenvolver atividades, valorização e defesa dos direitos das mulheres. Temos o Fala Mulher, que foi lançado em outubro de 2008 e recebe denúncias de discriminação, maus-tratos, abuso sexual e outros crimes contra a mulher. A ligação é gratuita e permite o encaminhamento de denúncias anônimas. Ao longo de 2007, foram feitas apenas oito denúncias de violência contra a mulher. Em apenas dois meses de 2008, novembro e dezembro, o número de denúncias subiu para 38, o que representou um aumento de 500%. Por meio do Disque Direitos Humanos, o número de denúncias de maus-tratos contra a mulher, aumentou 1.000% de setembro para outubro de 2008. O crescimento é resultado de uma campanha veiculada nas emissoras de rádio de Minas Gerais, na última semana de outubro, incentivando denúncias pelo 0800-311119, Fala Mulher, Disque Direitos Humanos. De janeiro a setembro, antes da campanha, foram registradas 5 denúncias, apenas 1 em setembro; após a divulgação, foram 10.

Convênio com o Instituto Albam. Também em janeiro, o governo de Minas assinou um convênio com o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social para oferecer tratamento psicológico aos agressores de mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse caso, há que se falar que, quando a mulher pensa na política para a mulher, pensa em toda a sociedade. Esse é um ato não só de generosidade, mas de consciência de que não queremos os homens fora do nosso contexto, ao contrário, queremos homens sadios, conscientes de que juntos é que construiremos uma sociedade melhor.

Há o Caminhão da Saúde, cujo objetivo é melhorar o atendimento médico às mulheres carentes no Estado, equipado com aparelhos de última geração. A unidade vai percorrer todo o Estado oferecendo exames de mamografias, densitometria óssea, ultra-sonografia e eletrocardiograma. Em 2008, ele percorreu os Municípios de Carmo do Cajuru, Extrema e Belo Vale, beneficiando mais de 8 mil pessoas. Em média, foram 800 exames de Papanicolau e de mama em cada um dos Municípios atendidos. Na Região Metropolitana, 20 unidades produtivas estão em funcionamento, atendendo mulheres vítimas de violência.

É necessário destacar que Minas Gerais aderiu ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher em novembro de 2008, com o objetivo de ampliar as ações do Estado no combate à violência indefesa. Foram investidos pelo governo R\$11.000.000,00 nessa ação, e o governo federal investiu R\$55.000.000,00. Em Minas, não olhamos a origem do recurso público, pois ele pertence à sociedade brasileira. Há o entendimento de se ter uma ação republicana quando não só olhamos para o enfrentamento das questões da mulher mas para todo o tipo de ações necessárias à sua implementação. Entre essas e outras questões, o governo de Minas tem o grande foco no Conselho Estadual da Mulher, numa representação plural não só do governo, mas também da sociedade, que coordena todo um grupo de ações para que possamos enfrentar essa questão.

Gostaria de pedir licença, não só ao Presidente da Assembleia Legislativa, mas também a todos vocês, para dizer que, na difícil atribuição de representar o Governador de Minas nesta tarde, há um momento de nostalgia e saudade, pois é o dia em que, efetivamente, desde que estou licenciada para ocupar a Secretaria para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, atingimos 132 mil pessoas alfabetizadas naquela região, e a maioria é de mulheres.

Alcançamos também a queda da desnutrição naquela região, cujo índice, em três anos, caiu de 10% para 5%. Portanto, são vidas que entregamos à sociedade, e a mãe também é beneficiária dessa política em ampla parceria com o governo federal. Universalizamos a inclusão digital nas regiões mais carentes de Minas Gerais e, para surpresa, as mulheres de 40, 50 e 60 anos têm sido clientes dessa política. A cada dia, o artesanato ganha melhor dimensão. Trago também a alegria junto a diversos programas: o acesso de estradas; a energia na parceria com o governo federal; o saneamento para essas regiões mais carentes; a telefonia celular; a educação e a saúde com foco diferenciado para todos; e o desafio do desenvolvimento econômico. As diferenças estão diminuindo.

Se as regiões começam a tomar outro patamar, há de se reconhecer e parabenizar a Assembleia Legislativa por isso. Em nenhum momento - a Deputada Ana Maria Resende está contigo lá no sertão das Minas Gerais - não sofremos nenhum tipo de preconceito da parte rica de Minas Gerais, a que tem maior pujança econômica; pelo contrário, sempre recebemos solidariedade. E esse olhar nos leva adiante.

Por falar da saudade do Parlamento e da importância desta Casa na construção de uma sociedade, resalto que a Assembleia, gentilmente, todos os anos, concede-me o direito de indicar mulheres para serem homenageadas nesta Casa. Agradeço à bancada feminina essa deferência. Indicarei duas, ambas vindas do Norte de Minas.

A primeira homenageada é D. Deja. Infelizmente, ela não está presente aqui por se encontrar hospitalizada em Monte Azul, mas está-nos acompanhando pela TV Assembleia. Ela é uma senhora natural da comunidade de Pajeú, no Município de Monte Azul, onde, durante toda a sua infância e adolescência, plantava e colhia cana para a produção de rapadura. Casou-se com o Sr. Joaquim, que é chamado Joaquim da Deja. Eles têm dois filhos - Haroldo e Maria Regina -, quatro netos e uma bisneta. No dia 14 de agosto, D. Deja e Sr. Joaquim comemoram 60 anos de casados. Com vinte e poucos anos ela foi morar em Monte Azul, onde passou a auxiliar o marido em um comércio.

Em 1966, Sr. Joaquim ingressou na vida política. Ele é Prefeito, já no quarto mandato, com 80 anos. Ela, sempre firme ao lado dele, nunca se colando atrás, mas ao lado. Juntos - acredito que não há nenhum caso aqui em Minas Gerais -, eles têm 3 mil afilhados. Chegou ao ponto de a diocese da região não querer deixá-los ser padrinhos de mais ninguém. Eles conseguiram esse diferencial porque as pessoas os chamam para ser padrinhos de casamento ou de batismo. Ao longo dos seus 80 anos, o Sr. Joaquim é uma pessoa inquestionável. E ela, com seus 80 anos, está de pé e firme, sempre pronta. Tenho sempre um pensamento dela: "Ela sai de si para doar-se ao próximo". É uma unanimidade em toda a cidade. Gostaria da permissão do Presidente desta Casa para levar esta placa e entregá-la a D. Deja em Monte Azul.

Homenagear D. Deja é homenagear todas as mulheres que estão aqui, de cabelos brancos, firmes, lindas e maravilhosas, lutando por uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna.

A outra homenageada não tem 80 anos é uma mulher muito bonita, de olhos azuis, natural de Montes Claros: Cléia Márcia Rios Loyola, bacharel em Psicologia pela Fumec e pós-graduada em Contabilidade e Finanças pela Fundação João Pinheiro. Ao pensar em homenagear a Cléia, tive dois olhares: o primeiro, sobre a servidora pública de excelência que, há quase 30 anos, fez carreira na Secretaria de Fazenda. Muitas vezes, ao olharmos a Secretaria de Fazenda, temos um olhar ruim, porque é o olhar sobre quem arrecada, mas é preciso ver que essa arrecadação permite ao Estado o desdobramento da execução das políticas públicas, incluídas aí as políticas em homenagem à mulher.

Na sua pessoa, homenageio todas as servidoras públicas da Secretaria de Fazenda, enfim, todas as servidoras de Minas Gerais. Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, V. Exa. deve lembrar-se de Dra. Orcanda, enfim, de mulheres que fizeram história nesta Casa. A Dra. Orcanda instalou um novo momento quando o Deputado Agostinho Patrus foi Presidente desta Casa. Lembramos, ainda, o Cides, que promoveu trabalhos visando ao desenvolvimento de política pública, e o apoio fantástico desta Casa muito nos engrandeceu. A sociedade pergunta a todas nós, políticas: "Por que há tão poucas mulheres na vida pública? Por que as mulheres às vezes se inserem de forma ainda pouco representativa, ou seja, por que elas ocupam poucos cargos que as obrigam a viajar?". Aliás, na verdade, não somos obrigadas, isso faz parte da nossa vida. Portanto, temos de viajar, ficar um dia inteiro, vários dias e até semanas fora de casa.

Hoje, Cléia, ao homenageá-la, gostaria de homenagear também D. Sara, Teresa, Fátima, Daniela, Lili, mulheres que, junto a você, tiraram parte do coração para ajudar-me a criar a minha pequena Sara. Esta é uma grande homenagem. Peço à Sarinha que se levante, por favor. Quando a mamãe chegou a esta Casa, você estava na minha barriga. Tenho a certeza de que a Ana Maria, a Elaine, a Jô, a Cecília, a Gláucia e a Teresa, enfim, que todas nós temos segundas mães. Ai de nós se não tivéssemos as segundas mães, as segundas mulheres em nossa vida. Sabem por quê? Estamos aqui para lutar por um futuro melhor para os nossos filhos. Penso que isso é, na verdade, o que mais move a mulher no mundo, pois o único amor incondicional é o amor de mãe. Será que se não tivéssemos essas mulheres ao nosso lado teríamos filhos equilibrados, felizes? Às vezes ouvimos: "Mamãe, estou com saudades de você". No entanto, sabemos que há outra mãe com eles e que estaremos sempre à disposição. Até este momento, nunca me faltou ajuda. Peço a Deus que também não tenha faltado na vida das colegas Deputadas, mulheres que estão sempre ao nosso lado, sendo segundas mães para as nossas filhas. Peço isso não só para as mulheres que trabalham na política, mas também para as empresárias, para aquelas que precisam, todos os dias, sair de casa às 4 horas da manhã e voltar às 18 horas e para as que cuidam de nossos filhos, que também têm filhos que precisam ser cuidados.

Então, na sua pessoa, Cléia, gostaria de homenagear não só aquelas que estiveram ao meu lado propiciando-me trilhar a minha trajetória. Nesta Casa estou no quarto mandato consecutivo, dando o melhor de mim, construindo um pouco da história do Estado. Talvez eu represente um grão de areia diante do que a sociedade precisa. Estou firme na vida pública e sou uma incentivadora para que as mulheres, cada vez mais, ingressem na vida pública. Queira Deus um dia vejamos este Plenário meio a meio!

Sem vocês, eu não estaria feliz na minha caminhada, nem minha filha seguiria sua vida feliz, nem sempre aceitando, mas sempre compreendendo que estamos lutando por uma sociedade melhor.

Gostaria ainda de homenagear todas as servidoras de creches do Estado que cuidam dos filhos de mulheres que, por necessidade absoluta, precisam sair de casa para ganhar o pão de cada dia e, para tanto, deixam lá seus filhos.

Penso que já falei demais, meu tempo já se esgotou. Portanto, para terminar, lançarei mão de uma frase que ouvi na novela e que está sendo muito repetida nos últimos dias: "Na vida, temos dois cães que brigam muito dentro da gente: o cão do bem e o do mal". Uma pessoa perguntou: "Qual será o que vai ganhar dentro de nós?". Diante disso, a resposta foi: "aquele que for mais bem alimentado".

Parabéns, Assembleia Legislativa, por permanentemente alimentar o bem na vida das pessoas, por meio dos sonhos e da produção. Em cada uma de nós, que prevaleça o bem, em que pese, a cada dia, a sociedade levar-nos por caminhos de jardins nos quais reinam a vaidade, a falta de respeito e a intranquilidade. Não regaremos esses jardins; deixaremos florescer o do bem comum, o da justiça social e o da solidariedade permanente. Com certeza, mesmo estando nessa trilha, não haveremos de vê-los no futuro. Todavia nossa ação de hoje fará do nosso Brasil e do nosso planeta uma sociedade melhor. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Com a palavra, para seu pronunciamento, a Deputada Ana Maria Resende.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Boa-tarde a todos. Antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de trazer a todos a lembrança e a imagem da nossa Defensora Pública, Dra. Umbelina Lopes, que passou, ou melhor, que gastou sua vida a dar luz a muitas famílias, nas quais só existia escuridão. Ela, que nos abandonou tão cedo, com certeza, ao bater às portas do paraíso, foi recebida pelo próprio Senhor em razão de tanta bondade, de tanto bem que praticou na Terra.

Para que todos conheçamos um pouco da realidade triste vivida por tantas mulheres atualmente, fiz reproduzir DVDs, que gostaria de entregar às nossas homenageadas para que tomem conhecimento acerca de situações vivenciadas por nossas mulheres. Esperamos que elas os divulguem, ao visitarem cada espaço, a fim de serem continuadoras do trabalho de Dra. Umbelina Lopes. Desse modo, em breve poderemos viver em um mundo onde as relações familiares sejam mais solidárias e fraternas.

Gostaria também de homenagear, mesmo na sua ausência, o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, que nos fez uma bela surpresa ao assinar, nesta Casa, o projeto da bancada feminina, o qual passa de quatro para seis meses a licença-maternidade dentro do serviço público. Alberto Pinto Coelho, que já demonstrou, no ano passado, sensibilidade enorme ao fazer tramitar e votar a redistribuição do ICMS, agora nos dá esse presente.

Na semana passada, conversava com uma jornalista, que me perguntou se eu tinha esperança de ver esse projeto aprovado. Indagava se achava a aprovação possível. Na oportunidade, respondi a ela que o Presidente da Assembleia era sensível e humano e que eu apostava que, mais dia menos dia, teríamos a aprovação, nesta Casa, da licença-maternidade ampliada, que passaria de quatro para seis meses. Espero que Deus abençoe este nosso Presidente e que tenhamos, nesta Assembleia, sempre, pessoas humanas e sensíveis como ele.

Senhoras e senhores presentes a esta homenagem, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, minhas colegas Deputadas Federais e Estaduais, Vereadoras, nossas homenageadas, é um prazer receber a todas e a todos nesta Casa para prestarmos uma justa homenagem a essas mulheres especiais que trabalham para que políticas públicas sejam implementadas na nossa Minas Gerais.

Nossas ruas enchem-se de pressas. A pressa domina o mundo sem prece. Parece que as pessoas vivem na solidão de seu mundo fechado e limitado. Só enxergam o que se encontra na caverna solitária do seu pequeno mundo individualizado. Parece que ninguém vê ninguém. Dostoiévski conta-nos este fato em um de seus romances: " Sentado, na calçada de uma grande cidade, queixava-se um mendigo de estar completamente só... Alguém, para consolá-lo, advertiu: 'Mas você não está só. Veja quantas pessoas passam na sua frente'. 'Sim, é certo. Estou vendo milhares de homens e mulheres que passam na minha frente, mas eles e elas não me vêem'".

Como o mendigo de *Dostoiévski*, *sem ser visto pelos transeuntes, encontramos nas praças da vida homens e mulheres sentados no banco da solidão. Entretanto, essas pessoas apressadas, às vezes, por algum motivo, param e esquecem sua pressa. É um vendedor ambulante oferecendo doces ou um tocador de sanfona versejando a vida; uma "blitz" policial; um norte-mineiro tocando viola; ou mulheres especiais como estas que hoje celebro: Gláucia e Leizenir. Não sei se vocês já refletiram sobre isto: quando o ônibus vem lotado e, no ponto, alguém sobe, as pessoas se apertam, arrumam-se e arranjam um lugar. Daí a importância de fazer um lugar na vida para as pessoas. A vida do ser humano é muito mais importante que as malas, as roupas, as sacolas, os bens materiais, as vaidades. A vida de cada um necessita de um aconchegante lugar de parada, principalmente no coração das pessoas.*

Por isso tenho hoje uma missão muito especial, que é homenagear Leizenir, que é despreendimento e carinho, e homenagear Gláucia que é, sobretudo, amor e dedicação. A você, Gláucia, que tem o dom divino de reconstruir a humanidade, e a você, Leizenir, que é o elo essencial, a ponte sem a qual o nosso trabalho social se perderia no meio do caminho, o nosso reconhecimento e respeito. Vocês acolhem, apóiam e dão sentido à vida de tantos que seriam invisíveis, como nos conta o mendigo de Dostoiévski. Esta Casa Legislativa distingue e homenageia mulheres como Gláucia e Leizenir, parafraseando a escritora Cora Coralina: "Vocês são aquelas que fizeram a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores".

Os gansos, ao voar rumo ao sul, para a invernação, desenham no céu um gracioso "v". Nessa formação, ao bater suas asas, cada pássaro produz um intenso movimento no ar capaz de apoiar aquele que vem imediatamente atrás. Por isso, voando em "v", aumenta em 71% a certeza da migração do bando em relação a cada pássaro voando solitário. Afastando-se do bando, sente o ganso a resistência do ar a dificultar-lhe o vôo.

Como os gansos, podemos também realizar muito mais se trabalharmos uns com o apoio dos outros, procurando o mesmo ponto de chegada, o mesmo rumo planejado.

Os gansos grasnam. Entoam a sinfonia do grasnar como estímulo aos que vão na frente. E esta homenagem que hoje prestamos a vocês é um grito de alento para, em cada uma, revigorar a coragem e desfazer os desencantos no itinerário do nosso voar.

Não nos esqueçamos: o "v" do vôo dos gansos é o "v" da vitória, da certeza da chegada e de que, caminhando com o grupo, mais facilmente chegaremos ao ponto desejado: fazer a travessia com todas as outras mulheres e, juntas, chegarmos à margem onde encontraremos a felicidade e a alegria de viver.

Mulheres como vocês, Leizenir e Gláucia, como as minhas colegas Deputadas Cecília, Elbe, Gláucia, Maria Lúcia, Maria Tereza e Rosângela e como todas as outras que têm coragem de ousar nos dão a certeza de que não está longe o dia em que cantaremos como Gilberto Freyre: "Eu ouço as vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí: (...) mais fraternal, mais brasileiro". O mapa desse Brasil, em vez das cores da submissão, da violência e do desrespeito, terá as cores do homem e da mulher que juntos constroem a cor da felicidade. Muito obrigada a todos vocês.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Boa-tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar a Mesa e, na pessoa da Secretária e Deputada Elbe Brandão, cada mulher presente nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher; na pessoa do Presidente, Deputado Fábio Avelar, cumprimento cada Deputado presente nesta tarde.

Em seu discurso, a Deputada Elbe Brandão fez um balanço muito bem apresentado dos nossos avanços em Minas Gerais; portanto, vou-me ater às homenagens a todas essas mulheres, em especial àquelas escolhidas para estar aqui hoje. A Deputada Elbe Brandão falou brilhantemente sobre a nossa bancada feminina, referindo-se às mulheres que se dispõem a se candidatar, a ter um cargo eletivo. Mas eu incluiria, Secretária Elbe, todas essas mulheres que deixam o seu jardim particular para regar o jardim coletivo, porque, indiferentemente do cargo que ocupam, elas estão no dia-a-dia trabalhando e lutando em prol da nossa sociedade.

Trouxe aqui duas bravas mulheres da cidade de Ipatinga. Geralmente, nós, que somos Deputadas e temos voto em várias cidades, escolhemos pessoas de cidades diferentes.

Mas este ano fiz questão de trazer duas mulheres de Ipatinga, dado o momento de instabilidade que vivemos. Foi eleito um Prefeito que não tomou posse, e nossas entidades têm sofrido na pele o abandono político. Por causa da situação que estamos vivendo, trouxe duas mulheres. Uma é a Alba Valéria, coordenadora da creche na Vila da Paz, onde há enchentes, e muitas vezes precisamos ir de madrugada para socorrer pessoas. Essa mulher, apesar dos recursos que o poder público deixa de repassar, está firme com a comunidade, defendendo as famílias, ao lado das 85 crianças atendidas na entidade.

Há pouco conversava com a Maria Lúcia, dizendo-lhe que estava sem inspiração. Sonhei a noite inteira com a minha mãe, que faleceu em 30/11/2007. Ela se foi, mas deixou-me uma segunda mãe, a Tia Lúcia, mãe de todos em Ipatinga. Um dia fui visitar a casa onde ela atende 160 portadores de necessidades especiais, com paralisia cerebral e problemas de saúde mental, e ela apresentava o seu Circo da Esperança a uma firma que faz um trabalho para a Companhia Vale do Rio Doce em Ipatinga. Nessa apresentação, ela disse que sua filha mais velha havia falecido com mais de 90 anos. Mãe de 13 filhos, e ela não teve nenhum deles para cuidar dela, a Tia Lúcia é que foi a mãe dessa mulher de mais de 90 anos, cuidando dela até o último suspiro.

E a Tia Lúcia não tem hora, dia, lugar nem tempo para cuidar de todos esses filhos. É impressionante, pois, quando chegamos à Casa da Esperança, todos aqueles que são renegados pela sociedade estão junto dela, e todos a chamam de Mãe Lúcia. Todos recebem um beijo, um abraço, são chamados de filhos, com aconchego e carinho, por ela e toda a sua equipe. Tia Lúcia é um símbolo de fortaleza e representa a mulher que deixou, completamente, seu jardim particular para cuidar de um jardim coletivo. Ela tem 19 filhos, dos quais 17 são adotados. Tia Lúcia, receba todo o nosso respeito, carinho e amor!

Gostaria também de levar o meu abraço ao Movimento de Mulheres de Ipatinga, na pessoa da Teresa, que, no sábado, foi agraciada com a emenda parlamentar de nossa autoria, em que doamos uma "van" para o Movimento de Mulheres, para que também seja o movimento de mulheres sobre rodas.

São 43 grupos de mulheres organizados em Ipatinga, que, sem a ajuda do poder público, sobrevive com a luta, a garra e a força dessas mulheres guerreiras. Muito obrigada e parabéns a todas as mulheres.

Palavras da Deputada Gláucia Brandão

Boa tarde a todos e a todas. É com muita alegria que estamos aqui celebrando o Dia Internacional da Mulher. Cumprimento todos os homens, na pessoa do Deputado Fábio Avelar, nosso Presidente, representando o Presidente Alberto Pinto Coelho, um homem de alma feminina, que tem dirigido esta Casa com muita sabedoria, trabalhando para o bem e a melhoria da qualidade de vida de todos os mineiros. Na pessoa do Fabinho, cumprimento todos os homens aqui presentes. Cumprimento as mulheres, na pessoa da nossa querida recém-chegada, Deputada Maria Tereza Lara. Na pessoa da Maria Tereza Lara, cumprimento toda a bancada feminina, a Jô Moraes e as demais componentes da Mesa. Cumprimento as mulheres de Minas Gerais, por intermédio das mulheres de Ribeirão das Neves aqui presentes, que vieram numa caravana. Cumprimentando as mulheres de Ribeirão das Neves, cumprimento as mulheres mineiras e brasileiras.

Sinto-me honrada em fazer parte desta celebração, que também é um momento oportuno para ampliarmos o debate acerca de questões tão relevantes para a sociedade em geral e, de maneira especial, para nós, mulheres, que hoje representamos mais de 50% da população mundial. A cada dia, nós, mulheres, como mães, esposas, amigas, conselheiras, companheiras e trabalhadoras, damos exemplos de superação, enfrentando com sabedoria os obstáculos encontrados no nosso cotidiano.

Muitas conquistas já foram alcançadas, como disseram as queridas Deputadas que nos antecederam, mas ainda há muita discriminação contra a mulher e muitos direitos a serem garantidos. É preciso, por exemplo, equiparação de salários com os homens, melhores oportunidades de acesso a crédito e a negócios, tratamento digno nos ambientes de trabalho, acesso à saúde pública de qualidade, maior participação da mulher nos espaços de poder e maior empenho do governo e da sociedade no combate a qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além de estarem presentes nas lutas pela independência, abolição da escravidão, proclamação da República, entre outras, as mulheres envolvem-se, cada vez mais, nos grandes movimentos que ajudam a construir uma nação com justiça e equidade.

Ao celebrarmos o Dia Internacional da Mulher, homenageamos as mulheres aqui presentes, as que nos assistem pela TV Assembleia e todas as mulheres do Brasil e do mundo. Nas pessoas de nossas homenageadas, rendemos admiração a essas guerreiras, que não se deixam vencer pelas dificuldades e pelos obstáculos encontrados e ajudam a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É com muito orgulho que, nesta tarde, homenageio Francisca Maria da Silva, a nossa querida Xica, exemplo de mulher de fibra, que lutou pela sobrevivência e contra a opressão. Nossos agradecimentos, Xica, pela sua força, garra, fé e determinação contra a violência e as discriminações sofridas.

De seu passado de dor, de enfrentamento dos maus-tratos do companheiro, de grande violência física e moral, que culminou em deficiências irreparáveis em sua face, no olho direito furado e nas marcas por todo o corpo, há um presente de superação aqui, hoje. Mesmo diante de todo o sofrimento, Xica jamais abriu mão de cuidar das quatro filhas, uma adotiva. Ao passar pelo abrigo Sempre Viva, em Belo Horizonte, por intermédio da Casa Benvinda, juntou-se a outras quatro mulheres vítimas da violência doméstica e fundaram o Buffet Amigos da Xica. Com recursos do projeto Economia Solidária se reintegraram socialmente e formaram um grupo de geração de renda. Assim como Maria da Penha, nossa Xica venceu a dor, sobreviveu às agressões, deu a volta por cima e hoje é uma pessoa feliz, que faz o bem a todos, realiza um trabalho social da maior importância à frente da Associação dos Moradores e Amigos de Ribeirão das Neves e da Associação de Trabalho e Desenvolvimento Social. Além disso, Xica também é representante do Conselho Nacional de Economia Solidária. Parabéns, Xica! Ela é um exemplo de mulher, de mulher que soube transformar dor em luta, e tragédia em solidariedade. Precisamos de mulheres como a Xica! Aqui vai um recado para todas aquelas mulheres que sofrem violência: ergam a cabeça. Vamos lutar juntos, sociedade civil e governo, para combater toda e qualquer forma de discriminação e violência contra a mulher.

Outro exemplo de mulher que quero homenagear é a minha amiga Nalsa Maria de Oliveira. Por favor, Nalsa, levante-se! Nalsa é casada, mãe de cinco filhos e, há aproximadamente 20 anos, saiu de Aimorés para morar e constituir sua família em Ribeirão das Neves. Ao perceber que, em volta de sua casa, moravam muitos jovens que corriam sérios riscos de ingressarem, de enveredarem pelo mundo da criminalidade, das drogas, da violência de toda espécie, decidiu agir e reagir. Em 2002, fundou o Nantes Futebol Clube, do qual é Presidente e que hoje realiza um imenso trabalho social. Com essa iniciativa, Nalsa acredita já ter tirado do caminho das drogas e da violência muitos jovens e adolescentes. Hoje atende aproximadamente 200 pessoas e tem orgulho em dizer que o Nantes é um clube vitorioso, pois, além de troféus e títulos conquistados no segmento do futebol amador, faz o bem sem olhar a quem. Parabéns, Nalsa, pela fé, pela dedicação e pela competência com que realiza seu trabalho.

A essas e a todas as mulheres, busco inspiração em Cora Coralina para finalizar e homenagear dizendo: "Muitas vezes basta ser: / Colo que acolhe, / Braço que envolve, / Palavra que conforta, / Silêncio que respeita, / Alegria que contagia, / Lágrima que corre, / Olhar que acaricia, / Desejo que sacia, / Amor que promove.". Basta ser, simplesmente, mulher. Parabéns a todas vocês. Deus nos abençoe para que continuemos encarando, com fé e amor, a luta nossa de cada dia. Consideremo-nos, e somos, a obra-prima do Criador. Deus fez primeiro o homem, depois a sua obra-prima, que somos nós. Então que Deus nos abençoe nesta nossa caminhada.

Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça

Vocês estão percebendo que a cada momento chamam uma Deputada Presidente de uma comissão. Somos seis e estamos trabalhando muito, ocupando um espaço que representa todas vocês.

É com muita alegria que estamos aqui comemorando o Dia Internacional da Mulher, mas a alegria deve-se misturar a compromisso. Hoje precisamos ser, acima de tudo, mulheres inseridas na comunidade em que vivemos. Permitam-me dirigir-me à bancada feminina da Assembleia Legislativa, que é suprapartidária. Vemos que há uma repetição de partido, a Deputada Maria Tereza com a Deputada Cecília Ferramenta, do PT; a Deputada Elbe com a Deputada Ana Maria, do PSDB. Infelizmente, a Elbe não está presente, mas, felizmente, está trabalhando pelo Norte de Minas e pelo Jequitinhonha. Eu sou do DEM, há outra do PSD e outra do PV. Esquecemos que temos partido e partimos para lutar pela igualdade de gênero, coisa que, com certeza, ainda não existe. Temos de entender que ainda não conquistamos o espaço que nos foi negado durante anos. Nós, mulheres, temos um pouquinho de culpa disso. Precisamos estar à disposição para ocuparmos esses espaços.

De maneira muito especial, gostaria de registrar que este grande amigo Deputado que se diz da Copasa é, na realidade de Minas Gerais inteira, pois constrói por todo o nosso Estado. O Deputado Fábio Avelar tem ajudado muito as mulheres a caminhar. Isso com a experiência de homem, sim, mas de um homem comprometido com a causa de Minas. Seria injusta se não falasse também sobre o grande Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, homem predestinado a dirigir esta Assembleia de maneira comprometida com os desígnios de Deus. Alberto Pinto Coelho não é um Deputado ou um Presidente, é um homem envolvido com as nossas causas, os nossos problemas, as nossas derrotas e vitórias, em todos os momentos de que precisamos. Ele é - não vou chamá-lo de pai, pois ainda é muito novo - um companheiro, um homem que está ao lado de todos a fim de darmos uma conotação diferenciada ao valor do Deputado e da Deputada.

Nos jornais de ontem e de hoje vimos que há uma preocupação muito grande em denegrir a nossa imagem. Trabalhamos, sim, e é preciso mostrar o trabalho. Quem trabalha precisa de remuneração, pois ninguém vive sem dinheiro. Temos certeza absoluta de que nesta Casa ninguém brinca de trabalhar. Todos trabalhamos com consciência e agradecimento do voto que cada eleitor colocou em nossas mãos, e, em especial - permitam-me os homens -, nas das mulheres, que precisam entender que, se votarmos em mulheres, teremos muito em breve um equilíbrio de gênero nesta Casa. Há aqui 70 homens e 6 mulheres, a Deputada Elbe foi para a Secretaria. Isso é um desequilíbrio, mas já conseguimos muito. Várias de nós ou quase todas já estão ocupando cargo de Presidência de comissão pelo trabalho realizado.

Agradeço a presença do Deputado Federal Jairo Ataíde e dos Deputados Estaduais Carlin Moura e André Quintão, nosso querido amigo que preside uma comissão fantástica, da qual faço parte. Ele disse que ficaria aqui até às 16 horas. Já são mais de 16 horas, e ele ainda continua conosco. Obrigada, companheiro. Isso é muito importante para nós.

Pediram-me que fizessemos 1 minuto de silêncio pela morte de D. Orcanda Patrús, mãe de um grande Deputado, o Agostinho Patrús Filho, filho do Agostinho Patrús, que foi Deputado e Presidente desta Casa, que, infelizmente, faleceu no ano passado. Um dos momentos mais emocionantes que presenciei foi quando o Agostinho Patrús Filho tomou posse no Palácio da Liberdade e ela, no final da vida, sem condição até de se locomover, mas, como mulher e mãe, foi lá para ver o Governador empossar o seu filho como Secretário da Sedese. Solicitamos ao Presidente que coordene o tempo, para que possamos fazer 1 minuto de silêncio pela morte de D. Orcanda.

Homenagem Póstuma

O Sr. Presidente - Atendendo à solicitação da Deputada Maria Lúcia Mendonça, faremos 1 minuto de silêncio em homenagem a D. Orcanda Patrús.

- Procede-se a homenagem póstuma.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça - Obrigada, Presidente. Gostaria de saudar a Virgília Rosa, que infelizmente foi embora; a Eliana Piola; a Nazareth; a nossa Carmem Rocha, Presidente do Conselho; a Marcinha, batalhadora pelas causas da mulher, que ainda não vi. Solicito-a que levante a mão. Ela está lá, no cantinho.

Como disse, precisamos estar inseridas no mundo atual. Quem sabe o resultado do jogo de ontem, do Atlético contra o Democrata de Governador Valadares? Somente as mulheres podem responder. Quanto? Foi 3 a 1 para o Atlético. Mulher precisa entender de futebol, uai! Senão os homens não gostarão da gente. Haverá briga! Quem sabe o resultado do jogo do Corinthians contra o Palmeiras? Quem fez o gol? Ronaldo, o fenômeno. Isso vocês sabem, não é? Nós, mulheres, que na realidade queremos estar inseridas no mundo, precisamos entender de tudo. É por isso que estamos aqui, comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Gostaria que vocês prestassem bastante atenção: quanta coisa ainda acontece contra nós? Discriminação no emprego, falta de assistência médica - não temos a assistência que precisamos -, violência doméstica, o que é terrível. Todo dia há uma mulher que apanha. E existe a Lei Maria da Penha, que agora não manda dar cesta básica, está prendendo mesmo! E ainda há estupros! Houve agora esse caso da menina de 9 anos que foi estuprada, ficou grávida de gêmeos e teve de fazer uma das coisas que mais abomino, que é o aborto. Toda mulher consciente arrepiou. Grande Deputado Domingos Sávio, muito obrigada pela presença. Temos de dizer que ainda não chegamos ao ponto que queremos. Precisamos entender o que acontece no mundo, saber da crise que o está afetando, entender de política ou pelo menos acompanhar o assunto pela televisão. O que acontece com as mulheres é que, na hora do "Jornal Nacional", saem da sala para fazer alguma coisa e voltam somente na hora da novela ou do "Big Brother". Elas podem ver o "Big Brother" e a novela, mas têm de ser mulheres atualizadas.

Precisamos continuar lutando pela igualdade na esfera política, pela mesma possibilidade de acesso ao poder. Vocês não imaginam como nós, candidatas, sofremos para conseguir recurso para nossa campanha. Se vamos a uma empresa pedir um dinheirinho para ajudar na campanha, pois nossos gastos são imensos, recebemos apenas R\$5.000,00 ou R\$10.000,00; se fosse um homem, receberia R\$100.000,00. Por que isso ocorre se nossos gastos são os mesmos de um homem? Isso caracteriza discriminação. E o pior é que, quando ganhamos, vêm nos parabenizar.

Neste momento gostaria de falar de minhas homenageadas. Busquei uma mulher que entrou na política com um senso de compromisso e responsabilidade muito grande, que é a Dra. Edmea Moreira Machado, Prefeita de São João Nepomuceno. Começou sua carreira política como Vereadora (vamos, mulheres, candidatar-nos à vereança!). Depois, com uma ousadia maior, como ela mesma disse, foi candidata a Prefeita. É médica pediatra, trabalhou em vários hospitais e hoje dirige sua cidade com o espírito de mulher comprometida com tudo. No último carnaval, passei a admirar ainda mais a Edmea. Minha secretária há 12 anos, em Cataguases, foi passar o carnaval em São João Nepomuceno e disse

que a Prefeita desfila em todos os blocos e escolas de samba da cidade. Está inserida na comunidade. É mulher que sabe o que faz e como fazer. Por isso, Edmea, parabéns a você e à sua cidade por ter reelegido você! Foi reeleita com um número muito expressivo de votos, e seu trabalho está cada vez mais comprometido com a causa municipalista. Ela sabe, como nós, que é no Município que o fato político acontece, e não no Estado ou no País. É no Município que todos nos conhecem e é lá que toca a campainha. Fui Prefeita da minha cidade e sei como é isso. Estamos disponíveis a qualquer hora, a qualquer momento. Parabéns, Edmea; parabéns para seu marido, que é um grande companheiro; parabéns aos seus filhos por terem-na como mãe. Orgulho-me de ser mulher por causa de sua pessoa. Meu grande abraço a você.

Outra mulher que homenagearei, infelizmente, teve de fazer uma cirurgia no joelho e não pôde comparecer. Vocês não puderam conhecê-la, mas ela nos presenteou com a presença da sua nora, a Rita Singulane, uma moça jovem que trabalha muito na política. A Rita trabalha na sede do meu partido, o Democratas. Por felicidade minha, encontrei-a aqui. Ela é de Cataguases e é casada com o filho de Maria Vieira. A sogra dessa moça usa uma expressão muito linda para se referir às pessoas para quem trabalha: "os meus pobres". Tudo que ela tem de fazer é para "os meus pobres". Constrói e reforma casas. Só ajuda os políticos se eles lhe derem terrenos para a construção de casas para os outros. Faz muros, leva alimentos para dentro da casa das pessoas. Tudo isso com o trabalho voluntário, como se fosse uma formiguinha, pois faz isso praticamente sozinha. Com o seu espírito de trabalho, já escreveu várias poesias. Tornou-se poetisa por meio do trabalho. Maria Vieira é incansável. Tenho certeza, Rita, de que você tem como exemplo a sua sogra. Apesar de sogra ser um problema, a sua não o é para você, pois ela é companheira e a estimula também para o trabalho comunitário. Agradeço-lhe, minha jovem, e confio em você para a construção de um mundo melhor. Muito obrigada, Rita.

É inegável que o espaço conquistado pelas mulheres na sociedade nas últimas décadas segue uma tendência irreversível rumo à equidade entre os gêneros. Atualmente, muitas organizações, nas mais diversas esferas, são lideradas por mulheres. Entretanto, se considerarmos que as mulheres representam mais da metade da população brasileira, perceberemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado, pois essa proporção não se reflete na ocupação de cargos e funções de relevância.

Infelizmente, as mulheres ainda enfrentam discriminação no trabalho e recebem, de modo geral, salários mais baixos em relação aos que são pagos aos homens. No campo político, a situação não é melhor. Apesar de a cidadania eleitoral ter sido estendida ao gênero feminino pelo Código Eleitoral de 1932 e de as mulheres atualmente representarem a maioria do eleitorado nacional, ainda hoje a representação política feminina nos Poderes Executivo e Legislativo é muito pequena.

Com o intuito de intensificar a luta por políticas públicas para mulheres, nós, da bancada feminina da Assembleia de Minas, aproveitando hoje o Dia Internacional da Mulher, apoiaremos - aliás, gostaríamos que todos prestassem atenção nisso - a criação de um fórum mineiro de lideranças femininas, que unirá representantes de entidades da sociedade civil e de partidos políticos. O fórum será uma ONG suprapartidária da qual todos os partidos e toda a sociedade civil participarão a fim de motivar e capacitar mulheres, até mesmo para a disputa de cargos públicos; promover reflexões sobre dilemas do mundo do trabalho e buscar alternativas de ação; incentivar a articulação de dirigentes políticos, para assegurar maior participação das mulheres nas direções partidárias, e atuar nas mais diversas áreas concernentes ao empoderamento feminino. Com essa iniciativa, pretendemos também fortalecer o vínculo entre os movimentos de mulheres, o poder público, o terceiro setor e a sociedade civil. Portanto, fica criado, nesta solenidade de comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Fórum Mineiro de Lideranças Femininas, cujas atividades de preparação serão realizadas posteriormente. Está instalado o fórum.

Encerro as minhas palavras e gostaria que prestassem muita atenção nessa parte final. Dizemos que a mulher ainda não chegou aonde precisa chegar. E não chegou mesmo!

A Nazareth Conselho está aqui. Peço-lhe, aliás, que fique de pé para que as pessoas a conheçam, pois ela é uma mulher e tanto. Ela me mandou um presente fantástico, mas não posso ficar com ele só para mim. Ouça bem, Elbe. (- Lê:)

"Mulher. No princípio, eu era a Eva, / Criada para a felicidade de Adão. / Mais tarde fui Maria, / Dando à luz aquele / Que traria a salvação. / Mas isso não bastaria. / Para eu encontrar perdão. / Passei a ser Amélia, / A mulher de verdade. / Para a sociedade, / Não tinha a menor vaidade. / Mas sonhava com a igualdade. / Muito tempo depois decidi: / Não dá mais! / Quero a minha dignidade. / Tenho os meus ideais! / Hoje não sou só esposa ou filha, / Sou pai, mãe, arrimo de família. / Sou caminhoneira, taxista, / Piloto de avião, policial feminina, / Operária em construção... / Ao mundo peço licença, / Para atuar onde quiser... / Meu nome é Competência / E meu sobrenome é Mulher...!!!".

Um grande abraço a todas vocês. Sintam-se todas homenageadas. Que Deus nos abençoe para cumprirmos a missão que nos deu: sermos fêmeas, mulheres. Um abraço a todos.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Primeiramente, cumprimento a bancada feminina - considero a Deputada Elbe integrante da nossa bancada - e agradeço as palavras de acolhida da minha companheira, Deputada Gláucia Brandão; agradeço também à minha irmã, Maria do Carmo, Prefeita de Betim; Edna Moreira, Prefeita de São João Nepomuceno; Elaine e Jô, que já estiveram aqui; ao nosso Presidente, Deputado Fábio Avelar, que muito nos honra com sua presença, sempre ao lado das mulheres; às policiais femininas presentes; e a todos os Deputados desta Casa. Gostaria de nominar os que se encontram presentes, o que muito nos honra: Deputados André Quintão, Adelmo Carneiro Leão, Fahim Sawan e Domingos Sávio. Na pessoa deles, cumprimento os demais colegas Deputados. Realmente, agradeço-lhes limparem a agenda e estarem conosco neste evento. De fato, esses Deputados nos orgulham por também terem alma feminina e pensarem nas companheiras mulheres.

Quero também cumprimentar o Prefeito Flávio Leroy, de Esmeraldas, nossa cidade natal, que veio homenagear a Eni, de quem falarei mais tarde. Sinto-me muito honrada com sua presença e a de toda a equipe de Esmeraldas; dos funcionários e assessores desta Casa; da Companhia de Teatro Alma Dell'art, que apresentará aqui a peça "O fim das Amélias"; da Cleusa Machado, Secretária de Mulheres do PT de Betim; a Lora, ex-Vereadora; da Ofélia, da Coordenadoria de Igualdade Racial; da Gláucia Helena, de Contagem; da Marcinha, de Belo Horizonte; e, na pessoa delas, cumprimento todas as lideranças de movimentos sociais e de órgãos públicos; o meu esposo Venésio, faça isso publicamente porque é um grande companheiro e muito tem me incentivado nessa caminhada política.

Neste momento, quero pensar um pouco nas palavras ditas pelo pregador que celebrou, presidiu uma ação de graças na posse da Prefeita Maria do Carmo em Betim. Ele disse que devemos ter sempre um sentimento de gratidão em relação ao passado. Logicamente, muitas foram as dificuldades, mas, com certeza, para nós, mulheres - parlamentares, Prefeitas, policiais e representantes de movimentos sociais -, faz-se imprescindível que agradeçamos a muitas mulheres que deram sua vida e contribuíram com nossa história. Desde o Antigo Testamento as mulheres eram muito discriminadas, não podiam nem falar na rua com os homens; tivemos uma Rute, uma Judite e uma Débora. Já no Novo Testamento tivemos Maria; e, posteriormente, vieram pessoas como Margarida Alves, Irmã Dóris e muitas outras que deram a vida, que se tornaram mártires. Nossos parabéns e nossa gratidão a essas mulheres que construíram a nossa história para que pudéssemos estar aqui.

Atualmente, temos de ter um sentimento de confiança, porque muito trabalho está sendo feito. Lembro que hoje de manhã estivemos em Contagem, onde também foi sancionada a lei que passa de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. Registro que lá estavam nossos colegas Deputados Carlin Moura e Carlos Gomes, no momento em que as mulheres também comemoravam a conquista desse direito. A Prefeita Marília Campos, com sensibilidade, sancionou essa lei, sugerida por um Vereador. Muitas mulheres de outras cidades podem ter lembranças positivas. Quero lembrar especialmente que na cidade de Betim, onde resido, está sendo planejada a construção de 11 creches. Os

projetos estão em andamento, ou seja, com isso estão pensando na mulher trabalhadora, bem como nos jovens, pois, na verdade, será feito um trabalho de prevenção contra a violência. Cumprimento minha irmã, a Prefeita Maria do Carmo, por esse compromisso com a mulher.

Ao lembrar Esmeraldas, quero falar de uma das minhas homenageadas, a Eni, a quem peço permissão para chamar de Nini. Trata-se de uma mulher de muita garra; foi Vereadora, Presidente da Câmara, líder de movimento social e hoje é Secretária de Desenvolvimento Social. Ressaltamos também o compromisso da cidade de Esmeraldas e a sensibilidade da equipe de governo do Prefeito Flávio Leroy ao colocar uma mulher na referida Secretaria, o que é extremamente importante para as políticas públicas, pois tem em vista construir cidadania, enfim, objetiva construir uma cidade boa para se viver. Nini, faço esse registro e externo o nosso respeito. Para nós, você é um grande orgulho. Desejo-lhe um trabalho profícuo, que se torne referência para todas nós de Minas Gerais. Por isso, não homenageamos apenas você. Na sua pessoa, homenageamos o governo e as mulheres de Esmeraldas, sua família, que sempre a apoiou, seus companheiros e companheiras de caminhada, enfim, a todas as mulheres do nosso Estado. Você é uma guerreira.

Queremos agora apresentar nossa outra homenageada, Conceição de Sousa Coimbra. A tão querida D. Conceição é líder comunitária, foi trabalhadora rural e meeira na cidade de Mantena. Ao vir para Betim, não cruzou os braços; veio do interior e tornou-se uma liderança dos movimentos sociais e da Igreja. Trata-se de uma mulher de oração, mas também de muita ação, de muito trabalho. Na pessoa da D. Conceição, homenageamos todas as mulheres que não ocupam cargos públicos, não aparecem na televisão - muitas vezes, estão no anonimato ou até em lideranças locais, onde são muito queridas -, mas estão construindo essa história para que nós, mulheres, comemoremos.

Agradecemos, portanto, a todas as pessoas que vieram das duas cidades, Betim e Esmeraldas, com suas homenageadas. Queremos dar o nosso abraço especial em cada homenageada que aqui se encontra. Com certeza, cada uma delas, conforme apresentado, tem uma história de luta, garra e compromisso. Ressalto que, para o futuro, temos de contar com uma palavra de confiança, porque há mulheres que continuarão construindo a história. Todas nós que estamos aqui faremos isso; porém, quero mencionar mais algumas: Marina Silva, Dra. Zilda Arns, Dilma Rousseff, além de tantas que certamente continuarão construindo a nossa história. Para encerrar, peço a Deus que continue abençoando-nos para que, verdadeiramente, construamos uma democracia de gênero em que haja representação igualitária de homens e mulheres, ou seja, 50% de poder para cada um. Assim, poderemos construir uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária e, portanto, mais feliz. Obrigada.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Exmo. Presidente desta reunião especial, meu querido amigo Deputado Fábio Avelar, que representa o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem realizado um trabalho de grande competência e respeito junto às mulheres desta Casa e à bancada feminina; Deputada Elbe Brandão, Secretária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas; Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Maria Tereza Lara; Deputados Fahim Sawan, André Quintão, Adelmo Carneiro Leão e Domingos Sávio, em nome dos quais estendo meus cumprimentos a todos os demais Deputados desta Casa; saúdo também os Vereadores e as Vereadoras; a Vereadora Elaine Matozinhos; a Sra. Virgília Rosa, Coordenadora Estadual das Políticas para as Mulheres; a Profª. Carmem Rocha, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; as Prefeitas; as líderes comunitárias; as funcionárias desta Casa Legislativa; o público presente; os prezados telespectadores que nos acompanham, mineiros e mineiras, pela TV Assembleia; é com orgulho e prazer que celebro o Dia Internacional da Mulher. Muitos perguntam por que destacar um gênero quando somos todos seres humanos, com qualidades e defeitos, mas sobretudo imperfeitos e aprendizes. As diferenças naturais fazem parte da maravilha da criação. Entretanto muitas outras são criadas e mantidas pelo interesse de quem detém o poder em um determinado momento. Mas, quando as diferenças contribuem para que o ser humano seja humilhado, violentado, cerceado e para que viva sem plenitude, esperança, satisfação e qualidade, é preciso lutar para conquistar o direito à igualdade. São essas lutas e conquistas que fazem jus a comemorações como esta de hoje. Neste momento, celebramos as vitórias, denunciamos as opressões, divulgamos as informações, para que a ignorância não continue a alimentar a cumplicidade. Fazemos novos planos, sempre com vistas a avançar em direção a uma sociedade mais justa, e homenageamos aqueles que trabalham nesse sentido.

Como legisladora, representante do povo e da mulher, não me furto às iniciativas que possam contribuir para esse avanço. Assim propus uma emenda, aprovada em lei, que modificou a organização judiciária do Estado, garantindo a criação, em Ipatinga, de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Fui também co-autora, junto a seis Deputados desta Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 31/2007, que amplia a licença-maternidade das servidoras gestantes para 180 dias, sem prejuízo da remuneração. Agradeço ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que assinou o ato para que esta Casa já possa garantir às mulheres o direito de licença para 180 dias.

A nossa luta nesta Casa continua porque agora precisamos estendê-la para que o Governador Aécio Neves também sancione essa lei, a fim de que todas as mulheres servidoras públicas de Minas tenham a sua licença-maternidade estendida, como é de direito.

Esse projeto aguarda parecer da Comissão de Justiça. No momento, tenho lutado para garantir que Ipatinga possa realmente, como deseja o governo estadual, tornar-se um dos 31 Municípios mineiros que são referência no atendimento à mulher vítima de violência.

Mas hoje estamos aqui sobretudo para homenagear algumas mulheres, em nome de todas as mineiras. Escolhemos para representá-las algumas que, com sua vida e trabalho, têm dignificado seu gênero e dado belo exemplo à sociedade. Peço que se levante a Vereadora Virgínia Scarpatti Bouças para receber os aplausos da platéia. Ela é uma das minhas homenageadas, por isso quero que todas vocês a conheçam. A Vereadora Virgínia encontra-se em seu quinto mandato em Timóteo, Município do Vale do Aço.

Em uma família de 13 filhos e mais 4 de criação, aprendeu desde cedo, ainda quando morava no Espírito Santo, a ser solidária. Quando uma mulher da vizinhança tinha bebê, sua mãe enviava uma das filhas para passar 40 dias em sua casa para ajudar no que fosse preciso. Aos 17 anos, largou o emprego em uma fábrica de costura e mudou-se para Timóteo para ajudar uma irmã que tinha adoecido. Antes de se empregar numa escola, Virgínia costurou de graça para todos os que precisavam e depois abriu mão de seu emprego como Inspectora Escolar para cedê-lo a uma pessoa que ficou com oito irmãos para sustentar após a morte do pai. Já trabalhando em uma associação, Virgínia valia-se de barraquinhas de comida e artesanato, sempre improvisando festas para conseguir recursos para ajudar quem precisava. Foi assim que salvou do leilão 17 casas de moradores carantes do Bairro Limoeiro. Juntou o dinheiro devido e o entregou à Caixa Econômica Federal.

A vida de Virgínia Scarpatti foi sempre dedicada ao próximo. Ela abraçou a política desde a primeira eleição a que concorreu, em 1988, simplesmente para ter melhores condições de ajudar.

Parabéns, Virgínia, que Deus a abençoe e que você continue muito mais anos na política, porque assim é que se faz política! A nossa missão é entrar na política com o objetivo de realizar o bem social.

Andréia Botelho é Vereadora em Coronel Fabriciano e, em seu primeiro mandato, iniciado neste ano, tornou-se Presidente da Câmara Municipal. Criada no Morro do Carmo, onde também foi criada, periferia da cidade, ela também teve o exemplo precoce de ajuda ao próximo, por meio da avó que a criou, D. Astrogilda. Muito atuante na comunidade, sua casa funcionava como uma creche improvisada para quem precisasse. Para estudar, Andréia tinha de fazer um percurso de duas horas a pé. Antes, porém, trabalhava vendendo carvão, papelão e latinhas. O estudo era uma realidade para poucos no Morro. Andréia ensinava a quem podia e escrevia cartas em nome dos moradores do Morro do Carmo.

Em 1988, conseguiu uma vaga de locutora no terminal de ônibus da cidade e, com um relógio e sapatos emprestados, começou a trabalhar.

Um ano depois se efetivou na vaga ao passar em um concurso. Nesse terminal, Andréia tornou-se conhecida também por ajudar as crianças que ali procuravam abrigo e comida. Quando se casou, o marido, bom mecânico, passou a ensinar gratuitamente a profissão a outros, em cima da laje de sua casa. A turma de interessados foi crescendo, e os dois passaram a usar espaço em igrejas, associações de moradores ou escolas para ensinar. Chegaram os voluntários, e hoje a associação que formaram oferece gratuitamente 28 cursos profissionalizantes, além de palestras educativas.

Nada deteve essas mulheres, determinadas a fazer o bem mesmo em meio a suas próprias dificuldades. Sozinhas, em grupo ou mobilizando multidões, elas agiram e reagiram. E foram, por esse amor ao próximo, conduzidas, naturalmente, pela população a postos em que passaram a representá-la dentro dos poderes constituídos. São exemplos de bondade, carinho, altruísmo e força de vontade. Obrigada a vocês por estarem contribuindo para que a nossa sociedade seja cada vez melhor. Com esse incentivo e exemplo, gostaria que outras mulheres também sonhassem e agissem para que tivéssemos uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e fraterna.

Gostaria ainda de fazer uma pequena homenagem póstuma a uma mulher também especial que dedicou a sua vida à defesa das mulheres vítimas de violência e que nos deixou precocemente, na semana passada, aos 52 anos de idade: a Sra. Umbelina da Consolação Lopes, que era Defensora Pública e foi uma das mentoras do Núcleo de Defesa da Mulher - Nudem - na Defensoria Pública de Minas Gerais, sendo a primeira coordenadora do Nudem em Belo Horizonte. Suas experiências com o sofrimento feminino levaram-na a escrever o livro "Mulheres em pedaços - histórias reais de violência doméstica". Os sete dias de sua morte foram celebrados exatamente ontem, no Dia Internacional da Mulher. Quero ler aqui a dedicatória que Umbelina fez nas primeiras páginas do livro: "Mulheres encantadoras, mas que desencantaram ao longo da vida; mulheres fortes, mas que se tornaram fracas diante da tirania de seus maridos; mulheres alegres que se entristeceram; mulheres que, ao procurarem o amor, encontraram o terror". Que Deus a abençoe, Umbelina, onde quer que você esteja!

Para finalizar, quero deixar os meus sentimentos ao nosso querido Deputado Agostinho Patrús Filho, que perdeu sua mãe, a Sra. Orcanda Patrús. Externando os meus sentimentos, espero que Deus conforte toda a família e lhe dê muita força. Que Orcanda, que foi uma mulher de luta, batalhadora, de resistência, também esteja no melhor lugar do mundo, para onde nós também estamos a caminhar! Meu muito obrigado a vocês. Que Deus as abençoe.

Palavras do Deputado Fahim Sawan

Boa-tarde. Exmo. Deputado Fábio Avelar, grande amigo que preside esta reunião, em cuja pessoa cumprimento o Deputado Alberto Pinto Coelho e toda a Mesa; Exma. querida amiga Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães; Sra. Edméa Moreira Machado, Prefeita Municipal de São João Nepomuceno; Sras. Deputadas Maria Lúcia Mendonça, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Rosângela Reis, Ana Maria Resende e Maria Tereza Lara; Srs. Deputados Carlin Moura, Adelmo Carneiro Leão, André Quintão e Domingos Sávio. Cumprimento todas as autoridades presentes na Mesa e no Plenário; minhas palavras serão rápidas, pois muito já foi dito. Todas as políticas foram expostas de forma esplendorosa pelas Deputadas e todos os que me antecederam. Quero deixar meu grande abraço à mulher mineira e parabenizá-la pelo Dia Internacional da Mulher. Sei que muitas conquistas já foram obtidas, e vocês vêm lutando aguerridamente para que isso aconteça. Gostaria de dizer à bancada feminina desta Casa da grande importância deste trabalho de união suprapartidária, e, mesmo não sendo do sexo feminino, estamos juntos com vocês nessa luta.

Todas me emocionaram, ao falarem, pois vi a importância que dão às suas homenageadas. Fomos tocados por muitas histórias lindas e maravilhosas contadas aqui, e muitas de vocês representam a mulher mineira, a mulher batalhadora. Em todos os escalões, seja como dona de casa, esposa, ocupando altos cargos no Estado, nas cidades, em todos os cenários, essa representatividade feminina é cada vez mais crescente. Isso nos deixa orgulhosos e felizes, porque estão, verdadeiramente, repartindo a responsabilidade com todos nós. Não poderia deixar de dar meus parabéns e carinho a todas as homenageadas, e que todas as mineiras se sintam homenageadas também.

Quero dizer da importância e da compreensão desta Casa, que, com a bancada feminina, entendeu nossa proposta, no final do ano passado, de criação da comissão específica para tratar das políticas públicas de aids, DST, álcool e outras drogas, sendo lançada e falada pela primeira vez hoje, na comemoração do Dia Internacional das Mulheres.

Não poderia ser diferente, e me sinto mais honrado ainda em poder coordenar essa Comissão, pois sei a luta que terá. Esse trabalho começou dentro desta Casa, há cinco anos, quando criamos a Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, da qual todas as mulheres e mais de 70% dos Deputados desta Casa são signatários, mas entenderam que agora, para se avançar em temas tão importantes, era necessária a instalação de uma comissão que tivesse poder público de propor políticas, cobrar e fazer cumprir as leis que já existem nessas temáticas, principalmente que se propusesse a ouvir a sociedade e todos os interessados e a fazer uma política diferenciada para nosso Estado. Não é à toa que o nosso Governador já tem uma Subsecretaria Antidrogas e as Secretarias de Saúde e de Segurança Pública bastante atualizadas, com importante acesso e trabalho, que já demonstram avanços importantes nessa área.

É importante dizer que hoje, no Dia Internacional das Mulheres, não se trata de pensar as políticas de saúde somente do Norte de Minas, Deputada Ana Maria Resende, que tem suas peculiaridades, ou do Triângulo ou de qualquer região do Estado, mas de uma política pública na área da saúde referente à questão da aids. Talvez o aspecto mais importante no tratamento dessa doença é que enfrentamos hoje, de fato, a sua feminização. Ou seja, as mulheres estão pegando mais aids que os próprios homens. A aids começou num grupo de homens que tinham como preferência sexual o homossexualismo - essa realidade já faz parte do passado -, e hoje houve a sua feminização - quem está pegando mais aids são as mulheres. Essa é uma das importâncias da Comissão que está sendo instalada, porque sabemos o perfil dessas mulheres. Pensamos, às vezes, que são as promíscuas, as usuárias de drogas. Não são. Apenas 30% pegaram aids porque usaram drogas ou porque têm vários parceiros. A grande maioria das mulheres que estão se contaminando hoje tem um parceiro só. São mães, pessoas que se contaminaram porque seus parceiros se contaminaram e as contaminaram. São pessoas que não sabiam que poderiam estar contaminadas e só descobrem quando vêem seu marido ficar doente ou morrer de aids. São pessoas que têm filhos e, quando se engravidaram, não sabiam que poderiam estar contaminadas. É uma problemática difícil que temos de enfrentar, e essa Comissão se propõe a isso.

Essa Comissão se propõe também a ir a fundo em algumas questões, como, por exemplo, a vacinação. Sabemos que são doenças sexualmente transmissíveis as que mais se propagam hoje e preocupam o Primeiro Mundo - o HPV, o herpes. No Brasil, ainda nem nos preocupamos. A infecção por HPV, uma doença sexualmente transmissível que acomete as mulheres, uma das maiores causas de câncer do sexo feminino - o câncer do colo do útero -, poderia ser evitada se tivéssemos uma política pública de vacinação contra a doença no País. Temos de reconhecer que houve muitos avanços na área da saúde, como, por exemplo, a diminuição das mortalidades infantil e materna, mas sabemos também que temos de avançar, e muito, no respeito a todas vocês.

Rapidamente, comento que tive a honra de participar da questão da licença-maternidade a ser ampliada para 180 dias. Em maio de 2006, trouxe a esta Casa uma discussão, em Plenário, do Dr. Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Médico uberabense, ele trouxe a esta Casa, como levou ao Congresso Nacional, a proposta de aumento da licença-maternidade de 120 para 180 dias. Naquela época, fizemos uma grande discussão, coordenada pela Senadora Patrícia Saboya, levamos ao governo e trouxemos a esta Casa o que pensávamos que era importante, porque, se há algo que diferencia as mulheres dos homens, não tenho dúvida de que é a questão de terem este direito e esta bênção que Deus lhes permite: a maternidade.

Como já disseram minhas predecessoras, quantas e quantas vezes a mulher se diferencia por ter tido um filho! Além disso, é questão de honra

que seus filhos sejam bem cuidados, recebam carinho e amamentação - aliás, amamentá-los não só com o peito, o que é um direito da criança, mas também com o carinho e a presença da figura materna no seu desenvolvimento, nos seus primeiros seis meses, cuja importância sabemos. Por isso mesmo foi criado o programa Bebê de Risco, que permite que a criança seja cuidada durante essa fase inicial da vida. A licença-maternidade ampliada para 180 dias vem ao encontro disso.

Parabenizo, sim, a bancada feminina por ter exposto e feito a solicitação ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho - aliás, ele ainda poderia ter tempo para implementá-la, dando exemplo para muitos outros Estados e outros Poderes que ainda não fizeram, por falta de regulamentação dessa lei no Congresso. A Assembleia de Minas, por sua bancada feminina - o que é uma grande conquista - e pelo Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, a implementa e a regulamenta, prestigiando e concedendo esse direito às servidoras públicas desta Casa. Parabéns à bancada de Minas e a todas vocês!

Por fim, não querendo estender meu tempo, gostaria de dizer que nós, como homens, não tivemos oportunidade de indicar as nossas homenageadas. Isso seria importante para nós. Passarei um abaixo-assinado pedindo à bancada feminina que também nos deixe indicar as nossas homenageadas. Peço isso porque tenho de fazer algo que vocês, mulheres, não têm: prestar contas a cinco mulheres todos os dias. Tenho minha esposa, três filhas e agora uma neta. Ai de mim, lá em casa tem-se comprado absorvente aos fardos, coloca-se anticoncepcional no filtro, e, mesmo assim, veio a minha neta, Amanda, que tem sete meses, e estou feliz demais; todavia, quando mais de uma delas está menstruada, tenho de virar as costas e ir embora. Não posso entrar em casa, viu, Elbe? Não tem jeito. Em nome dessas mulheres - Angelina, Mariana, Michele e Amanda - queria dar também um abraço em todas as filhas e mães, em todas as mulheres e dizer que nós é que estamos do lado de vocês.

O locutor - Com a palavra, a Sra. Selmita Gomes Ferreira, representante da Coordenadoria Estadual do Programa DST-Aids de Minas Gerais, que disporá de 20 minutos para sua exposição sobre o tema "Enfrentamento da feminização da aids e de outras DSTs".

Palavras da Sra. Selmita Gomes Ferreira

Boa-tarde. É com imensa satisfação que estou aqui a convite do Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e de toda a bancada feminina desta Casa, celebrando neste Plenário o Dia Internacional da Mulher, quando abordarei o tema "Feminização da aids e de outras DSTs - avanços e desafios".

Feminização da aids é o aumento do número de casos de DSTs e aids em mulheres. Esse é um fenômeno brasileiro e mundial. Minas Gerais, sem dúvida, acompanha o "ranking" nacional, e tenho aqui uma tabela representando os números no Estado. Inicia-se em 1982, continuando em 1990, e ainda de 2000 a 2008. Na última década, os diagnósticos feminino e masculino cresceram demais. Vejam que, a partir de 2000, o número de mulheres é de 640 para 1.119 homens - praticamente de dois para um. Há 10 anos, no início da epidemia, havia 10 homens para cada mulher.

Pensando em organizar melhor minhas idéias, e aproveitando o tempo que é curto, expus no papel uma visão crítica e aqui estou para falar para essa platéia fantástica sobre o assunto. Analisando retrospectivamente a história da epidemia da aids, especialmente a tendência de feminização, identificada a partir da segunda década, após o isolamento do HIV, percebemos que, desde o início, estávamos diante de um fenômeno previamente anunciado, cujo gatilho foi armado a partir das representações sociais que construímos, conjuntamente - poder público, profissionais da saúde e sociedade -, com base nos dados epidemiológicos disponíveis à época.

No início da epidemia, era comum operarmos com conceitos quase que absolutos, em geral associados aos chamados grupos de risco, que incluem os homossexuais masculinos, os usuários de drogas, os hemofílicos e, mais adiante, as prostitutas.

Em linhas gerais, identificávamos como sendo risco para o HIV a promiscuidade sexual, traduzida pelo anonimato, a alta rotatividade temporal e multiplicidade de parceiros, bem como o uso de drogas, especialmente as injetáveis. Nota-se que construímos uma personagem bem-delineada e com características definidas que a identificava com grupos marginais e marginalizados em nossa sociedade.

Nesse cenário, todos aqueles que não mantinham pontos de contato com esses grupos se sentiam imunes ao HIV, protegidos contra uma epidemia cujos traços indicavam mais uma punição e comportamento desviante do que um legítimo agravo à saúde. Assim, homens heterossexuais e mulheres, especialmente as casadas e livres de drogas, estavam imaginariamente excluídas das políticas públicas de prevenção, em virtude da total desnecessidade de programas específicos voltados a esse público.

Ao se trabalhar com a lógica dos grupos de risco, restringindo as ações tanto de prevenção como de assistência a uma parcela determinada da população, criou-se a pretensa crença de proteção a todos os demais grupos sociais. Não foram raros os casos nos quais, independentemente das evidências clínicas, homens e mulheres tiveram seus diagnósticos postergados em razão da não-identificação de comportamentos tidos como típicos para a aids.

No caso das mulheres, era comum a não-consideração da hipótese da exposição pelo HIV, já que essas mulheres, sobretudo as casadas ou com parceiros fixos, tenderiam a ter uma vida sexual "normal", ou seja, sem promiscuidade, com um único parceiro conhecido e heterossexual, condições tidas como essenciais para a exclusão dos grupos de risco da época.

De fato, essa representação social da aids, entre outros efeitos adversos, influir profundamente na percepção de risco da população. Se o risco eram a homossexualidade, a promiscuidade, o anonimato das relações sexuais, bem como a sua frequência elevada, as mulheres brasileiras estariam realmente fora do alcance da epidemia. Sendo assim, como casadas, essas mulheres mantinham relações sexuais com os parceiros únicos e conhecidos. Portanto, não eram promiscuas. Da mesma forma, seus parceiros, de acordo com o modelo construído, eram heterossexuais, pois se relacionavam sexualmente com mulheres. Nada mais tranquilo.

Com o progressivo abandono do conceito de grupo de risco e a adoção da idéia de vulnerabilidade como vetor para o entendimento da dinâmica da epidemia do HIV e da aids, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro novos olhares foram lançados sobre a realidade, e um processo de desconstrução das representações da doença foi colocado em curso, dando margem à compreensão de que o risco para o HIV estava associado a fatores outros que não apenas e exclusivamente o comportamento do sujeito.

A partir da noção de vulnerabilidade, desloca-se o risco de infecção do sujeito, ampliando-se a atenção para fatores diversos, tanto de ordem social quanto, até mesmo, institucional, cujo controle muitas vezes foge da governabilidade do indivíduo.

Assim, passaram a ser consideradas fator de risco para o HIV questões relacionadas com relações e desigualdade de gênero, violência, machismo, poder, aliado à fragilidade das políticas públicas específicas para mulheres no Brasil do final do século passado.

Estava assim composto um quadro bem mais complexo daquele traçado na década anterior e que apresentava o condão de trazer as mulheres

ao centro das atenções dos movimentos sociais, governo e profissionais da área de saúde. Com mais de 10 anos de atraso, as mulheres se tornam protagonistas dos programas de prevenção e assistência às DSTs e à aids.

Esta nova forma de compreender o fenômeno trouxe avanços para o enfrentamento da epidemia no Brasil, mas também brindou a todos com desafios ainda maiores, já que evidenciou a premência de ações intersetoriais para se obter êxito nas políticas públicas de saúde voltadas para mulheres. Não que isso fosse uma novidade, mas reforçou a idéia de que à saúde cabia apenas parte das respostas contra a aids, já que o efetivo sucesso dependeria de uma ação coordenada entre os vários níveis do governo, sobretudo educação, ação social, previdência social, trabalho e justiça.

Tornando ainda mais complexo o enfrentamento da epidemia entre mulheres, evidencia-se a necessidade de se construir um modelo próprio capaz de dar conta de abarcar o fenômeno no Brasil, país no qual as relações entre homens e mulheres são marcadas por forte desigualdade e acentuada violência de gênero.

Por questões culturais, uma expressiva parcela da população feminina permanece dependente da figura masculina, não obstante o fato de que nesse mesmo segmento uma importante porcentagem de mulheres tenha assumido o controle financeiro de seus lares, mas, mesmo assim, mantêm uma relação de submissão ao homem, que lhes impõe marcas de violência física, moral ou psicológica e uma teia aparentemente de difícil escape.

Nessa estrutura social, elaborar políticas públicas apoiadas primariamente na adoção de preservativos pelas mulheres como forma de prevenção torna-se uma ação de feições ingênuas, uma vez que muitas delas nunca pensaram em discutir DSTs ou aids com seus companheiros e a simples menção a esse insumo pode desencadear desconfianças acerca da fidelidade e até mesmo reações violentas.

Possibilitar e ampliar o acesso ao preservativo feminino se mostra uma ação importante e que deve ser incentivada, porém deve ser pensada com delicadeza, sem nunca se esquecer de que esse insumo também irá inscrever-se em uma relação dual e, se a mulher não possuir um mínimo de segurança e assertividade para a propositura da inclusão dessa alternativa de prevenção em seu casamento, as mesmas consequências citadas podem ocorrer.

No campo da assistência, fenômenos similares também são observados. Estudos demonstram que mulheres, mesmo infectadas pelo HIV, tendem a colocar-se em segundo plano em sua escala de cuidados, dispensando atenção primeiro aos filhos e ao marido, para depois se tratarem, o que compromete a sua adesão e resposta ao tratamento.

Dessa forma, torna-se imperativo reafirmar os compromissos assumidos no Plano Nacional de Combate à Feminização da Epidemia, coordenando esforços múltiplos no sentido de uma resposta potente ao avanço dos casos de aids entre mulheres. Já estamos cientes de que mudanças estruturais precisam ser implementadas para obtermos êxito nessa empreitada.

Devemos, como profissionais da área da saúde, gestores da coisa pública, e a sociedade, sem dúvida nem hesitação, apoiar e incluir em nossas agendas de trabalho as demandas e reivindicações históricas do movimento de mulheres brasileiras, de modo a romper com a naturalização que faz crer serem as mulheres cidadãs de segunda categoria, criando, assim, espaços para que projetos emancipatórios ocorram e deles possa florescer a mulher livre e autônoma, capaz de construir e gerir os seus próprios planos de cuidado e prevenção, seja contra a aids, seja contra a violência de modo geral.

Como podemos verificar, a feminização da epidemia do HIV e da aids em nosso país indica não apenas o aumento do número de casos da doença, alterando as curvas estatísticas. Aponta, sobretudo, para uma nova forma, mais feminina, de se encarar o desafio da aids no Brasil, visto que não são as mulheres apenas afetadas pela aids, mas são elas que vem tomando a frente dessa luta de norte a sul do País, seja no governo, seja nas ONGs, com os pés no chão e sem fantasia ante o reconhecimento da dimensão do desafio que nos é proposto, mas com muito afeto e determinação para fazer valer os seus, os nossos direitos. Muito obrigada.

Apresentação Artística

O locutor - Neste momento assistiremos ao espetáculo "Fim das Amélias", apresentado pelo grupo teatral Trupe Dell'art, da Companhia Alma Dell'art, de Betim.

- Procede-se à apresentação artística.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, a bancada feminina da Assembleia Legislativa prestará homenagens às mulheres que se destacaram na efetivação das políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais. São elas: Cléia Márcia Rios Loyola, Assessora e Coordenadora da Divisão de Contratos da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais; Gláucia Coelho Cerqueira Cruz, Secretária Municipal de Assistência Social de Rio Pardo de Minas; Leizeny Corrêa dos Santos Cruz, Secretária Municipal de Assistência Social de Taiobeiras; Maria Lúcia Valadão - Tia Lúcia -, coordenadora do Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz - Naemc - Casa da Esperança de Ipatinga; Alba Valéria dos Santos, coordenadora da Creche Vila da Paz, de Ipatinga; Nalza Maria de Oliveira, fundadora e Presidente do Nantes Futebol Clube, de Ribeirão das Neves; Francisca Maria da Silva - Xica -, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro, de Ribeirão das Neves; Maria Aparecida Vieira Gomes, aqui representada pela nora Rita de Cássia Singulane; Edméa Moreira Machado, que compõe a Mesa, Prefeita de São João Nepomuceno; Conceição de Souza Coimbra, militante de movimentos sociais em Betim; Eni Rodrigues Silva, Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social de Esmeraldas; Virgínia Scarpatti Bouças, Vereadora do Município de Timóteo, e Andréia Martins de Souza Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano.

Convidamos as Deputadas Elbe Brandão, Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, que fizeram a indicação das homenageadas, para procederem à entrega das placas. As placas contêm os seguintes dizeres: "Ser mulher é ter um papel decisivo na promoção do autêntico desenvolvimento em todas as esferas da vida. A homenagem da Assembleia Legislativa por seu empenho na construção e na promoção dos direitos da dignidade, do bem-estar e do progresso de todas as mulheres".

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Neste momento, o Sr. Presidente cumprimentará as homenageadas.

O Sr. Presidente - Prometo que serei breve. Antes de encerrar, mais uma vez agradeço a presença de todos, manifestando a minha satisfação e honra em substituir o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, nesta comemoração tão importante para todos nós.

Na oportunidade, cumprimento todas as autoridades que aqui estiveram, as palestrantes, especialmente agradecendo a presença da Secretária Elbe Brandão e cumprimentando-a pela iniciativa de sempre estar em nossa Casa, hoje justamente homenageando as nossas mulheres, as nossas guerreiras Deputadas Ana Maria, Cecília, Maria Lúcia, Gláucia, Maria Tereza e Rosângela Reis. Por fim, cumprimento todas as pessoas que organizaram este evento.

Em meu nome e em nome dos meus colegas, também presto uma homenagem póstuma à nossa querida Dra. Orcanda, esposa do ex-Deputado Agostinho Patrús, já falecido, e mãe do nosso companheiro, esse brilhante Deputado que inicia na Casa nesta legislatura, o Deputado Agostinho Patrús Filho. Fica, portanto, registrado a toda a família o sentimento dos Deputados e desta Casa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/3/2009.) Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Weliton Prado e Rêmoló Aloise; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de presença - Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zézé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Acabei de ouvir a leitura da ata. No momento, não há nada a retificar. Gostaria apenas de proceder à sua discussão no que diz respeito ao meu pronunciamento no período da tarde, para comemorar e parabenizar toda a população de Minas Gerais por mais essa vitória. É importante acreditar, lutar, ter persistência e não ter medo de enfrentar e de cumprir a nossa responsabilidade de representar e de defender, de verdade, o povo. Esta foi mais uma vitória: conseguimos impedir o aumento do valor da água da Copasa. A partir do início deste mês, a população teria de pagar um aumento de 8,65%, que é, em média, quase 10% a mais. Esse foi o maior aumento solicitado pela Copasa nos últimos anos. Há um grande contra-senso, pois, justamente neste momento de crise, em que o Brasil inteiro fala em desonerar e reduzir a carga tributária, em Minas acontece o contrário, querem mais aumento. A Copasa queria um aumento de quase 10%, que seria o maior dos últimos anos. Ajuizamos uma ação por meio do Ministério Público. O Dr. Antônio Baêta, Promotor responsável pela defesa do consumidor, ajuizou uma representação no Tribunal de Justiça. Conseguimos uma liminar que impede o aumento do valor da água da Copasa. Além dos lucros absurdos que essa companhia obteve ao longo dos últimos anos, fruto do suor e do sangue do trabalhador mineiro e das donas de casa, que custam a pagar o valor cobrado, pois a água da Copasa é uma das mais caras do Brasil, em Minas Gerais quem determina o valor do reajuste é a própria Secretaria, que está ligada ao governo do Estado, que é acionista da Copasa. É a raposa tomando conta do galinheiro. A Lei Federal nº 11.445, de 2007, deixa bem claro que só pode haver reajuste na conta da água se houver uma agência reguladora e independente, com a participação dos Municípios, da população e das entidades. Infelizmente, em Minas Gerais, não há essa agência. Já apresentei um projeto de lei para a sua criação, com a finalidade de regulamentar o serviço de água, esgoto e abastecimento em Minas Gerais, o qual está em tramitação nesta Casa. Sem a criação dessa agência para analisar a planilha de custo, não pode haver aumento no valor da conta de água e esgoto. Por isso conseguimos essa liminar na Justiça. Os aumentos dos últimos anos foram absurdos. O lucro distribuído aos acionistas da Copasa é algo vergonhoso, pois os recursos dessa companhia deveriam ser investidos na melhoria do sistema. Ele deveria reverter ao consumidor, mas não é isso o que acontece, já que grande parte desse lucro vai para os acionistas, incluindo-se os estrangeiros, que faturam muita grana. Conseguimos essa vitória, mas a Copasa não aceitou a decisão, pois queria o aumento de qualquer jeito. Com três ações impetradas na Justiça, conseguimos impedir isso. Sr. Presidente, estou exercendo o meu direito de discutir a ata.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita que V. Exa. conclua seu pronunciamento, uma vez que não está solicitando a retificação da ata.

O Deputado Weliton Prado - Não faço nenhuma retificação, mas uma ratificação. Concordo plenamente com o que foi lido pelo Secretário. Estou exercendo o meu direito de proceder à discussão da ata. Não estou retificando, estou ratificando. Estou concordando e não tenho nenhuma retificação a fazer. Venho concordar com o que discuti no período da tarde. Só estou cumprindo o meu direito de fazer a discussão em relação à ata durante os 5 minutos. Não quero retificar nada. Estou ratificando, aliás, as palavras do 1º-Secretário, Deputado Hely Tarquínio.

O Sr. Presidente - O Regimento Interno permite que V.Exa. faça uso da palavra para retificar a ata.

O Deputado Weliton Prado - Então agradeço e, finalizando, mais uma vez parablenizo toda a população de Minas Gerais. Essa foi uma grande vitória. Da mesma maneira que conseguimos impedir o aumento do valor da conta de luz e acabar com a taxa de incêndio e a taxa para chamar a polícia, agora impedimos o aumento do valor da água da Copasa. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rêmolo Aloise.

O Deputado Rêmolo Aloise - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo porque, após mais de dois anos que V. Exa. preside esta Casa, pela primeira vez citou o art. 24, § 1º, que vai totalmente contra as palavras do Deputado Weliton Prado. Uma vez que V. Exa. tomou a decisão, acho que se torna necessário cumprir a decisão tomada por V. Exa. Caso contrário, V. Exa. terá de abrir mão do Regimento para os demais 76 Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com muita alegria, a presença em Plenário do Deputado Reginaldo Lopes, grande companheiro e amigo, Presidente do PT mineiro.

Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar o maravilhoso ato realizado ontem no Plenário desta Casa. Refiro-me à reunião especial para homenagear todas as mulheres de Minas Gerais, a qual foi organizada pelas Ilmas. Deputadas da Assembleia Legislativa, Gláucia Brandão, Rosângela Reis, Maria Lúcia Mendonça, Maria Tereza Lara e demais Deputadas. Foi um ato que ressaltou a importância da mulher na política, na sociedade moderna brasileira e na defesa da saúde pública, porque a reunião especial teve como escopo discutir a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Então esta Casa cumpriu um papel fundamental pela grande representação feminina que possui. Também foi ressaltada, Sr. Presidente, com muita justiça e acerto, a importância de se aumentar a participação feminina no parlamento e nos demais poderes da República. Em que pese a mulher representar mais de 50% da população, a sua representação ainda é muito tímida. Por isso são importantes as políticas públicas que valorizem a mulher, a fim de aumentar essa participação na vida política brasileira. Também parablenizo o Exmo. Sr. Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que prorrogou o período de licença-maternidade das servidoras do Legislativo de Minas Gerais de 120 dias para 180 dias. O Sr. Presidente da Casa, ao estender o prazo da licença-maternidade, antecipa, vai além, vai adiante do que está sendo discutido em Brasília, o projeto de lei que possui esse mesmo conteúdo. Assim registro também que, ainda ontem, tive a oportunidade de participar de uma atividade pública realizada pela Prefeita Marília Campos, de Contagem, a qual foi uma excelente parlamentar, uma excelente Deputada Estadual. Hoje, à frente do Executivo municipal de Contagem, vem dando bravo exemplo do papel da mulher na política, com uma administração voltada para os valores humanos e éticos. Ontem também pela manhã, a Prefeita Marília Campos, num ato em comemoração ao dia das mulheres, assinou lei municipal garantindo a extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias. Hoje é uma conquista da servidora pública municipal de Contagem, das trabalhadoras do Poder Executivo da cidade a extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias. A Prefeita Marília Campos homologou ontem a lei municipal que garante mais esse direito às mulheres contagenses, reforçando a importância de se ter uma mulher à frente da administração municipal. É importante ressaltar, Sr. Presidente, que a defesa da mulher é uma luta de todos, homens e mulheres. Aliás, a lei aprovada em Contagem se originou de requerimento do Vereador Alex Chiodi, que, com grande maestria e sensibilidade, apresentou à Prefeitura o requerimento, que foi acatado. É um homem que tem também o sentimento da defesa do papel da mulher. Quero parabenizar o Vereador Alex Chiodi, da cidade de Contagem. Parablenizo também a Prefeita Marília Campos, que foi sensível à causa. Quero parabenizar ainda o Presidente desta Casa, Alberto Pinto Coelho, e as nossas ilustríssimas Deputadas. Parablenizo todas as mulheres mineiras e brasileiras, dizendo sempre: 8 de março é um dia importante não por ser o Dia da Mulher, mas por ser uma data para se lembrar que dia de mulher são todos os dias, porque sem elas a sociedade não funciona, não avança. Parabéns às mulheres brasileiras, às mulheres mineiras e às mulheres trabalhadoras deste país.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, quero primeiramente cumprimentar V. Exa. por orientar alertar sobre como se deve proceder na discussão da ata com o propósito de retificá-la. Isso é elementar. Mas quero ressaltar que, apesar desse pressuposto da retificação, o que acabamos de ver foi um rosário de ataques à Copasa. Tenho uma visão muito clara - nunca vacilei nisso - de que aquilo que precisa ser feito para melhorar o serviço da Copasa, nós o fazemos nesta Casa de maneira bastante consensual, eu diria que unânime, sem nenhuma cor partidária. Mas o fundamental a ser dito é que temos orgulho de ter uma empresa pública de saneamento que é uma das melhores da América Latina, premiada em vários pontos do continente e respeitada mundialmente. Não podemos ouvir calados um rosário de ataques a uma empresa mineira competente e séria. Só para destacar um aspecto, Sr. Presidente: ela está iniciando um trabalho para levar saneamento básico a um preço subsidiado pelo Estado - portanto, um preço absolutamente simbólico, na maioria das vezes - para 92 cidades mineiras com Índice de Desenvolvimento Humano bem abaixo da média mineira e brasileira. São aquelas cidades mais pobres, que jamais teriam condições de ter água e esgoto tratados, seja por ação do governo municipal ou de quem quer que seja. E lá está indo a nossa Copasa para levar o tratamento de água ou de esgoto, o que significa levar saúde, qualidade de vida. Muito temos de fazer para que ela se aprimore, mas não posso ouvir calado uma série de ataques, até em respeito aos servidores da Copasa, à sua história, à parceria que ela tem com diversas Prefeituras. Sempre estou atento para que se possa cobrar do cidadão um custo mínimo, porque água é essencial, água é vida. Seria bom se ela pudesse ser tratada e sair limpinha na torneira, de graça. Mas não existe nada de graça; as coisas têm um custo. Daquele mais pobre, que se cobre taxa mínima, simbólica; aquele que pode pagar, que pague, senão ele vai desperdiçar, vai jogar água fora, lavar o passeio sem nenhuma responsabilidade. Mas a Copasa é uma empresa séria, muito bem dirigida hoje pelo seu Presidente Márcio Nunes, com uma equipe de gente competente, cujos resultados o Brasil inteiro reconhece. Agora a Casa do povo mineiro, nós, mineiros, não vamos saber reconhecer o valor do que é nosso? Claro que isso não deve nos cegar a ponto de não buscarmos corrigir alguma imperfeição. Claro que não concordamos com aumento abusivo nem queremos aumento nenhum na conta de água, mas fazer disso objeto de ataque a uma empresa que é dos mineiros, uma empresa competente, que é referência no Brasil e na América Latina? Não posso ouvir calado e não vou ouvir calado. Muito menos quando o pressuposto da discussão da ata não é cumprido, o que fere frontalmente o Regimento Interno. Portanto, Sr. Presidente, que fique registrado o nosso posicionamento, o nosso desagravo com relação a esse tipo de atitude. Num debate próprio sobre a empresa, vamos debater, aprofundar o assunto. Mas esse tipo de subterfúgio atingindo aquilo que é dos mineiros, é próprio de Minas Gerais, não entendo que caiba nesta Casa. Essa é a nossa posição. Não farei uso de todo o tempo que me cabe para esta questão de ordem, porque o meu objetivo não é atacar ninguém, e, sim, me posicionar. Para que prevaleça o que acredito ser o justo ou para que pelo menos esteja claro para quem está nos ouvindo: a Copasa precisa sempre procurar melhorar, diminuir os custos, ser mais eficiente no atendimento. Mas ela é dos mineiros e está procurando levar o atendimento aos lugares mais pobres. Portanto, vamos reconhecer aqueles que estão lá lutando com seriedade, os trabalhadores da Copasa, os funcionários e, naturalmente, a direção eficiente que tem melhorado a empresa nos últimos anos. Olhem que a Copasa vinha com déficit após déficit e já vive um quadro de crescimento, de fortalecimento, graças a uma administração séria que ali está.

Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, a convocação de uma reunião extraordinária se deve à votação ou à discussão da matéria em pauta. No entanto, o que estamos vendo aqui são assuntos que não estão relacionados à matéria em pauta. E não temos quórum para votação. Então solicito, de plano, o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 20 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 11, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; aprovação; verificação de votação, inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 18.865, 18.922, 18.947 e 18.956 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 13 Deputados. Portanto, não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito e declara prejudicado o requerimento de inversão de pauta do Deputado Padre João.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2009

Às 15h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a dar posse ao Vice-Presidente, apreciar matérias constantes na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, empossa o Vice-Presidente eleito, Deputado Antônio Carlos Arantes, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Frederico Pacheco de Medeiros, Secretário-Geral de Governo; Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Pedro Rogério Melo de Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia; Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário de Estado da Casa Civil, publicados no "Diário do Legislativo" de 19/12/2008; e do Sr. Múcio Túlio Teixeira Alvim, Presidente da Cenatte Embrãoes, em que manifesta satisfação pelos votos de congratulação recebidos desta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 899/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), e 2.763/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.929 e 2.941/2008 (relator: Deputado Chico Uejo). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.317/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Vanderlei Jangrossi, Chico Uejo, Domingos Sávio e Carlos Gomes (2), em que requerem a realização de audiências públicas para debater as mudanças do ICMS cobrado dos produtores rurais no Estado, e de debate público para discutir a necessidade de reforma das normas ambientais, em especial as relativas às áreas protegidas em propriedades e posses rurais; Délio Malheiros, Vanderlei Jangrossi e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, com o intuito de debater e apurar denúncias de adulteração do café nas torrefadoras no Estado de Minas Gerais; Carlos Gomes (4), em que requer a realização de audiências públicas nos Municípios de Viçosa, Almenara, Caratinga e Belo Horizonte; e do Deputado Padre João, em que solicita seja realizada reunião conjunta, em audiência pública, com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para discutir a inclusão das Escolas Famílias Agrícolas do Estado de Minas Gerais no Programa de Alimentação Escolar da Secretaria de Estado da Educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Carlos Gomes - Domingos Sávio.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Rêmoló Aloise e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Edvaldo Alves de Santana, Diretor-Geral Interino da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, publicada no "Diário do Legislativo", em 19/2/2009. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rêmoló Aloise em que solicita seja formulada consulta ao Presidente da Vale para que esclareça as razões pelas quais o núcleo de administração central da empresa se localiza na cidade do Rio de Janeiro, e não no Estado de Minas Gerais, onde é sua origem e se localizam as principais fontes de produtos da referida empresa; sejam convidados o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, o Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig -, o Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa -, e o Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -, para apresentarem a esta Comissão relato das atividades desenvolvidas pela Secretaria e pelas referidas empresas no ano de 2008, bem como os planos e projetos a serem desenvolvidos em 2009; Carlos Pimenta em que solicita a realização de audiência pública no Município de Riacho dos Machados, para discutir a reabertura da mina de ouro desativada há 10 anos; e no Município de Montes Claros, para discutir e acompanhar as atividades da Usina de Biodiesel de Montes Claros; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a realização de audiência pública para debater as ações do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - no Estado; e no Município de São Tomé das Letras para debater a real situação da atividade de quartzo no referido Município; seja realizada visita desta Comissão ao Município de Jacutinga, com a finalidade de conhecer as obras de implantação do gasoduto Paulínia-Jacutinga; Gustavo Valadares em que solicita a realização de audiência pública com a finalidade de obter informações sobre o alto potencial de exploração de gás natural no Médio São Francisco, que Municípios serão beneficiados e fazer levantamento da infra-estrutura aeroviária, ferroviária e hidroviária; e Weliton Prado em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 631/2007 e a exploração de recursos hídricos próxima às estâncias hidrominerais do Estado. A Presidência comunica que ficam prejudicados os seguintes requerimentos: dos Deputados Weliton Prado, em que solicita a realização de audiência pública para debater a exploração de gás natural na bacia sedimentar do São Francisco; e Gil Pereira em que solicita a realização de audiência pública no Município de Montes Claros, com a finalidade de expor e discutir as reais necessidades para a produção de biodiesel no Norte mineiro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Rêmoló Aloise - Tiago Ulisses - Célio Moreira - Gustavo Valadares.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Deiró Marra e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Danilo Moreira, Presidente do Conselho Nacional da Juventude, por meio do qual encaminha material de apoio aos debates da 1ª Conferência Nacional de Políticas da Juventude e solicita informações referentes ao tema; Marcos Rodrigo Higino Procópio, por meio do qual solicita providências para a solução de

problemas que menciona, no atendimento aos alunos da rede municipal de ensino do Município de Braúnas; Juraci Alacoque Azevedo da Silva, por meio do qual solicita informações em relação ao concurso público que prestou para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Estado de Educação; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Nardyello Rocha Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga (2) (19/12/2008 e 17/1/2009) e da Sra. Ivone Rodrigues Leite, Diretora da E.E. Paula Carvalho (5/2/2009). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.354/2008, no 2º turno, para o qual designou a Deputada Gláucia Brandão como relatora. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 2.853/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.063/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 2.913/2008 (relator: Deputado Deiró Marra); 2.919/2008 (relator: Deputado Carlin Moura), os quais receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.175, 3.189 e 3.195/2008; 3.212, 3.219, 3.296, 3.300, 3.301, 3.314 e 3.315/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública conjuntas com a Comissão de Saúde, para debater o índice de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência, o acompanhamento, a prevenção e as conseqüências da situação para o adolescente e para a sociedade; e requerimentos dos Deputados Padre João, em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater e dar encaminhamento à inclusão das Escolas Famílias Agrícolas do Estado de Minas Gerais no Programa de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação; Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para concessão de reajuste aos servidores da área administrativa das SREs, a fim de promover a equiparação com os agentes da Seplag. Retira-se da reunião o Deputado Deiró Marra. A Presidência prorroga o horário da reunião para até as 15 horas e suspende os trabalhos até as 14h30min. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença das Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Guedes e Carlin Moura. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita reuniões de audiências públicas para debater a Política Estadual da Juventude; o Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado; visitas da Comissão à Secretaria de Educação e ao Conselho Estadual de Educação; votos de congratulações com o Sr. Guilherme Bernardes, Diretor- Presidente das Faculdades Asmec, com sede no Município de Ouro Fino, pelo excelente trabalho realizado em prol da educação superior no Estado. É adiada a votação de requerimento do Deputado Carlin Moura, em que solicita informações à Secretaria de Estado de Educação sobre matéria veiculada no "site" www.estadao.com.br, no dia 23/2/2009, assim como informações sobre a política e os convênios que a Secretaria mantém com o Sistema S e escolas particulares, em substituição a uma rede estadual própria de ensino técnico, tendo em vista requerimento da Deputada Gláucia Brandão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Gláucia Brandão.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25/2007, EM 4/3/2009

Às 14h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à discussão e votação de proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião com a finalidade de debater, em audiência pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2009.

Antônio Júlio, Presidente - Délio Malheiros - Lafayette de Andrada.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2009

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.217, 3.220, 3.221, 3.222, 3.249 e 3.291/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio em que solicita seja formulado convite à Secretária de Turismo, para participar de reunião de audiência pública destinada à apresentação das atividades da Secretaria, relacionadas aos Circuitos Turísticos de Minas, bem como ao desenvolvimento turístico geral do Estado; seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Estrela do Sul, localizado entre as regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, destinada ao debate de temas relacionados ao desenvolvimento do turismo no Município e na região; Carlos Gomes em que solicita reunião de audiência pública, para debater o impacto da crise econômica mundial sobre as micro e pequenas empresas de Minas Gerais, além de propor tratamento fiscal diferenciado para tais segmentos empresariais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Bráulio Braz.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/3/2009

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Gláucia Brandão e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Registra-se a presença do Deputado Carlin Moura. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.381, 3.385, 3.386 e 3.403/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.444, 2.528, 2.864, 2.890 e 2.891/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência acusa o recebimento de requerimentos dos Deputados Weliton Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a questão da merenda escolar em Uberlândia; Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implementação da Medida Provisória nº 455, de 28/1/2009; e Fahim Sawan, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a questão da carreira dos Diretores de escolas estaduais. É retirado pelo Deputado Carlin Moura o requerimento em que pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Educação informações sobre matéria veiculada no "site" www.estadao.com.br, em 23/2/2009, e sobre os convênios que essa Secretaria mantém com o Sistema S. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os impactos ambientais causados pela construção de presídio estadual em área anexa ao Parque Municipal Tancredo Neves, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de março de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 12/3/2009, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.222/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.222/2008.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.102/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, e 3.169/2008, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.133/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Augusto Henrique Lio Horta, Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.738/2008, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes e da Juventude, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.104/2008, do Deputado Carlin Moura.

Do Sr. José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.995/2008, da Comissão de Política Agropecuária.

Da Sra. Maria das Graças Batista de Carvalho, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, comunicando celebração de convênio entre essa Secretaria e a Secretaria de Desenvolvimento Social para execução do projeto Ações Integradas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Capacitação da Rede de Atendimento às Mulheres. (- A Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais, justificando sua ausência a reunião da Comissão de Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Marineide Chaves Andrade, responsável pela Secretaria Judiciária da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.962/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Ten.-Cel. Sidney Miguel de Almeida Araújo, Comandante do 4º BPM - 5º RPM, pelo trabalho realizado para garantir o desenvolvimento e a segurança do Município de Uberaba (Requerimento nº 3.056/2008, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com o Sr. Marcelo Coutinho Amarante, Gerente de Proteção da Fauna Aquática e Pesca - GFAPE -, do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, pelos relevantes serviços no combate à pesca ilegal no Rio São Francisco, no local denominado Pontal do Abaeté, na região de Três Marias (Requerimento nº 3.106/2008, do Deputado Vanderlei Miranda);

de congratulações com o Deputado Agostinho Patrús Filho por sua posse como Secretário de Estado de Desenvolvimento Social (Requerimento nº 3.150/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Marcelo Lamego Pertence por sua nomeação como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (Requerimento nº 3.191/2008, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com a Sra. Marília Campos, Prefeita Municipal de Contagem, e com a Sra. Maria Aparecida Miranda, Coordenadora de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento, pela obtenção do Prêmio Josué de Castro de Boas Práticas em Gestão de Projetos de Segurança Alimentar (Requerimento nº 3.192/2008, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o jornal "Folha de Ponte Nova" pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.209/2009, do Deputado Padre João);

de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria de Mendonça Chaves, Ex-Deputado Estadual (Requerimento nº 3.211/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Escola Estadual Christiano Guimarães pelo transcurso de seus 80 anos de funcionamento (Requerimento nº 3.212/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, Ex-Presidente da República, pelos 15 anos do Plano Real, instituído em seu governo (Requerimento nº 3.216/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Estadual Vigário Torres pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.219/2009, do Deputado Delvito Alves);

de congratulações com o Sr. Elmo Braz, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado como Presidente dessa Corte (Requerimento nº 3.226/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com Dom Gil Antônio Moreira por sua nomeação, pelo Papa Bento XVI, como Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Juiz de Fora (Requerimento nº 3.228/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com Dom Eurico dos Santos Veloso, pelos excelentes serviços prestados à Arquidiocese de Juiz de Fora como Arcebispo Metropolitano (Requerimento nº 3.229/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Nilson Reis, Desembargador, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário Mineiro (Requerimento nº 3.240/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Antônio Carlos Doorgal de Andrada por sua eleição para Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 3.241/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade por sua eleição para Corregedora do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 3.242/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Wanderley Ávila por sua eleição para Presidente do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 3.243/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Deputado Federal Rafael Guerra pela sua eleição como 1º-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 3.247/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Rotary Club, pelas comemorações do Dia do Rotaryano e dos 86 anos do Rotary Club Internacional (Requerimento nº 3.250/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso com o Conselheiro Wanderley Ávila pela posse como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 3.271/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de aplauso ao Deputado Federal Odair Cunha pela sua eleição como 3º-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 3.277/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso à diretoria do jornal "Contagem & Ação" pela comemoração do seu 4º aniversário (Requerimento nº 3.278/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com a Academia Mineira de Letras pela comemoração de seu centenário de fundação (Requerimento nº 3.279/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Grupo Bandeirantes de Comunicação pelo início das transmissões digitais da Band - HDTV (Requerimento nº 3.282/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações aos Srs. Augusto Burle e Haruyoshi Ono, da empresa Burle Marx & Cia Ltda., em homenagem ao ano do centenário de nascimento do paisagista e artista plástico Roberto Burle Marx (Requerimento nº 3.283/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de apoio ao Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar Gomes da Silva, desejando sua rápida e pronta recuperação (Requerimento nº 3.289/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com a Sra. Jane Silva pelo trabalho desempenhado no Superior Tribunal de Justiça (Requerimento nº 3.290/2009, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do DER-MG - SINTDER-MG por sua condução à direção da Federação Sindical dos DERs do Brasil - Faserbra (Requerimento nº 3.293/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com Dom Antônio Alberto Guimarães Rezende pelo serviço religioso prestado à comunidade de Uberaba (Requerimento nº 3.297/2009, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações pela posse do novo Bispo Diocesano Dom José Moreira da Silva, em Januária (Requerimento nº 3.298/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Esporte Clube Democrata pela passagem dos seus 77 anos de fundação (Requerimento nº 3.300/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig - pelos 44 anos de atuação (Requerimento nº 3.301/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Sr. Sérgio Barroso em razão de sua posse no cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Requerimento nº 3.302/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Tenente-Coronel PM Irani Alvear Saraiva pela sua posse como Comandante do 18º BPM (Requerimento nº 3.307/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Padre Paulo Eustáquio Ibrain Cerceau pela posse como pároco na Paróquia São Gonçalo (Requerimento nº 3.308/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Padre José Geraldo Sobreira pela posse como pároco na Paróquia Nossa Senhora das Dores (Requerimento nº 3.309/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Padre José Luiz Rabelo Liberato pela posse como pároco na Paróquia Nossa Senhora das Dores (Requerimento nº 3.310/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Tenente-Coronel PM Rinaldo de Azevedo Lima pela sua posse como Comandante do 39º BPM (Requerimento nº 3.311/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com a comunidade de Botumirim pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.312/2009, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Buritizeiro pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.313/2009, da Deputada Ana Maria Resende);

de aplauso ao Clube Minas Gerais pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.314/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto pelos 170 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.315/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao jornal "Curvelo Notícias" pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.316/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - pelos 35 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.317/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Primeira Igreja Presbiteriana de Carangola pelos 60 anos de sua organização (Requerimento nº 3.324/2009, do Deputado Braulio Braz);

de congratulações com Sr. Rogério Avelar, Prefeito de Lagoa Santa, e toda Mesa Diretora da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - por sua eleição para o biênio 2009/2010 (Requerimento nº 3.325/2009, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a diretoria do Colegiado Regional de Secretários Municipais de Saúde Macro Norte de Minas - Cosems - eleita para o biênio 2009/2010 (Requerimento nº 3.326/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com a comunidade de Onça do Pitangui pelo 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.328/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Florestal pelo 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.329/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Conceição do Pará pelo 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.330/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de São José da Varginha pelo 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.331/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Igaratinga pelo 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.332/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Rotary Club de São Gonçalo do Pará pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.356/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de São Lourenço pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.357/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de São Tiago pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.358/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Pains pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.359/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Monte Sião pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.360/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Elói Mendes pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.361/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Divinópolis pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.362/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Cristais pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.363/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Cláudio pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.364/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Caxambu pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.365/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Carmo do Rio Claro pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.366/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Cruzília pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.367/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Cambuquira pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.368/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Candeias pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.369/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Itanhandu pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.370/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Três Pontas pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.371/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Arcos pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.372/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Oliveira pela passagem do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 3.373/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a comunidade do Município de Felício dos Santos pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.376/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Ingaí pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.377/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Datas pela comemoração dos 46 anos de emancipação (Requerimento nº 3.378/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Município de Augusto de Lima pela comemoração dos 46 anos de sua emancipação (Requerimento nº 3.379/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Diretor-Presidente das Faculdades Asmec pelo trabalho realizado pela instituição no Estado (Requerimento nº 3.420/2009, da Comissão de Educação).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, mais uma vez venho a esta tribuna reportar-me a um assunto cujo debate foi iniciado ontem nesta Casa. Acredito que ainda o debateremos muito, tendo em vista os últimos acontecimentos. Refiro-me à questão que tem chamado a atenção de toda a mídia mineira e nacional: a transferência ou até mesmo a criação de vôos a partir do Aeroporto da Pampulha, contrariando a Portaria nº 993, que estabeleceu o limite de operação no referido aeroporto.

Pela portaria ainda em vigor, o Aeroporto da Pampulha só pode operar com aeronaves turboélice com capacidade igual ou inferior a 50 passageiros. Esse é o limite hoje desse aeroporto. Há informações, conforme divulgado ontem, de que a Anac, num precedente que achamos grave, autorizou a operação desses vôos no Aeroporto Santos Dumont. Então, nossa preocupação é que essa medida se efetive aqui, no Aeroporto da Pampulha. Todos sabemos que existe um grande interesse comercial e também um grande "lobby" de empresas que lutam para que esses vôos sejam transferidos, ou mesmo criados, para o Aeroporto da Pampulha, o que achamos que seria um retrocesso muito grande. Eu diria que seria até mesmo irresponsabilidade das autoridades que porventura vierem a autorizar essa transferência.

Esse assunto vem sendo debatido há vários anos nesta Casa, mais precisamente desde 2004, quando nós, a requerimento de minha autoria, criamos uma comissão especial, a Comissão dos Aeroportos, cuja missão era estudar os aeroportos, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e o da Pampulha, uma vez que este se encontrava operando em situação bastante precária e o Aeroporto de Confins se encontrava totalmente ocioso, gerando mesmo indignação nas pessoas que atuam no setor. A partir daquela época, do nosso trabalho na comissão, durante seis a sete meses, chegamos a uma conclusão. Um relatório foi apresentado e aprovado nesta Casa e distribuído a todos os segmentos da aviação estadual e da aviação nacional. Na ocasião, em 2004, ficou claro que o Aeroporto da Pampulha não oferecia as condições mínimas para operação de aeronaves de grande porte, principalmente em relação a segurança.

Então, em nosso relatório foi apresentada sugestão para que se efetivassem as transferências de todos os vôos para Confins. Depois de muita polêmica, com o envolvimento e o empenho da equipe do Governador Aécio Neves, conseguimos junto à Infraero e à Anac que fosse efetivada a transferência dos vôos. Houve também o compromisso de se investir profundamente na implantação de obras complementares e até mesmo na duplicação da MG-010, visando a facilitar, melhorar o acesso ao aeroporto e diminuir o tempo de deslocamento de Belo Horizonte até Confins, o que era, à época, um grande empecilho, segundo as pessoas que defendiam a manutenção desse tipo de operação na Pampulha.

Aprovada a transferência, todas as medidas foram tomadas pelo Governador Aécio Neves. Houve, como todos sabem, a implantação da Linha Verde, hoje uma realidade, que veio diminuir o tempo de deslocamento até Confins. Houve várias melhorias no próprio Aeroporto Internacional Tancredo Neves. E também fizemos várias outras sugestões para melhorar o acesso, como a implantação de "check-in" descentralizado, como a ligação direta do metrô da Vilarinho até o aeroporto, também com "check-in" descentralizado.

Enfim, todas as medidas tomadas à época visavam a melhorar o acesso ao Aeroporto Tancredo Neves. Sabemos que hoje o aeroporto já é uma realidade. Para que V. Exas. tenham uma idéia, nos últimos 10 anos passaram pelo Aeroporto da Pampulha, por ano, de 2.800.000 a 3 milhões de pessoas. Durante esse período de operação, esses números não sofreram grandes alterações. Apenas em dois anos de operação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, registramos o atendimento de cerca de 5 milhões de passageiros por ano, ou seja, o número quase dobrou. De certa maneira, isso confirma que a transferência desses vôos para Confins foi medida acertada.

No final do ano passado fomos surpreendidos mais uma vez com a notícia, amplamente divulgada pela mídia, de que a Anac já realizava estudos para derrubar a Portaria nº 993, que estabeleceu limites para o Aeroporto da Pampulha. Imediatamente, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, propôs a criação de uma comissão, para estudarmos, mais uma vez, essa questão. A comissão, da qual tive o privilégio de ser Presidente, foi criada, e trabalhamos durante 120 dias. Após esse trabalho, constatamos novamente a inviabilidade de se efetivar essa transferência ou mesmo da criação de vôos de aeronaves de grande porte no Aeroporto da Pampulha pelos mesmos motivos apresentados e discutidos naquela época, ou seja, principalmente por causa da segurança em operação com aeronaves de tal porte. A partir daí, encaminhamos uma cópia do novo relatório, em que constavam medidas preventivas por nós listadas, a todas as autoridades do Município, do Estado e da União. Então, tendo em vista a precariedade do referido Aeroporto da Pampulha, apresentamos um requerimento, que foi aprovado, em que solicitamos ao Ministério Público Federal uma medida cautelar em face dos riscos que envolvem a vida das pessoas que o utilizam, bem como das que moram em seu entorno. Por meio de outro requerimento, também aprovado, sugerimos à Prefeitura de Belo Horizonte um monitoramento constante dos ruídos da área e, quanto ao licenciamento ambiental, pedimos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente que fizessem uma solicitação formal ao Aeroporto da Pampulha, que está operando sem a referida licença. Portanto, é necessário que se faça um licenciamento ambiental corretivo a fim de que o aeroporto continue suas atividades, principalmente para que possa operar aeronaves de grande porte.

Fui informado pelo Dr. Ilmar Bastos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, que essa notificação foi feita hoje pela manhã. Então, a Secretaria está solicitando à administração do Aeroporto da Pampulha que tome imediatamente as providências necessárias para que o processo de licenciamento corretivo seja iniciado. Com esse licenciamento, serão verificadas as condições de operação do aeroporto, bem como a possibilidade de se implementar lá a atividade transferida para Confins, qual seja a operação com aeronaves de grande porte.

Essa informação nos foi repassada hoje pelo Dr. Ilmar, e já solicitamos uma audiência com o Dr. Alceu, Procurador-Geral do Estado, a fim de levarmos a ele o posicionamento desta Casa, assim como cópia dos dois relatórios que foram aqui elaborados: um da primeira comissão, em 2004; o outro, do final do ano passado. Levaremos a ele, também, uma cópia da notificação feita ao Aeroporto da Pampulha hoje pela manhã. Solicitaremos, de maneira bastante contundente, que o Procurador-Geral determine, por intermédio do Ministério Público, que a transferência ou criação de novos vôos, principalmente de aeronaves superiores àquelas estabelecidas pela Portaria nº 993, sejam terminantemente proibidas até que, pelo menos, seja concluído o licenciamento ambiental. Não podemos admitir que o Aeroporto da Pampulha, principalmente por conhecermos suas condições atuais, opere sem o licenciamento ambiental. Essa é a exigência que apresentaremos ao Ministério Público Federal como medida preventiva para se evitarem ali acidentes de grandes proporções, que poderiam ocorrer em operações com grande aeronaves. Essa será a nossa fala ao Dr. Alceu, que esperamos atenda à nossa necessidade.

Deputado Domingos Sávio, V. Exa., quando abordávamos esse assunto na tarde de ontem, informava-nos acerca da grande obra que está sendo feita na cidade de Divinópolis, assim como em outros Municípios, pelo governo Aécio Neves. Na realidade, como V. Exa. nos lembrou bem, obras dessa natureza estão sendo realizadas em todas as regiões do Estado. A partir da transferência de vôos de grande porte para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o governo Aécio Neves determinou à sua equipe que fossem implementadas ações para fomentar o desenvolvimento de nossa aviação regional, que teria como portal o Aeroporto da Pampulha. Por essa razão, hoje presenciamos em todo o Estado, como V. Exa. muito bem lembrou, obras em várias regiões, o que possibilitará que nós, até o fim de 2011, contemos com cerca de 150, 170 aeroportos totalmente remodelados e adequados, até mesmo com operação noturna, a fim de atender à grande demanda da aviação regional, que nos próximos dois anos já estará comprometendo a capacidade total do Aeroporto da Pampulha.

Por essas e outras razões não podemos, em hipótese alguma, admitir que esse grande equívoco, que esse retrocesso seja efetivado em Minas Gerais. Estamos, mais uma vez, trazendo o assunto a esta Casa, contando com o apoio de todos os Deputados, com o objetivo de fazer o tema repercutir por todo o Estado, até que tenhamos uma solução definitiva para o problema. Hoje existe um movimento muito grande de toda a comunidade que reside no entorno do Aeroporto da Pampulha, que está amedrontada, apavorada. Soubemos que uma das associações comunitárias da região já ingressou com ação popular preventiva solicitando a não-autorização da transferência dos vôos.

Estamos aqui mais uma vez, Deputado Domingos Sávio e demais parlamentares, trazendo esse assunto à reflexão de todos. Contamos com o apoio de todos os senhores para que consigamos encerrar, de uma vez por todas, essa questão, que é um grande problema para toda a aviação estadual e, por que não dizer, nacional e, principalmente, para os moradores que residem no entorno do Aeroporto da Pampulha. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos que nos acompanham na Casa do povo mineiro ou que nos vêem pela TV Assembleia, antes de abordar o assunto saúde, que me traz a esta tribuna, quero apenas reiterar meus cumprimentos ao Deputado Fábio Avelar e dizer que estamos do seu lado. V. Exa., que tem liderado essa luta, tem o nosso apoio e, creio, o de todo o Parlamento mineiro para que não haja esse retrocesso, ou seja, para que o Aeroporto da Pampulha continue servindo aos mineiros e aos brasileiros, mas de forma mais regional.

Como V. Exa. disse, ontem mesmo estivemos na Secretaria de Obras com o Dr. Fabrício, que é o encarregado do plano de desenvolvimento da aviação regional em Minas Gerais, ocasião em que tivemos a oportunidade de confirmar com ele as obras em andamento em várias cidades, em particular no Centro-Oeste, por nos interessarem diretamente já que ali somos majoritariamente votados.

Em Divinópolis, por exemplo, as obras já se iniciaram e são da ordem de R\$12.000.000,00, aproximadamente. Por incrível que pareça, precisamos que tais obras sejam ampliadas, porque foi prevista uma obra fantástica para colocar a pista em condições de receber vôos regulares de maneira segura, com iluminação completa e cercamento de todo o Aeroporto, dando a segurança adequada para que tenhamos vôos comerciais permanentes, o que é fundamental para o desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste. Ocorre que não foi previsto um terminal apropriado de passageiros. Existe um terminal, mas não é o adequado, então já estamos trabalhando para que isso também seja incluído nas obras.

No caso de Piumhi, trabalhamos de maneira firme desde o início para que o Município fosse incluído no projeto, e as obras já se iniciaram, sendo que lá também não foi previsto o terminal. Fato é que conseguimos convencer e, além do asfaltamento da pista e da iluminação, já asseguramos também as obras de construção de um terminal.

Portanto isso vai dotar todas essas macrorregiões de Minas de condições adequadas para receber vôos regulares. O Aeroporto da Pampulha será, obviamente, um ponto estratégico para coordenar toda essa aviação regional, alcançando também, é claro, outras Capitais do País.

Sr. Presidente, quero tratar, de maneira mais precisa nesta tarde, do assunto saúde. Começarei fazendo justiça a uma série de coisas positivas e, finalmente, vou concluir mostrando os desafios que ainda temos, isto é, os grandes gargalos, os grandes problemas, sem deixarmos de reconhecer o grande esforço feito pelo Governador Aécio Neves e, de modo especial, pelo Secretário Marcus Pestana e equipe, em algumas questões muito estratégicas e que já estão manifestando, de maneira clara, resultados positivos. Destaco os consórcios de saúde.

Fui Presidente do consórcio de saúde do Vale do Itapecerica, sediado em Divinópolis, e, ao longo dos meus quatro anos como Prefeito, já acreditava nessa idéia, apesar da ausência de apoio. Foram quatro anos na Presidência e nenhum centavo de ajuda do governo do Estado, e assim também aconteceu com outros Prefeitos que me sucederam, os quais, da mesma forma, não viram um centavo do governo do Estado. Na verdade éramos olhados até com um certo desdém por esse esforço feito pelos Municípios, de se unirem para enfrentar um problema que é de todos. O problema da saúde pública é de todos nós, e é preciso enfrentá-lo porque os cidadãos mais pobres ficam ali, jogados à míngua, no momento de enfrentarem algum atendimento. Um Município pequeno, do interior, não dá conta e tem de ser socorrido por outros, e o consórcio tem esse espírito, mas agora isso não será mais preciso porque existe um governo do Estado que leva o problema a sério, e não é no discurso, mas na prática. Na verdade, ele já vem celebrando convênios, repassando dinheiro, equipamentos e condições de trabalho.

Dessa forma, esses consórcios começam a ser revigorados, e agora existe um programa importante, o chamado Transporte Solidário. Eu participei de sua primeira etapa, logo no meu primeiro mandato na Casa, e hoje ele vem fortalecendo-se. Esse transporte veio para integrar várias cidades por meio de uma rede composta de microônibus bem-equipados e bem-estruturados, proporcionando um tratamento digno, não de luxo, mas de conforto, a quem está doente, procurando um exame na cidade vizinha, uma cirurgia ou uma consulta especializada.

Deputados Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, além das figuras experientes na administração, como é o caso dos Deputados Getúlio Neiva, Inácio Franco e Carlin Moura, que já foi Vereador de Contagem, também vejo médicos que sabem muito bem o que estou dizendo.

O cidadão que precisa ser atendido fora do Município precisa do auxílio da Prefeitura. Aí, muitas vezes o transporte é inadequado; vemos até ambulâncias, que devem transportar o doente quando ele não tem condições de ser transportado em veículo comum, serem usadas para levar pessoas para consultas, com custo altíssimo para o Município, expondo as pessoas a risco, já que não são veículos apropriados para transporte de até 10 pessoas. Agora, a situação mudou: temos os microônibus, com ar-refrigerado, sistema de televisão, motorista e auxiliar de enfermagem treinados e qualificados, integrando um grupo de Municípios e levando o paciente aonde ele possa ser atendido com dignidade.

Acompanhei e trabalhei pela implantação do Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes - Cisver -, cuja sede é em São João del-Rei. São Tiago, onde nasci, faz parte desse consórcio; aliás, o Prefeito da minha terra natal é o Presidente do consórcio, e tivemos a alegria de vê-lo implantado ali no ano passado. É um sucesso, uma maravilha, com um atendimento digno. Também no ano passado vimos a sua implantação em Santo Antônio do Amparo, onde estou entre os Deputados mais votados, atendendo Oliveira e Bom Sucesso. Agora mais um bom número de cidades serão atendidas - cerca de 220, ou seja, quase metade do Estado. Isso merece o nosso aplauso e o nosso apoio, e, é claro, cada Deputado está acompanhando essa implantação em sua região. Eu, o Deputado Doutor Rinaldo e outros companheiros do Centro-Oeste estamos acompanhando e vamos procurar garantir a implantação do Cisvi em Divinópolis, não é, Deputado Rinaldo? Ontem mesmo conversava com o Prefeito, com o Ângelo, que é o Presidente do consórcio, e com o Secretário - aliás, como já venho conversando desde o ano passado -, procurando garantir para o Cisvi uma dessas unidades: são 12 microônibus e um caminhão para fazer a coleta do lixo hospitalar. Isso integra a região para a solução de um problema que aflige a todos. Se esse problema for enfrentado individualmente por cada Prefeito, o custo será maior e a qualidade do atendimento deixará a desejar.

Além do Cisvi, estamos acompanhando o *Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco - Cissaf* -, com sede em Luz. Também estive com o Marcelo, Prefeito de Moema e atual Presidente do Cissaf, meu companheiro de lutas políticas; com o Agostinho, Prefeito de Luz; e com o José Osvaldo, secretário do Consórcio, e estamos todos assegurando que o Cissaf também tenha esse atendimento.

Além do transporte, temos outro grande desafio, que é do conhecimento dos colegas que aqui estão e, de modo especial, do Deputado Doutor Rinaldo, que acompanha comigo a luta em Divinópolis: que o hospital que vai receber o paciente esteja em condição de recebê-lo. É claro que, se o paciente é transportado até um hospital, este tem de ter leitos do SUS e tem de estar em condições para atendê-lo dignamente.

Aí, ressalto outra ação importante do governo Aécio: o Pro-Hosp, que já vem alcançando tantos hospitais em todo o Estado e de que também temos procurado ser parceiros em toda região que atuamos, não só no Centro-Oeste. A Deputada Rosângela Reis, que vejo ali, sabe da luta que travamos para atender ao Hospital Siderúrgica, em Coronel Fabriciano, aonde fomos os dois. Trabalhamos juntos e, felizmente, vimos aquele hospital receber alguns recursos - parte por emenda orçamentária de minha iniciativa, parte por trabalho do Pro-Hosp. Hoje, o hospital está terminando a implantação de um centro cirúrgico. Da mesma maneira, conseguimos ampliar os recursos do Pro-Hosp para o Hospital São João de Deus, em Divinópolis, e para várias outras cidades mineiras. Poderia listar aqui um número enorme delas, mas o certo é que isso é de

interesse meu e de todos os Deputados.

Estou fazendo questão de frisar isso porque há pouco vi, por um canal de televisão da rede comercial, em um desses programas que mostram as mazelas da sociedade - que, aliás, acho muito apropriados, porque temos que mostrar, sim, os gargalos e as dificuldades -, dizer-se que nenhum Deputado se preocupa com nada a respeito da saúde. Isso não é verdade. É difícil achar um Deputado que não coloque, todo ano, em suas emendas, dinheiro para a saúde. E aqui em Minas Gerais esse dinheiro não vira dinheiro de sanguessuga, não; é dinheiro que chega aos hospitais e que viabiliza reformas de prontos-socorros, ampliação de santas casas e instalação de centros cirúrgicos. Eu mesmo, com emendas de minha autoria - podem conferir -, já tive a oportunidade de apoiar, ao longo do nosso trabalho, hospitais em Oliveira, São João del-Rei, Bom Sucesso, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Amparo, Piumhi, Cláudio, Bom Despacho, Moema e várias outras cidades. E cada Deputado faz o mesmo. Não é justa essa acusação.

Por fim, quero falar do grande desafio. Não basta o governo do Estado fazer esse esforço para integrar o transporte sanitário e para haver melhor atendimento nos hospitais, fazendo parcerias. É preciso rever a tabela do SUS, pois é inaceitável que o paciente do SUS continue sendo indesejável em um hospital prestador de serviço, já que não é possível ter todos os hospitais públicos. Ali, não se discute, é público, mas a maioria dos hospitais e santas casas são conveniados com o SUS. Uma parte dos pacientes são do SUS, outros de planos de saúde, e uma pequena parcela é de particulares. Os pacientes do SUS chegam a ser considerados indesejados. Ora, isso é inaceitável.

Não estou aqui para culpar o médico, pois não tem cabimento que ele chegue ao ponto de não conseguir sobreviver com a remuneração que recebe do SUS. É preciso ter coragem de tratar desse assunto, e abordo isso com clareza. Mesmo havendo essa dificuldade, temos que ampliar o número de leitos do SUS. É justamente por se tratar de um paciente indesejável que, em Divinópolis, de quatro hospitais, somente um atende pacientes do SUS. O próprio Deputado Rinaldo atenderia pelo SUS, se o hospital em que trabalha não se recusasse a fazer o convênio. O que temos que fazer?

Quero falar do esforço que estamos fazendo para construir ou adquirir mais um hospital para atender à região de Divinópolis e de todo o Centro-Oeste. Quando fui Prefeito, havia mais de 400 ofertas de vagas ao SUS em Divinópolis. Quando falo em Divinópolis, não me refiro apenas a quem mora lá, porque o atendimento de casos de média e alta complexidades não é feito na maioria das pequenas cidades. Se há necessidade de uma cirurgia cardíaca, o paciente deve ser levado para Divinópolis, assim como casos que requerem hemodiálise, casos de câncer, etc. O hospital tem obrigação com a região inteira. O Hospital São João de Deus faz um trabalho fantástico, e vamos continuar dando apoio para que se amplie e tenha um suporte do Estado, porque sem ele o caos seria absoluto. Mas não é suficiente, pois ele está ficando prejudicado.

Estamos trabalhando, e o Deputado Rinaldo tem sido um grande parceiro, para termos, em curto prazo, neste ano, uma definição em relação à construção de mais um hospital ou à compra de um hospital já pronto. O Hospital Santa Mônica foi considerado uma alternativa que está sendo discutida com a prudência, o cuidado e o respeito que esse hospital merece, pois não vamos chegar e comprar o hospital simplesmente. O hospital é privado, muito bem-estruturado e com excelente corpo clínico. Se for possível comprá-lo, melhor, pois o problema será resolvido mais rapidamente. Precisamos resolver o problema, e isso seria bom para todos, mas devemos respeitar todas as partes, os profissionais que lá trabalham. Ou, caso isso não se viabilize, poderemos construir um hospital.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, sou testemunha do seu empenho e do seu trabalho para juntos resolvermos essa questão de falta de leitos hospitalares para o SUS não só em Divinópolis, mas em toda a região Centro-Oeste, uma vez que se trata de uma cidade-pólo. Sou testemunha do empenho do Secretário Marcus Pestana em resolver agora essa questão, que já vem rolando há quase 10 anos. Com a competência do nosso Prefeito Vladimir e da nossa Secretária Cherie, do Governador Aécio e do Vice-Governador Anastasia, tenho a certeza de que chegaremos a um denominador comum para resolver essa questão, pois todos estão empenhados. Segundo nosso Secretário, o Centro-Oeste está em segundo lugar, depois do Vale do Jequitinhonha, em dificuldade de internações hospitalares.

A Comissão de Saúde estará em Divinópolis na semana que vem para ouvir a comunidade, e V. Exa. também estará presente nessa parceria em prol da saúde em Divinópolis. Essa reunião será muito importante, pois toda a sociedade interessada poderá usar a tribuna e dar sua sugestão.

Sabemos que a aquisição do Hospital Santa Mônica seria excelente porque o hospital já está pronto. No dia seguinte, pode ser feito um contrato com os profissionais, e já estarão fazendo as cirurgias tão esperadas do SUS, cuja fila de espera é de três anos. Então, estamos vendo que há uma luz no final do túnel, que está bem clara, e o nosso Secretário resolverá o mais rápido possível, com o apoio da Assembleia, com o seu apoio e o meu. E Divinópolis terá o prazer de falar que tem um hospital do SUS, que está atendendo o paciente do SUS com dignidade.

E também a opção do Hospital São João de Deus, que iremos ouvir. É um grande hospital do SUS da região Centro-Oeste, que faz transplante, de alta complexidade. Então, temos de trabalhar também para o Hospital São João de Deus continuar sendo esse grande hospital. Que continue tendo o seu Pro-Hosp.

Aguardamos V. Exa. na reunião da Comissão de Saúde em Divinópolis, com todas as autoridades da cidade e da região, para ouvir a comunidade. Tenho a certeza de que o Secretário tomará a melhor conduta possível após lhe entregarmos a ata desta reunião. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Domingos Sávio* - Eu é que agradeço. Sr. Presidente, para concluir, cumprimento o Deputado Doutor Rinaldo. Já havíamos falado sobre essa reunião e estaremos juntos para trabalhar por isso. Com razão, o Deputado lembra o Marcus Pestana e o nosso Governador Aécio Neves, que, em todos os momentos em que nos reunimos, estão firmes para nos ajudar.

Felizmente, vivemos um momento muito positivo em Divinópolis, com o Prefeito Vladimir muito empenhado nessa questão, com toda a sua equipe e com a Câmara Municipal também muito empenhada. Temos de estar todos unidos, Município, Estado e as diversas lideranças políticas, indiferentemente de partido. Esse é um problema do nosso povo, e estamos juntos para resolvê-lo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores desta Casa, amigos e amigas que nos acompanham hoje pelas galerias, sejam bem-vindos, e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, em tantos Municípios que hoje já captam o sinal desse veículo de comunicação que torna ainda mais próxima a ligação entre nós, representantes, e os representados, o povo de Minas Gerais.

Sr. Presidente, no próximo dia 8, domingo que vem, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Sabemos que tantas mulheres admiráveis deixaram na história, mesmo a contemporânea, como o caso de Madre Teresa de Calcutá, Irmã Dulce e tantas outras, uma marca que jamais será esquecida. Então, nada mais justo, às vésperas desse dia, que homenagearmos, como parlamentares e cidadãos, todas as mulheres que hoje não só enriquecem o nosso país, o nosso Estado e as nossas cidades, mas também lutam para que sejamos ainda mais dignos e prósperos.

Não obstante toda essa alegria que nos envolve no Dia Internacional da Mulher, sabemos que infelizmente ainda temos que lutar muito, não só pelas mulheres, mas contra todo o tipo de violência sofrido por elas, pelas crianças e até pelos nascituros, que ainda nem conheceram o lado de fora do ventre materno. Tenho acompanhado de perto, Sr. Presidente, a situação da pedofilia no Brasil, acompanhado o trabalho da CPI da Pedofilia, coordenada pelo Senador Magno Malta; em Minas Gerais, o trabalho importante do Dr. Carlos José, Promotor da Vara da Infância e da Juventude de Divinópolis; e todo o trabalho que visa acabar com a exploração sexual das nossas crianças e todo o tipo de violência, principalmente contra as mulheres.

Graças a Deus, sou autor de dois projetos que originaram duas importantes leis que tratam exclusivamente desse assunto. Uma é a Lei nº 18.029, que trata das gestantes privadas de liberdade - aliás, há pouco tempo, inauguramos o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade -, das lactantes, ou seja, daquelas que estão amamentando, e das mães de crianças na primeira infância. A outra é a Lei nº 16.835, que trata da assistência a vítimas de violência no Estado de Minas Gerais.

Hoje os jornais trazem, infelizmente, o caso assustador ocorrido em Alagoinha, Pernambuco, de uma menina de 9 anos abusada sexualmente, e que ficou grávida de gêmeos. Esse caso é muito triste e leva-nos a refletir, mais uma vez, sobre esse assunto e a não descerrar a bandeira da luta de enfrentamento à violência contra a mulher e a exploração infantil. Uma menina de 9 anos que, infelizmente, além de todo o sofrimento do estupro, ainda teve de ser submetida a um aborto de gêmeos. Isso é lamentável. Mesmo lutando para salvar as três vítimas, duas delas perderam a vida. É um absurdo. E a sua irmã de 14 anos também foi explorada sexualmente, abusada e estuprada pelo padrasto.

Sr. Presidente, fica aqui a nossa indignação. É preciso não só manter essa bandeira hasteada e continuar essa luta, que, aliás, tem de ser a de todos os parlamentares desta Casa, do Congresso Nacional e do governo de Minas Gerais, como já acontece, mas também avançar e ampliar os programas de políticas públicas em favor das mulheres e no enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, aproveitar a data oportuna do Dia Internacional da Mulher para manifestarmos a nossa indignação e a vontade e o desejo de lutarmos em favor dessa causa, em favor delas.

Portanto, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, como Minas Gerais tem feito em tantas e tantas áreas, esse é o momento de deixarmos mais um exemplo e uma marca para o nosso Brasil: a de valorização das nossas mulheres, não de maneira simplesmente superficial, mas colocando-as no lugar de importância que têm e merecem. E realmente, com isso, buscando cadastrar todas essas vítimas, por meio da assistência às vítimas de violência; proporcionar o acompanhamento psicológico e, por que não?, uma assistência médica a todas essas vítimas de violência e ampliar esses centros de referência. Já é uma promessa de nosso Governador e do Secretário de Defesa Social dobrarmos de 50 para 100 o número de vagas nos Centros de Referência às Gestantes Privadas de Liberdade. Mesmo assim, isso ainda é pouco diante de tantos casos e de tantas realidades, como mães que estão presas, amamentando, tendo ali seus filhos até um ano. É preciso que tenham um atendimento e um cuidado todo especial. Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, gostaria de deixar este pronunciamento em favor delas e, ao mesmo tempo, da nossa luta contra todo tipo de exploração e de violência contra a mulher.

Para encerrar, Sr. Presidente, sou um Deputado votado em muitos Municípios, com uma votação muito pulverizada - 764 Municípios. Isso faz com que precisemos estar sempre, aos finais de semana, em viagem por essas estradas tão perigosas.

Em cada região de Minas Gerais estamos também vivendo um momento oportuno, relativamente ao que o Brasil pretende.

Ao final deste pronunciamento, gostaria de mencionar o nome do Governador Aécio Neves, que realmente se tem destacado como homem importante na história de nosso Estado e do Brasil. Quando elogiamos aqui a decisão de prévias do partido do Governador, o PSDB, nós, do PHS, também mencionamos a importância de ter o Governador Aécio Neves disputando a Presidência da República. Essa não é uma oportunidade apenas de Minas, mas de todo o Brasil. Ter um homem que realmente tem feito diferença para o povo mineiro à frente do Brasil como Presidente da República é uma oportunidade que não podemos perder. Sem dúvida, não só em políticas públicas contra a violência sofrida pelas mulheres, mas também em assistência às vítimas de violência e tantas outras políticas públicas. Temos a certeza de que Minas Gerais se torna novamente referência nacional. Por isso o Brasil tem a chance de fazer com que o crescimento maior de Minas Gerais, em todos os aspectos, em relação às outras unidades da Federação seja aproveitado em caráter nacional.

Participamos há algum tempo do enfrentamento à violência contra a mulher no Palácio da Liberdade. Ao comemorarmos o Dia Internacional da Mulher, realizaremos amanhã uma manifestação do enfrentamento à violência contra a mulher na Prefeitura de Belo Horizonte. Deixo aqui nosso registro, o Brasil tem uma grande oportunidade que não pode ser desperdiçada. Percorrendo os quatro cantos de Minas Gerais, é muito visível, não obstante as dificuldades, as desigualdades e os sofrimentos que ainda oprimem o nosso povo - aliás, em poucos dias estarei no Vale do Jequitinhonha visitando mais de 20 cidades -, a evolução deste governo e de como ele se torna referência nacional.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Eros Biondini, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento extremamente oportuno. Quero também testemunhar que não apenas agora, às vésperas de comemorar o Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8, mas no dia-a-dia, V. Exa. engrandece muito esta Casa. Sua presença tem fortalecido a nossa luta - neste caso não é minoria, pois as mulheres são maioria - em defesa de todos os que, de alguma forma, são oprimidos. Aí se destaca uma série de minorias que, às vezes, são vítimas de atitudes um pouco autoritárias da nossa democracia. Democracia não pode ser o regime da maioria, tem de ser a forma de organização da sociedade em que todos sejam respeitados. As mulheres, que são maioria, continuam, infelizmente, sendo vítimas de violência.

A sua iniciativa de abordar esse tema foi muito feliz, em um momento em que o governo de Minas, em parceria com o governo federal, inicia um programa de combate à violência contra a mulher. Destaco o trabalho sério de uma mulher na Secretaria de Defesa Social, Virgíliã Rosa, grande batalhadora pelas questões referentes às mulheres de modo geral e pelas questões sociais. Isso ao lado da minha conterrânea de Divinópolis, Eliana Piola, também uma guerreira na defesa dos direitos das mulheres.

Parabenizo V. Exa por ser aqui um guerreiro em defesa das mais justas causas de todos nós, homens, mulheres e, em especial, dos que, de alguma forma, são oprimidos. Parabéns.

O Deputado Eros Biondini - Muito obrigado, Deputado.

Como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto, lembramos que 50% das pessoas abordadas são mulheres. Quando se trata da defesa da mulher, da violência contra a mulher, não podemos calar a nossa voz. O quinto mandamento é: "Não matarás". Não podemos, pois, aceitar nem sequer permitir que as sementeiras da cultura da morte, cujo objetivo maior é a legalização do aborto em qualquer fase da gestação, avancem no Brasil.

Como o nosso povo é totalmente contrário ao extermínio de crianças no ventre materno - os mais indefesos -, busca-se, com sofismas, justificativas para a prática do aborto em alguns casos, como se pudéssemos discernir quais casos permitem esse mal.

Queremos aqui lamentar atos monstruosos como o estupro dessa menina, ocorrido a cerca de 200km de Recife, o que acabou gerando uma gestação. Ficamos indignados e entristecidos com esse fato, sobretudo quando vemos essa criança estuprada. Somos todos contra a pedofilia e lamentamos que isso gere o mal maior, que é o aborto de gêmeos. Infelizmente não sabemos onde a maldade humana pode chegar. Queremos

levantar a bandeira de que as nossas mulheres têm de ser defendidas e protegidas desde o dia em que são concebidas até o dia de sua morte natural. Estaremos sempre lutando em defesa da vida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, caros Deputados, Deputadas, telespectadores, um grande número de Deputados esteve, ontem e hoje, no Palácio para compartilhar de duas realizações muito importantes do governo do Estado. Considero que a solenidade de ontem representa para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, e do Norte de Minas e parte do Rio Doce o início de uma nova era, de uma experiência de governo realmente fantástica.

O Programa Travessia coloca em média R\$5.000.000,00 à disposição de Municípios pequenos e pobres, na tentativa de melhorar o seu IDH, destinando cerca de R\$800.000,00 para a infra-estrutura urbana e recursos para a saúde, a educação, o treinamento de mão-de-obra. O objetivo é, no prazo máximo de dois anos, ampliar o IDH.

A experiência foi feita em três Municípios da nossa região, em Franciscópolis, Setubinha e Jampruca, aqui, em Ribeirão das Neves e Governador Valadares. Agora o governo do Estado expande esse programa para 35 Municípios, sendo 27 deles no Mucuri e no Jequitinhonha, 6 na região Norte e 2 no Rio Doce. É interessante verificar que, acoplando esse programa ao Processo, o interior de Minas ganha vida diferenciada. Apesar de sabermos que ainda demorará muito para que essas regiões deprimidas se igualem às nossas irmãs do Sul e do Triângulo, louvamos a iniciativa do governo do Estado e entendemos que o Governador Aécio Neves tem cumprido aquilo que prometeu em sua campanha, no seu primeiro dia de governo.

Gostaríamos de destacar o Projeto Travessia como uma obra magnífica de governo.

Hoje participamos de outra solenidade no Palácio, onde mais 12 Municípios tiveram autorização para asfalto na ligação de suas cidades. Foram beneficiados Icarí de Minas, Ibiracatu, Pai Pedro, Pingo d'Água, Josenópolis, Padre Carvalho, Botumirim. E, para felicidade da nossa região, o quadro ficou completo. Mas nenhuma cidade deixou de ingressar no Processo. Entraram Genipapo de Minas, Francisco Badaró, Berilo, Umburatiba, Maxacalis e Santa Helena, tendo completado o quadro de ações do governo na área do Processo.

Uma parcela considerável da população das cidades mais bem-aquinhoadas de Minas Gerais e até da Grande BH talvez não compreenda a importância do Processo. Vale dizer, Presidente, que Minas Gerais tinha 225 cidades sem ligação asfáltica, 219 delas estaduais, e, pelo cronograma, até o final do mês de março, as poucas que ainda faltam terão ordem de serviço. Isso significa que, ao final de 2010, o Estado terá cumprido sua obrigação de dotar de asfalto todas as cidades mineiras. Mas o que me causa espécie é um fato singular: das 225 cidades que não têm asfalto em Minas Gerais, 6 dependem do governo federal, porque as estradas são federais. E não há nenhum sinal do governo federal de que possa vir a atender a essas cidades, entre elas Chapada do Norte, onde temos uma amizade maior. Isso é de intrigar. Minas demonstra para o Brasil competência absoluta na área de infra-estrutura, e o governo federal não coloca nenhum centavo para ajudar a completar um projeto dessa envergadura. Hoje o Governador desabafou. Disse que era estranho porque, há muito tempo, Minas Gerais tem proposto ao governo federal a transferência de recursos para essas três estradas, e não consegue. São estradas federais. Temos um projeto de completar os 853 Municípios com ligação asfáltica, mas o governo federal é insensível aos apelos do Governador, o que é uma vergonha. Em verdade, é muito pouco dinheiro para o governo federal investir na ligação de seis cidades. Mais do que isso, Sr. Presidente, minha preocupação é que Minas tem a maior malha rodoviária do País e aparece nas estatísticas com o maior número de acidentes, é claro. E as privatizações que aguardamos não saem do papel. Há mais de três anos, prometem a privatização da Rio-Bahia, que vai do Rio de Janeiro, atravessa todo o nosso Estado, a BR-116, e chega à Bahia, existem outras estradas importantes como a BR-381, e as ações não acontecem. Quando converso com os companheiros, especialmente os do PT, com quem fomos coligados, todos os que apoiamos e aprovamos as ações do governo Lula ficamos nos perguntando por que o governo federal outorga tantos recursos para São Paulo e para o Rio de Janeiro, de tal forma que, se compararmos, Minas não recebe nem 20% daquilo que é repassado em nível federal para o governo de São Paulo. Não recebe 30% do que é repassado para o governo do Rio de Janeiro. Por que há esse boicote de São Paulo e Rio ao Estado de Minas? Por que o governo federal ampara esses dois Estados que boicotam Minas Gerais? Olho o horizonte político, olho para 2010 e verifico que há uma tentativa de enfraquecimento de nosso Estado, a fim de não se permitir que as ações deste governo sejam vistas pelos demais cidadãos do Brasil, sobretudo para não fazê-lo deslanchar mais ainda.

Temos um governo sério e uma gestão qualificada. Tenho minhas queixas como Deputado, assim como outros parlamentares as têm, de Secretários que atropelam o Deputado, passam por cima dele, fazem reunião no interior e inauguram obras sem convidá-lo. Na semana passada, o nosso querido companheiro Agostinho Patrús Filho foi a minha cidade inaugurar obra sem me convidar. Isso acontece muito. As pessoas do governo passam por cima dos Deputados, não respeitam os representantes eleitos pelo povo. No caso específico de Teófilo Otôni, estou a cavaleiro para dizer: em verdade, lá parece mais a casa-de-mãe-joana, todo o mundo manda lá, menos eu. O Deputado que teve 42% dos votos válidos não tem nenhuma importância para o governo em algumas situações. Os cargos são dados a amigos, parentes, companheiros, mas nunca ouvem o Deputado majoritário. Isso me deixa magoado.

Não é por isso que direi aqui que o governo não é bom. O Governador está indo muito bem, a parte administrativa é excelente. Do ponto de vista político, temos o direito de fazer as nossas queixas. Não me coloco na condição de vaca de presépio. Não estou aqui para enfeitar mandato nem governo, mas para dizer o que é verdadeiro. Elogio a ação do governo e lhe agradeço a Copanor, o Processo, o Programa Travessia, a atenção dada a Teófilo Otôni na área da saúde - só em 2007 foram destinados R\$16.000.000,00 em investimentos, mais R\$14.000.000,00 em 2008 -, o atendimento que é feito à minha região. No entanto, não consigo entender por que Secretários de Estado que eram Deputados até outro dia, que sabem que temos reuniões aqui de manhã, de tarde e de noite, nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras, marcam solenidade de inauguração nesses dias. Querem que não compareçamos ou querem ocupar o nosso espaço? Vão lá para roubar os nossos votinhos? Essa reclamação, que todos fazem à boca pequena, tranqüilamente as faço publicamente. Não tenho sido respeitado por Secretários, dirigentes de órgãos do governo na minha cidade-pólo, onde tenho mais de 40% dos votos.

Isso acontece com vários outros companheiros. Lembro-me de que citei um caso aqui do Deputado Mauri Torres: criaram uma regional de um órgão estadual e a inauguraram, sem a presença dele, na cidade em que é mais votado. Isso ocorre com o Líder do Governo nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, além de agradecer ao Governador suas obras, cumprimentar a sua equipe pela eficiência, pela justeza das ações, pelo cumprimento das obrigações, reclamar do governo federal, que apoiei, por não estar participando desse processo em Minas Gerais, também faço a minha queixa, e a faço publicamente, pois tentei fazê-la pessoalmente, mas não consigo sequer marcar uma audiência com o Governador há quatro meses. Faço essa queixa, que fiz ao Danilo anteontem. Acho que não dá mais para agüentar determinadas situações, no entanto acredito que seja possível consertar isso. O governo vai bem, as obras estão em andamento, está com suas finanças em dia. Se as coisas estão andando bem, por que há a necessidade de se permitir que pessoas que ocupam cargos no governo se sobreponham àqueles que têm mandato? Fico-me perguntando por que todo Deputado que vira Secretário tem mania de invadir território de terceiro. Na verdade, quando o meu partido, o PMDB, se reuniu, no princípio dessa legislatura, defendi, com o maior vigor, e todos endossamos, a proposta de não aceitarmos Secretarias. No momento em que colocamos um companheiro como Secretário, ele começa a pisar nos outros companheiros e a ocupar os espaços deles.

Esse assunto deveria ser tratado pelo governo do Estado com um pouco mais de seriedade: chamar a atenção dos Secretários de Estado, não só os que foram ou são Deputados, mas também os demais Secretários, para darem mais importância a esta Casa, que tem dado ao governo

tudo o que ele quis. Tudo o que o governo quer, em matéria de projeto de lei, tem sido apoiado por esta Casa por ampla maioria. Então, não há necessidade de termos uma separação entre o que é a representação popular do parlamentar e aquele que é o técnico burocrata escolhido para comandar essa ou aquela área. Eles não têm a sensibilidade política que temos; não sabem os detalhes de cada estrada, povoado e Distrito como sabemos; não conhecem as pessoas como conhecemos; e não são capazes de fazer a triagem dos assuntos para contemplar a maioria da sociedade.

Sr. Presidente, tenho absoluta convicção de que apenas esse detalhe precisa ser corrigido no governo. Não sou daqueles que simulam um tipo de atitude para ter outro tipo de resposta ou para ser beneficiado aqui ou ali em função de retirada de um posicionamento. Não tenho papas na língua, falo exatamente o que penso e sinto. Talvez por isso tenha conseguido manter aqui nesta Casa uma amizade muito grande e forte com nossos companheiros. Tento, de alguma forma, representar o sentimento de cada um. Tenho dito que, em verdade, mesmo os Deputados da base do governo não estão satisfeitos com o comportamento dos técnicos burocratas, que se consideram superiores até ao próprio Governador.

Sr. Presidente, peço 1 minuto para concluir meu pronunciamento. Quando vamos ao Palácio, o Governador nos trata com toda lhanza, com toda cortesia, o que não acontece com seus subalternos, que acham que são mais importantes do que o Governador. Aí, lembro-me daquela frase antiga: "Quer conhecer o homem, dê-lhe o poder". Há pessoas que não estão preparadas para ocupar poder nenhum, porque fazem besteira, bobagem. Este governo é bom, equilibrado, está produzindo, realizando, atendendo e priorizando os mais pobres, mas não é dado ao parlamentar que o compõe, que lhe dá suporte, o devido respeito.

Perdoe-me, Sr. Presidente, na verdade sei que a grande maioria dos Deputados desta Casa gostaria de endossar o que estou falando, mas não pode. Claro que temos um certo temor de vir a ser perseguidos aqui ou ali. Mas, a certa altura, não vale mais a pena temer. Meu último discurso aqui, no ano passado, foi exatamente para dizer que, no princípio deste ano, aguardaria um posicionamento político do governo em relação à minha região, à minha cidade, e esse posicionamento não aconteceu. A partir de agora, vamos começar a relatar todos os fatos e eventos que passam por cima da autoridade do votado, daquele que teve voto naquela região, para mostrar que, se trabalhamos, dedicamos e somos sérios e sinceros, precisamos ser respeitados, assim como respeitamos o Governador do nosso Estado.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, boa-tarde a todos e todas. Na verdade, Sr. Presidente, eu iria tratar de outro tema, relacionado à segurança pública, o qual tratarei em momento mais oportuno, em função do exíguo tempo que me resta.

A fala do ilustre Deputado Getúlio Neiva trouxe à tona uma reflexão que venho fazendo constantemente aqui. Os Deputados desta Casa, da base de sustentação do governo do Estado, têm defendido aqui um discurso que, na minha modesta opinião, não corresponde à realidade. Os Deputados da base governista de Minas tentam dizer o seguinte: "As estradas estaduais em Minas Gerais estão às mil maravilhas, um paraíso; e as estradas federais de Minas Gerais são o caos, o caos completo". Tenho andado muito por este Estado e tenho verificado essa situação. Ainda agora, no carnaval, foi feito um levantamento da situação das estradas estaduais e federais em Minas Gerais. Veja os dados, Sr. Presidente. Nas estradas gerenciadas pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER-MG -, a Polícia Rodoviária Estadual registrou 412 acidentes, 11,7% a mais que os registradas no carnaval de 2008. Em contrapartida, ilustre Deputado Getúlio Neiva, foram registrados 471 acidentes nas estradas federais que cortam Minas Gerais, com um crescimento de 5,26% em relação ao ano passado.

Vamos ver qual é mesmo o problema. Será que o problema é só as estradas federais, e as estaduais estão às mil maravilhas? Ainda agora, voltei de Salto da Divisa até Jacinto, numa das estradas mais antigas de Minas Gerais, uma das mais importantes, margeando o nosso velho Jequi, o Jequitinhonha. De Salto da Divisa a Jacinto, a estrada é de terra. De Jacinto a Almenara, encontram-se trechos de asfalto e trechos de terra. As pontes continuam aquelas pontezinhas de madeira. O que tem de bonito naquela estrada são as placas. É mais uma obra do governo do Estado. São placas enormes, maravilhosas. De Almenara a Itaobim, a velha estrada já asfaltada está com crateras, daquele tamanho. Está lá registrado. Quando se chega à Rio-Bahia, ela está sendo recapeada. Fui à nossa querida Brejo das Almas, a cidade de Francisco Sá, pela BR-251, que vai a Salinas, uma rodovia federal que está igual a um tapete, toda recapeada. Quando voltei para Belo Horizonte, pela BR-135, tão reclamada pelos Deputados desta Casa, ela está em obras. E, quando se chega a Curvelo, entra-se na BR-040, que está um verdadeiro canteiro de obras, em duplicação no trecho de Sete Lagoas. São obras do governo federal, obras do Presidente Lula. No tão sonhado Viaduto da Mutuca, o Viaduto das Almas, as obras tão esperadas pelo povo estão em andamento. Sabe por quê, Deputado Getúlio Neiva? Porque os números não mentem. Há um forte investimento hoje, no País, puxado pelo governo federal. Em contrapartida, o investimento do governo do Estado ainda é irrisório. Como constatamos isso? Recentemente, foi feito um balanço do nosso principal banco de fomento, o maior banco de fomento da América Latina, o BNDES, um banco do governo federal. Se comparados o banco de fomento federal com o banco de fomento do governo do Estado, o BDMG, o que os números nos dizem? O que os dados estatísticos nos dizem? Em 2008, foram R\$92.200.000.000 de aplicações no BNDES; no BDMG, foram R\$765.000.000,00. Ou seja, o banco mineiro, o BDMG, desembolsou o equivalente a 0,8% daquilo que foi oferecido pelo BNDES.

Em 2008, enquanto o desembolso do BNDES foi de 43%, o do BDMG foi apenas de 6%.

Sr. Presidente e ilustre Deputado Getúlio Neiva, na página do BNDES encontramos informações precisas, com enquadramento de valores, consultas, cifras e aprovações efetivadas. No balanço publicado no "Minas Gerais" pelo BDMG, encontramos meros números, sem nenhuma especificidade. Podemos constatar, Sr. Presidente, que, sem dúvida, há forte investimento do governo federal, também em Minas Gerais. Deputado Getúlio Neiva, hoje o Rio de Janeiro e São Paulo recebem, sim, investimentos do governo federal, pois o Presidente Lula não discrimina. No entanto temos de ressaltar também que Minas Gerais nunca recebeu tantos investimentos. Na época de Fernando Henrique Cardoso, Minas Gerais enfrentava o boicote.

As aprovações de infra-estrutura do BNDES totalizaram, em 2008, R\$44.300.000.000,00, com destaques positivos para a energia elétrica, R\$17.000.000.000,00, e transporte rodoviário, R\$14.000.000.000,00. O governo federal tem investido na malha rodoviária do País e, além disso, tem retomado aquilo que há muito foi esquecido: o investimento na malha ferroviária. Portanto o governo federal tem recuperado a malha rodoviária e retomado o investimento na malha ferroviária, que ficou esquecida desde o início de 1910, quando o saudoso Ministro da Aviação, Francisco Sá, que deu o nome a nossa querida Brejo das Almas, levou a estrada ferroviária para o Norte de Minas, Montes Claros e Salinas. Depois disso, pouco se fez pela ferrovia neste país.

Deputado Getúlio Neiva, penso que Minas Gerais, por ser a 2ª economia da Nação, tem maior potencial de investimento. O que está sendo feito ainda é muito irrisório. É preciso, principalmente neste momento de crise, aumentar, tensionar mais os investimentos públicos e fomentar a capacidade de investimento do BDMG. O Governador Aécio está fazendo o Processo. Na minha cidade, por exemplo, ele realizou obras do programa. Em Virgolândia, Peçanha e Coroaci, começou a realizá-las. Desde outubro, porém, estão dizendo que vão retomar as obras, que foram interrompidas durante o processo eleitoral; entretanto até hoje estão emperradas. Temos 5km de um lado e 5km de outro, em um trecho de menos de 50km, mas as obras de conclusão do asfalto de Virgolândia a Coroaci, Nacip Raydan a Marilac não são retomadas. Na cidade de Peçanha, está a comarca de todo o Alto Rio Doce. No entanto, a estrada de Peçanha a Coroaci, que tem apenas 50km e já foi aprovada, não sai do papel. Todos os dias, apresento um requerimento nesta Casa em que solicito informações ao DER sobre a data em que sairá do papel o tão esperado asfaltamento, mas nada acontece. Apenas dizem que tudo se resolverá depois do carnaval, depois das chuvas. Em um momento destes, temos de pôr a máquina para funcionar. É disso que precisamos. Na verdade, em Minas Gerais esquecemos de observar o que o governo federal está fazendo e ficamos brincando de desenvolvimento e de progresso.

Sr. Presidente, em razão do curto tempo, farei apenas essas considerações, mas, em outra oportunidade, pretendo discutir a segurança pública, grande questão que também preocupa Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, volto a esta tribuna e, antes de falar sobre o assunto que aqui me traz novamente, vou concordar, em parte, com a fala do Deputado Carlin Moura e dizer que reconheço o trabalho que está sendo realizado pelo Presidente Lula. No entanto, para quem mora às margens da BR-116, lamento a necessidade de cinco anos de espera por um recapeamento.

A travessia urbana de Teófilo Otôni, feita em 1987 com recursos que consegui no antigo DNER, está lá do mesmo jeito, desde 1987. Então existem situações boas e ruins. Fiz questão de reclamar porque um projeto da importância do Processo, que dependeria do governo federal, de recursos apenas para seis Municípios, em comparação com os 219 Municípios assumidos pelo governo do Estado, é um disparate incabível, e o Ministério dos Transportes deveria tomar providências. É um absurdo o comparativo. O Estado está bancando com recursos próprios ou com financiamentos internacionais o asfaltamento de 219 acessos a cidades mineiras, sendo seis o número de rodovias federais em que o Estado não pode atuar. E o governo federal o que faz? Não repassa o recurso para o governo do Estado fazer tampouco faz. Não há esperança, expectativa de termos recursos para esses seis Municípios, por onde passa a rodovia federal.

Quando o Deputado Carlin Moura fala da estrada de Itaobim para Almenara, é importante que se diga que, de Jequitinhonha para Almenara, a estrada é estadual, mas, de Itaobim até Jequitinhonha, ela é federal, e não há convênio de manutenção, só buraco. Da mesma forma, a ligação de Salto da Divisa com a Bahia, que é feita por uma estrada federal. Digo isso porque ele reclamou que os buracos vão até Jacinto, por isso estou lembrando-lhe que se trata de uma estrada federal.

Não quero especificar os erros do governo federal no Estado, mas lembrar que Minas Gerais, por ter a maior malha rodoviária federal do País, necessita de atendimento diferenciado, como o que foi dado aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O volume de recursos aplicados em Minas Gerais é inferior ao de São Paulo e ao do Rio, e não coloca o nosso Estado na segunda posição de importância que tem no Brasil. Na verdade, estamos em 6º lugar em repasse de recurso federal. Falar que existe, no BNDES, uma relação de recursos é uma beleza, isso é muito bonito, mas, se os senhores pesquisarem o "site" da Caixa Econômica Federal, verão que existe um dinheirão do PAC para Minas Gerais. Só para Teófilo Otôni, são R\$15.000.000,00, mas o dinheiro não sai do papel. É um dinheiro quirográfico, na linguagem de hoje, virtual. Você não vê a obra acontecer. Aliás, existe até um dinheiro para ligar e asfaltar uma região da cidade, de nome Tuma-37, e já faz dois anos que esse dinheiro está parado na Caixa Econômica Federal. Não basta estar disponível na Caixa, é preciso saber se vai acontecer a obra.

Como apoiador do governo federal, devo dizer que a Caixa não estava preparada para isso. É preciso confessar esse erro. Entregou-se à Caixa Econômica Federal uma função que não deveria ser dela, mas de dezenas ou talvez centenas de empresas de consultoria, de auditoria, ou empresas de projeto para acompanhar as obras. Não tem sentido um organismo financeiro como a Caixa Econômica Federal transformar-se em empresa de vistoria de obras para liberação de recursos.

Empacou tudo. O tal do PAC empacou porque a Caixa não tem competência nessa área. E não é culpa dos servidores da Caixa, pois nem era sua função acompanhar a aplicação de todos os recursos federais no Brasil. Seria preciso, primeiro, equipá-la com técnicos, no departamento de engenharia, competentes o suficiente para acompanhar as obras.

Minha região está muito feliz com o Governador, mas não podemos dizer que está feliz com o governo federal. Não vi uma obra do governo federal em minha região. Nada. O que existe lá é o Bolsa-Família, este sim, um grande e maravilhoso programa. O dinheirinho está sendo distribuído para todos, e os produtores rurais estão até se queixando por não achar mais ninguém para trabalhar, porque as pessoas estão felizes com o Bolsa-Família e não querem mais trabalhar. Não sou contra o Bolsa-Família, sou a favor. Mas onde está a porta de saída da miséria? Vamos manter essas pessoas por toda a vida com R\$90,00, R\$100,00 ou R\$150,00? Elas não têm o direito de acesso ao trabalho, ao emprego? Onde está a geração de emprego para esse povo? Onde está o suporte para que o pequeno produtor rural não saia do campo e venha a virar marginal na cidade? Tudo tem de ter uma razão de ser. O Bolsa-Família é decorrente do Bolsa-Renda e do Bolsa-Escola, do governo Fernando Henrique, ou seja, já tivemos tempo demais para encontrar a porta de saída. Não podemos manter milhões de brasileiros vivendo apenas da esmola do Bolsa-Família. Precisamos encontrar a possibilidade de trabalho digno para essas famílias, para essas pessoas. É preciso encontrar a saída.

Pergunto-me se a questão ideológica tem algum valor na discussão desses assuntos. Veja, Sr. Presidente, em minha cidade tínhamos 23 cozinhas comunitárias, que forneciam comida de graça nos Distritos e povoados e nos bairros pobres, mas foram fechadas pelo governo do PT, que ia dar mais Bolsa-Família. Ora, o Restaurante Popular - que está prometido para a nossa cidade desde o início do ano passado, mas não foi feito até hoje, e acho que não há tempo de fazê-lo ainda neste ano - vai cobrar R\$1,00 por refeição. Mas será um restaurante só e no Centro da cidade. Assim, o cidadão terá de pagar a tarifa de ônibus - são R\$2,00 para ir do bairro ao Centro, mais R\$2,00 para voltar - mais R\$1,00 para o restaurante. No total, são R\$5,00. Isso é programa de alimentação para pobre? Isso é fingir que se está ajudando o pobre. É preciso colocar a cozinha perto da sua casa, porque ele está desempregado - o governo não encontrou a solução para que ele trabalhasse, não lhe deu a oportunidade de trabalho. Ora, essas cozinhas que eram próximas às casas das pessoas, nos bairros, nos Distritos e povoados, foram fechadas pelo governo do PT e substituídas por um Restaurante Popular, que ainda não foi construído - torcemos para que seja construído, mas achamos que isso demora uns seis meses - e que, de qualquer forma, será feito no Centro da cidade, obrigando as pessoas a continuar com fome, já que elas não terão energia para andar de 10 a 15Km para comer ou não terão dinheiro para pagar o ônibus.

O fato é que há umas coisas erradas neste país que precisamos começar a discutir. Como falamos em nossa cidade: "Está bom, mas está ruim". Há coisas boas e ruins, e temos de falar do que está ruim. Precisamos repensar. O Bolsa-Família, decorrente do Bolsa-Renda, do Bolsa-Escola e do Vale-Gás do governo Fernando Henrique e ampliado brilhantemente pelo Presidente Lula, precisa encontrar a porta de saída. Precisamos descobrir uma forma de essas pessoas se integrarem ao mercado de trabalho. Em determinados momentos fico imaginando que até a ditadura tratou melhor os mais pobres ao criar as frentes de serviço, em que o cidadão trabalhava por quatro horas e recebia meio salário. Ou seja, ele tinha oportunidade de trabalhar, não era uma doação. Parece-me que essa doação envergonha as pessoas. Lembro-me de Luiz Gonzaga falando: "Uma esmola a um pobre que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão". Acho, Sr. Presidente, que a esmola, antes de redimir, oprime o cidadão.

Não há porta de saída para os miseráveis do Brasil se não pudermos provocar o governo federal para criar as condições e a geração de emprego para que essas pessoas possam deixar de receber apenas o Bolsa-Família e auferir os seus salários com dignidade. Uma família cujo pai e cuja mãe vivem de Bolsa-Família, sem oportunidade de trabalhar, dá aos filhos o exemplo de que não há necessidade de trabalhar para receber uma pequena esmola do governo. Não sou contra o Bolsa-Família nem os restaurantes populares gratuitos para os mais pobres, mas não posso aceitar que o governo Lula termine sem um programa de emprego para essas pessoas ganharem a vida com dignidade. Este é o meu posicionamento em relação a esse assunto: Bolsa-Família é ótimo, mas até agora o nosso Ministro Patrus, tão bom de serviço, não conseguiu encontrar a porta de saída. O pessoal está amarrado na esmola do Bolsa-Família. É preciso encontrar a saída, gerar emprego. Estou citando a ditadura, em cujo governo existiam as frentes de serviço que limpavam estradas e ruas, faziam o serviço da cidade e da zona rural. Eram pagos pelo governo, mas trabalhavam 4 horas para ganhar meio salário mínimo. Hoje ganham sem precisar fazer nada. Isso é ruim, pois as pessoas ficam mal acostumadas, e a maioria delas não quer ficar nessa prisão da esmola eternamente. Elas querem sair dessa condição de miserabilidade, e a solução é convocar o nosso mineiro Patrus Ananias. Por favor, Ministro, crie um programa que dê saída ao povo que está vivendo de esmola, crie um programa de oportunidade de trabalho e emprego real para as pessoas. Tire o peso dessa miséria das costas das Prefeituras, porque estão quase todas falidas. Quando se isentaram os veículos do IPI, as Prefeituras ficaram arrebitadas. As cidades estão morrendo, e é lá que o problema acontece, pois é onde o homem mora, vive e trabalha. É no Município, não é no Estado nem na União, que são figuras jurídicas.

Vivemos um momento interessante no Brasil, de repensar. No ano que vem, temos eleições e não poderemos deixar de tocar em algumas feridas, até sob o risco de ser mal interpretados. Sei que algumas pessoas vão dizer que fiz um pronunciamento contra o Bolsa-Família, mas estou falando a favor. A favor de uma porta de saída organizada. Poderão dizer que o Getúlio está criticando o governo Lula. Estou; assim como crítico o governo Aécio Neves naquilo que está errado. Mas tenho obrigação, como fiz em meu primeiro pronunciamento hoje, de destacar as maravilhosas e as competentes ações do governo de Minas Gerais e de reconhecer. Fui adversário de Tristão da Cunha, de Aécio Cunha, de Aécio Neves, mas tenho de reconhecer que hoje temos um governo competente, capaz de dar ao Brasil o exemplo de gestão eficiente e administração competente. Mas, sobretudo, se houver vergonha e juízo dos políticos para abrir mão das suas corriolas e seus esqueminhas parquiais, teremos a chance de dar ao Brasil o exemplo da administração de Minas, levando Aécio Neves à Presidência da República. Obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobre camarada Deputado Carlin Moura, minha saudação a todos os telespectadores e aos que nos acompanham nas galerias e no espaço da Assembleia. Gostaria de abordar vários assuntos, mas devo falar primeiro sobre o Bolsa-Família. Eu não ia falar sobre esse assunto, mas não posso ficar calado diante do que ouvi do nobre colega Deputado Getúlio Neiva, que já foi Prefeito e certamente sabe como era a política de assistência social antes do governo Lula. Volto à tribuna para dizer que a política de assistência social era uma política de assistencialismo, porque, antes do governo Lula, o que matava a fome do pobre ou eram os vicentinos ou eram os espíritas, com a campanha do quilo, ou era a humilhante cesta básica dada pelas Prefeituras, em que as famílias tinham que se cadastrar na Secretaria Municipal de Assistência Social, nos Municípios que a tinham. E, Deputado Carlin Moura, havia o dia do mês em que todas as famílias iam buscar cesta básica, na maioria dos lugares num processo totalmente viciado. Eu já disse aqui e sustento que, em muitos lugares, o processo de licitação para adquirir a cesta básica era viciado - o supermercado do próprio Prefeito ou o conchavo político que fazem no interior. E a família ficava a manhã inteira naquela fila que dobrava quarteirão na maioria dos Municípios do interior de Minas. Depois, tinha que sair com a cesta básica nas costas pela rua afora, numa situação humilhante.

O Bolsa-Família vem resgatar a dignidade da pessoa porque ela recebe R\$90,00 ou até R\$180,00 e entra no banco como o Deputado, que recebe bem mais. Ou seja, equipara a sua dignidade; o pobre é equiparado ao Deputado, ao Prefeito. Essa mesma pessoa que saca o recurso do Bolsa-Família, seja na casa lotérica, seja no banco, entra no supermercado de cabeça erguida, como o Deputado, como o Prefeito ou como qualquer outro cidadão. A dignidade da pessoa está sendo resgatada dessa forma.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS -, nobre colega Deputado Getúlio Neiva, não é só o Bolsa-Família. Temos de conhecer os projetos comunitários com que a nobre colega Deputada Elbe Brandão faz a festa, mas com recurso do governo federal. Temos de conhecer o Programa do Leite, desde o início do governo Lula, que chega como se fosse do governo do Estado, através da Secretaria da Elbe Brandão, mas é recurso total do governo federal. Então, é injustiça enxergar nas ações do Ministro Patrus Ananias somente o Bolsa-Família. Quantos projetos de geração de trabalho e renda, da agroindústria!

O PAA é o melhor programa do governo Lula e está na Pasta do companheiro Patrus Ananias. O que é o PAA? O MDS, num convênio com a Conab, compra todos os produtos da agricultura familiar - o milho, o arroz, o feijão, todos os tipos de verdura, legumes, o leite - e doa a entidades, pobres, asilos, Apaes, creches.

O PAA é um programa que está na Pasta do Patrus Ananias, considerado o melhor programa. Aí sim, em relação ao governo do Estado, temos um problema sério com o PAA. Sabem por quê? Realizamos audiência pública aqui para aprimorar e verificar a parcela e a contribuição do governo do Estado em relação ao PAA. Vejam bem a grande injustiça e omissão do governo do Estado. Enquanto o governo federal doa 100% do recurso - pois, ao adquirir os produtos da agricultura familiar e doá-los para as entidades, esse dinheiro é a fundo perdido -, sabe o que acontece, Deputado Getúlio Neiva? Enquanto nós, desta Casa, aprovamos a redução de ICMS para inúmeros produtos em todas as áreas, assim como para a construção de hidrelétrica e na parte siderúrgica, reduzimos de 18%, alguns para zero e 3%.

Deputados Getúlio Neiva e Carlin Moura, sabem quantos por cento incidem sobre a multimistura? Sobre ela ainda incidem 18% de ICMS. Como a própria palavra diz, a multimistura é a mistura dos farelos de arroz e de soja, da casca de ovo, das sementes de abóbora. Então é uma mistura agradável, pois tudo é torrado - aliás, pode misturar o amendoim torrado -, que tem salvado milhares de crianças pelo Brasil afora. Em Minas, quando a Conab vai comprar da associação dos agricultores essa multimistura, tem de pagar 18%. Vejam bem! Em relação a um projeto de R\$4.000,00, quanto fica no imposto? Realizamos audiência pública, discutimos isso e criamos um grupo de trabalho - Secretarias de Estado de Agricultura e de Fazenda, a Emater, a equipe da Casa, do nosso gabinete. Tenho aqui a cópia do decreto do Governador reduzindo para 3%. Esse decreto data do dia 6/8/2008, mas até hoje não foi implementado.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Padre João, é de fundamental importância realmente a defesa do Bolsa-Família, maior programa de inclusão social que este país tem. Para V. Exa., um Deputado que ganha R\$17.000,00 por mês, dizer que o Bolsa-Família é esmola, é fácil; todavia, para uma família que necessita dele para cuidar dos filhos e mantê-los na escola, o Bolsa-Família é um dos programas mais importantes em curso neste país. O Presidente Lula tem-se preocupado também com a geração de emprego e o desenvolvimento deste país. Ficamos nos exemplos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Só para 2008, Deputado Getúlio Neiva, foram quase R\$200.000.000.000,00 de investimentos na economia brasileira. Os projetos industriais responderam por 43% dos desembolsos do BNDES em 2008; a infra-estrutura, 39%; na indústria, foram R\$39.000.000.000,00, ou seja, um crescimento de 48% em relação a 2007; e, na infra-estrutura, R\$35.000.000.000,00. Há destaque para investimentos na área de alimentos e de bebidas com R\$10.000.000.000,00; material de transporte, R\$7.500.000.000,00 - aliás, tudo isso em 2008 -; transporte rodoviário R\$14.000.000.000,00; energia elétrica, R\$8.600.000.000,00; telecomunicações, R\$6.200.000.000,00.

O governo federal está preocupado, sim, com o desenvolvimento e o crescimento deste país, pois é assim que faremos a verdadeira justiça social. É preciso cuidar do excluído, do pobre, daquele que muitas vezes foi objeto e massa de manobra da elite brasileira, que hoje está tendo o seu grito de libertação reconhecido.

Deputado Padre João, em relação às estradas em Minas Gerais, teremos de fazer um debate mais aprofundado da situação da malha rodoviária do Estado. Temos de fazer um desafio nesta Assembleia e resolver essa questão da malha rodoviária em Minas para saber onde realmente está o problema. Para se ter idéia, Deputado Padre João, Minas possui uma malha rodoviária de aproximadamente 34.000km de estradas, dos quais 8.800 são da malha rodoviária federal e 25.000 da malha estadual. Dos 8.800km de estradas do governo federal, 91,4% são pavimentadas e, dos 25.000km do Estado, somente 64,67% estão pavimentadas. Então, precisamos de muito Processo. Teremos de fazer dois, três, quatro, cinco Processos neste Estado para cobrir o buraco, o rombo de anos que, reconheço, não foi deixado somente pelo Governador Aécio Neves. Mas não adianta vir com demagogia dizendo que o Processo é a melhor coisa do mundo, é mais do que obrigação, pois este Estado, do ponto de vista de infra-estrutura e de transporte rodoviário, ainda está na Idade da Pedra. Se não se modernizar essa infra-estrutura, quem é Minas Gerais, quem é o Governador de Minas para querer presidir este país. Em matéria de infra-estrutura, São Paulo dá um banho em nós.

O Deputado Padre João* - Deputado Getúlio Neiva, gostaria de fazer uma consideração em relação ao seu pronunciamento e um apelo a V. Exa. A consideração é que, na verdade, o governo Lula é mais governo do PMDB, partido de V. Exa., do que do PT. São sete Ministérios. O apelo que faço é relacionado ao Bolsa-Família ou à inclusão num processo produtivo na Zona da Mata e sobretudo no Jequitinhonha e no Norte. Já existe em Minas Gerais uma lei, de minha autoria, das microdestilarias, para a agricultura familiar produzir o álcool combustível. O Ministro de Minas e Energia é do PMDB. Faça, então, um apelo para, juntos, unirmos forças. O que acontece com Minas, sobretudo com o Jequitinhonha e o Norte, é um absurdo. Os trabalhadores saem dessas regiões e vão para o Triângulo e São Paulo. Isso é uma constatação, acontece todos os anos. É uma região que produz cana, cachaça, e onde se faz cachaça dá para fazer o álcool com a microdestilaria. Assim, devemos levar essa questão ao Ministro do PMDB, que está à frente do Ministério de Minas e Energia, para incluir essas famílias no setor produtivo.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Padre João, de forma clara disse que sou um político um pouco diferenciado. Não tenho atrelamento ideológico nem dependência política. Digo exatamente o que penso e sinto. Elogiei o Bolsa-Família. Deixei a Prefeitura da minha cidade com 12.342 famílias incluídas no Bolsa-Família. Esse é um projeto do governo Fernando Henrique Cardoso que Lula ampliou, e eu o apóio. O que estou cobrando do Ministro Patrus é a saída. Não podemos viver eternamente com o Bolsa-Família, é preciso gerar emprego para as pessoas.

Em relação ao suporte à agricultura familiar, tive a honra de ir com V. Exa. à Comissão de Política Agropecuária para defendermos essa questão. Concordamos com isso. Que há um erro do Ministério, há. Aliás, tenho propostas feitas ao Ministério de quando era Deputado Federal, para se fazerem as microdestilarias municipais.

Como Prefeito, cheguei a comprar três microdestilarias para o meu Município. Concordo com V. Exa. no que diz respeito aos excelentes programas do Ministério, a compra pela Conab, o apoio à agricultura familiar.

O que disse em relação às estradas - e o Carlin exacerbou - é que, enquanto o governo federal tem 6.000km de estradas em Minas Gerais, somente o Proacesso está fazendo 5.500km. Portanto o governo está fazendo uma obra fantástica. Temos de agradecer a ele o que tem feito. Louvo todos os dias o governo Lula pelos seus acertos, mas também tenho o direito de criticá-lo quando erra. Quem prestou atenção no meu pronunciamento de hoje percebeu que critiquei o governo do Estado. Então, onde há erro, critico; onde há acerto, aplaudo. É por isso que não temos tantas discordâncias. O consenso é bem maior. No entanto acredito que o debate vale a pena, é preciso estabelecê-lo, e esta Assembleia deve existir em função desses debates.

Estou gostando do reinício dos nossos trabalhos, porque, a partir de agora, em função das eleições do ano que vem, começaremos a desnudar os segredos existentes na mitologia de toda informação que está sendo jogada na cabeça do povo brasileiro. E o povo está zozno; ninguém está sabendo qual é a verdade. Vamos desmistificar alguns factóides e organizar um pouco mais a informação, para que o povo saiba o que está acontecendo. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Presidente, encerro o meu pronunciamento contando com a condescendência de V. Exa. Vemos que o que o governo federal repassa, por intermédio do PAA e do Bolsa-Família, e o que governo do Estado repassa, por intermédio da Secretaria de Fazenda, está sendo retirado. É um absurdo, uma vergonha o ICMS sobre a multimistura, que ainda está em 18%. A broa, o cubu, o biscoito de polvilho, a farinha, tudo tem ICMS, enquanto nós, nesta Casa, aprovamos sua redução de ICMS, chegando a zero para alguns produtos da grande indústria. Mas, para a agroindústria familiar, do pequeno produtor, ainda é zero.

Agradeço a V. Exa. É esse o meu pronunciamento.

* - Sem revisão do orador.

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/3/2009

O Deputado Deiró Marra - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, temos, nesta tarde, dois assuntos distintos de que tratar. Em primeiro lugar, manifestamos a nossa insatisfação com o trabalho que tem sido feito e com as questões que têm sido orquestradas pelos órgãos de segurança pública do nosso Estado. Por diversas vezes, tivemos em Patrocínio, na nossa região do Alto Paranaíba, cidade co-irmã de Patos de Minas, terra do nosso querido Deputado Elmiro, problemas seriíssimos na área de segurança pública. No ano passado, após várias denúncias, conseguimos levar a Comissão de Segurança Pública, à época presidida pelo Deputado Sargento Rodrigues, a essa localidade. Fizemos, então, uma visita à cadeia. Depois de dois anos ocupando esta tribuna e dizendo das dificuldades, da pouca vontade por parte dos órgãos da área com a segurança pública na cidade, conseguimos levar a Comissão de Segurança Pública a Patrocínio e mostrar a realidade do Município nesse aspecto. Infelizmente, fomos proibidos de apresentar, para as redes públicas de televisão, o estado caótico em que se encontrava a cadeia pública de Patrocínio. O Delegado de Polícia estava presente e, seguindo orientações da Secretaria de Defesa Social, comprometeu-se a não mostrar as imagens da cadeia. Tenho certeza de que tal fato não chegou ao conhecimento do nosso Governador.

Independente desse episódio, ocorrido em maio, já vínhamos denunciando as fugas que aconteciam em consequência da situação. Só para que os senhores saibam, além de Patos de Minas, que conta com o presídio regional, somente Patrocínio tem outro presídio na região, construído há cinco anos, mais ou menos. Tal presídio serve mais de 25 cidades. É evidente que a construção do presídio trouxe também diversos transtornos, mas não houve a compensação social por parte do Estado. Lembro-me muito bem das condições precárias que verificamos quando da visita da Comissão de Segurança Pública da Assembleia local. Logo após a audiência, solicitamos que o nosso Subsecretário de Defesa Social, Dr. Genilson, levasse ao governo do Estado o nosso pedido para agilizar a construção da cadeia pública. Em 2008, tivemos o compromisso, a certeza de que Patrocínio poderia ter essa cadeia pública, que serviria aos Municípios como Guimarães, Serra do Salitre, Iraí, Coromandel, Monte Carmelo, uma região de quase 800 mil habitantes.

Sr. Presidente, o que muito estranhamos é que, depois dessa promessa, em outubro do ano passado, houve uma rebelião no presídio e, conseqüentemente, uma fuga em massa dos detentos. Pelos relatórios apresentados pela Seds, em tese houve benevolência por parte do Delegado à época, bem como falta de ação da Polícia Militar. Ficamos chocados com o acontecimento, mas o que nos trouxe a esta tribuna foi o fato de recentemente termos tomados ciência de que um compromisso do governo não seria cumprido: a construção da cadeia pública ao lado do presídio, numa área que foi cedida pelo Município de Patrocínio. Como compensação, haveria a transferência da cadeia, localizada no centro da cidade, para uma área contígua à penitenciária, com verba garantida no Orçamento. Mas, caro Deputado Elmiro, após essa fuga, tivemos um imbróglio: a cadeia simplesmente não será construída tão cedo, em represália por ter havido, por parte do Estado, ineficiência em garantir segurança na cadeia já existente.

Nobres colegas, tenho certeza de que nosso Governador não tem consciência desse fato porque, há mais de seis meses, estamos batendo à porta do gabinete do Secretário de Defesa Social. O compromisso era de que as obras se iniciariam em junho do ano passado. Elas ficaram para este ano, e nada foi feito. Isso caracteriza descaso. Perseguir, punir a população de uma cidade ordeira com o atraso de uma obra de vital importância como essa, por não ter havido, pelo aparato do próprio Estado, a devida prestação do serviço de segurança pública, é inconcebível. Entendo que isso só pode ser engendrado por pessoas que não têm realmente interesse no crescimento e progresso da nossa Minas, tão anunciados pelo nosso Governador. Temos segurado essa bandeira.

Portanto, ainda que relutando, somos obrigados a vir a esta tribuna trazer a público essa questão, para que tanto o nosso Secretário de Defesa Social como todo o governo tenham ciência dos graves problemas sociais que o atraso dessa obra trará à população. Essa atitude pode, sim, ser o começo da solução. Volto a dizer que tínhamos o compromisso de iniciar os trabalhos já no ano passado.

Quero também, Sr. Presidente, dirigir-me aos nobres colegas para comentar um novo assunto. Pela segunda vez consecutiva, tivemos oportunidade de dirigir-nos a um órgão, o DNPM, que, apesar de federal, tem em Minas a sua maior fonte de arrecadação.

Gostaria, Sr. Presidente, nesta oportunidade, nestes minutos que ainda me restam, de externar os graves problemas que há nesse órgão, em especial quanto à estrutura física. Tive a oportunidade de ir lá e conversar com o atual Diretor, Dr. Sérgio Augusto Damásio. E ouvi, senhores, o verdadeiro testemunho de um servidor que busca solução para um problema em relação ao qual, aparentemente, falta entendimento tanto por parte do governo federal como também do nosso governo. Para que os senhores saibam, o DNPM arrecadou, no ano de 2008, mais de R\$899.000.000,00, dos quais R\$457.000.000,00, ou seja, 42,3%, são arrecadados em Minas Gerais. Trata-se de um órgão federal que tem arrecadação de quase 50% em Minas Gerais e pouco mais de 7% de seus funcionários lotados aqui, em Minas. Isso é, no mínimo, um descaso conosco, os mineiros; no mínimo, um desrespeito para com o nosso Estado. Esse órgão, como eu disse, tem quase 50% da sua arrecadação proveniente das verbas em Minas Gerais e tem pouco mais de 7% dos seus funcionários lotados aqui. A estrutura física do órgão, de um aparato que deveria existir para benefício dos mineiros, está altamente comprometida, está aí hoje a nos deixar na mão. Esse é o verdadeiro estado em que se encontra o nosso DNPM em Minas. Com isso, inúmeras pilhas de processos se arrastam; licenças de operação e licenças para alvarás não são liberadas. E Minas vem perdendo o seu espaço, a sua riqueza, porque não temos um olhar firme sobre essa atuação.

Os senhores bem sabem que a nossa linha de conduta aqui tem sido sempre a de trabalhar e apontar caminhos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo, Deputado, pelo pronunciamento e também corroborar com a tese que V. Exa. expõe aqui, hoje, confirmando que é verdade essa situação do DNPM, conforme fato que citarei. A Vale do Rio Doce tem uma dívida com o DNPM decorrente das ações da Vale no Estado do Pará. A Vale era detentora de uma mina de ouro no Município de Riacho dos Machados. Trata-se de uma mina que funcionou há 15 ou 20 anos; depois, a Vale resolveu desativá-la e vendeu a concessão dessa mina a uma outra empresa, e essa empresa intermediária revendeu a concessão a um grupo de empresários canadenses. Esse grupo adquiriu a concessão e está investindo no Brasil. Entretanto, a reativação da mina depende de uma autorização do DNPM, para que se possa fazer a transferência da concessão a essa empresa canadense. O grupo veio aqui, nós promovemos uma recepção muito grande no Município de Riacho dos Machados - um Município pobre, com um IDH de pouco mais de 0,5, uma cidade com quase 12 mil habitantes - , e o DNPM não quer fazer a concessão em decorrência da dívida da Vale com o Estado do Pará. Estamos em vias de perder, Deputado Deiró Marra, investimentos no valor de US\$170.000.000,00 numa cidade pobre, numa região empobrecida.

O pessoal, em consequência de uma norma deliberativa do DNPM, não se rende às evidências, à situação que estamos vivendo. Está na contramão da história. Enquanto procuramos a iniciativa privada, ou seja, enquanto estamos atrás de empresários para investirem em Minas Gerais, o DNPM está espantando investidores canadenses que querem aplicar aqui US\$170.000.000,00. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Deiró Marra, cumprimento V. Exa. e faço coro com suas palavras. Quanto ao DNPM, realmente estamos vivendo um caos em Minas Gerais. Como prova dessa assertiva, lembro que temos um requerimento aprovado na Comissão de Minas e Energia, recentemente criada nesta Casa para debatermos essa questão.

Hoje pretendo falar sobre o Sul de Minas. Aproveito para cumprimentar também o grande amigo e companheiro Vereador Moacir Franco, de Pouso Alegre. Ressalto que ainda não temos informações sobre a movimentação de inúmeros projetos do DNPM do Sul de Minas, particularmente de São Tomé das Letras, que é o maior pólo de quartzito do mundo. Por isso, sua manifestação nesta tarde é muito importante. Estamos aguardando a realização de uma audiência pública, a fim de conhecermos de perto a estrutura a que V. Exa. se refere. Temos de apresentar ações. O Deputado Carlos Pimenta denuncia a grave situação em que se encontra sua região. Da mesma forma, ratifico nossa preocupação com o Sul de Minas, no tocante ao decreto que trata de lavras e à movimentação de todos os projetos no DNPM. Parabéns!

O Deputado Deiró Marra - Para que os senhores tenham uma idéia, Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Antônio Carlos Arantes, dos 1.200 funcionários do DNPM no Brasil, temos apenas 32. Isso é um afronta ao nosso Estado, já que 50% da arrecadação saem daqui. É preciso que nossa bancada de Deputados Federais articule para que tenhamos funcionários com capacidade, à altura. Não estou falando de 600 funcionários, número este que, aliás, seria justo, mas do quadro mínimo, que é composto de 60 servidores. Há mais de 10 anos, esse órgão federal apresenta essa precariedade. Precisamos abraçar essa causa, pois isso representa quase 50% da arrecadação do Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Meu caro Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputadas e Deputados presentes, senhoras e senhores, imprensa; coincidentemente, Deputado Deiró Marra, estava me programando para fazer um pronunciamento a respeito do momento econômico que estamos vivendo. Na verdade, essa crise já deixou de ser financeira e passou a ser econômica. Para superar esse obstáculo, é necessário que as autoridades federais, estaduais e municipais cumpram seu dever, façam sua parte.

A questão do Departamento Nacional de Pedras e Minerais - DNPM - é muito séria. Há pouco tempo, eu dizia que estamos em uma verdadeira cruzada para fazer com que esse órgão libere a concessão de uma empresa canadense que quer investir no Norte de Minas, em Riacho dos Machados. Trata-se de uma cidade pobre, que está em uma área endêmica de doença de Chagas, cujo IDH gira em torno de 0,53, um dos menores do Estado. Uma cidade que precisa de investimentos, que não tem indústrias e que sobrevive apenas do FPM, que caiu em virtude da baixa da arrecadação do IPI e de outros impostos. Estamos vivendo esse dilema. A empresa já está apta a investir US\$170.000.000,00 em Minas Gerais, o que vai gerar 250 empregos diretos e transformar a região de Riacho dos Machados. Em virtude desse confronto, dessa queda-de-braço entre o DNPM e a Vale, essa briga já chegou ao STF, porque o DNPM não emite a ordem de instalação da empresa canadense, que vai explorar uma mina de ouro fechada há 15 anos no Município de Riacho dos Machados.

Trata-se de um debate que deve ser feito às claras, e, para isso, a Assembleia tem a Comissão de Minas e Energia, mas ainda é preciso convocar os representantes do DNPM, bem como os representantes do governo federal, para fazer chegar ao Presidente Lula essa aberração que está acontecendo. Muitas vezes creditamos vários feitos ao Presidente Lula, mas, na verdade, quem comete a burrice são os tecnocratas, os burocratas que se acham acima da lei, os maiores, tomando atitudes dessa natureza, o que faz com que pessoas culpem o Presidente Lula por situações como essa.

Temos grande chance de fazer uma discussão mais aprofundada. Aliás, o Diretor-Geral do DNPM em Minas Gerais, o Dr. Sérgio, é uma pessoa extremamente capaz, um funcionário de carreira que tem grande sensibilidade, apesar de muitas coisas fugirem a sua competência e autonomia. Isso porque ele fica concentrado em Brasília enquanto tudo acontece. O mesmo também acontece com o Presidente e seus Ministros, que ficam sem saber de nada, enquanto o Brasil sofre um prejuízo enorme.

Chegou a hora de haver uma discussão mais aprofundada a respeito. Foi bom tocarmos nesse assunto porque meu pronunciamento hoje é exatamente a respeito da presença do Presidente Lula em Minas Gerais, especialmente na cidade de Montes Claros, no dia 6 de abril, ocasião em que será instalado o Conselho Deliberativo da Sudene, sob a Presidência do Presidente Lula e com a presença de todos os Governadores do Nordeste brasileiro. Uma oportunidade como essa, que se vislumbra numa reunião de trabalho, só aconteceu na época em que Francelino era Governador de Minas. Nesse período, as reuniões realmente aconteciam em Minas Gerais.

Posteriormente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acabou com a Sudene; criou uma agência de desenvolvimento no lugar de uma superintendência, sem dinheiro, sem autonomia e sem recursos, o que trouxe um prejuízo incalculável para todo o Norte de Minas e, agora, para o Jequitinhonha e o Mucuri.

Então, Presidente, no dia 6, seria bom que esta Casa se fizesse presente à mencionada reunião. V. Exa. conhece bem a região e sabe que

temos de fazer número nela, maciçamente. Isso porque estamos falando de investimentos apenas para este ano. Investimentos de quase R\$1.500.000.000,00 para o Norte de Minas e para o Vale do Jequitinhonha. É dinheiro do governo federal, dinheiro do Fundo de Investimento do Nordeste Brasileiro - Finor. Um dinheiro constituído pelo Imposto de Renda e um dinheiro barato, porque as empresas que se instalam para montar uma pequena indústria, seja ela urbana, seja do setor agropecuário, além de terem em suas mãos esse dinheiro barato, também têm isenção de impostos por 10 anos. Dessa forma, essas empresas ficam durante 10 anos isentas de recolher os impostos municipais, o ICMS e os impostos federais, com tempo suficiente para se instalarem e promoverem o desenvolvimento.

Não podemos nunca deixar de comparecer a essa reunião. Não só eu, que sou do Norte de Minas, de Montes Claros, mas também os companheiros e companheiras votados no Jequitinhonha, no Norte de Minas, no Nordeste brasileiro e no Noroeste mineiro, a fim de mostrarmos a importância e a autonomia dada pelo Presidente Lula à Sudene ao criá-la e recriá-la.

Mas quero destacar a participação importantíssima do Governador Aécio Neves, porque não adianta promovermos uma reunião dessa natureza em Montes Claros e termos dinheiro ao alcance da mão, se o Estado não estiver preparado para elaborar os projetos e ajudar a iniciativa privada a fazer os seus programas. E o Governador Aécio Neves foi decisivo neste ponto: além de estar presente - lembrando que vai ser o anfitrião de todos os Governadores do Nordeste brasileiro -, ele está mostrando que Minas é um Estado preparado, que sabe de sua responsabilidade e não se exime de assumi-la. O Governador Aécio Neves vai estar com o Presidente Lula para mostrar que, dadas as suas características e dificuldades, Minas faz parte da região do Polígono da Seca do Nordeste brasileiro e não vai se furtar ao compromisso de assumir sua responsabilidade.

Também nesse dia, meu caro Tenente Lúcio, o Presidente Lula vai inaugurar a usina de biodiesel de Montes Claros, que hoje já está gerando dezenas de empregos, e vai gerar centenas, porque vai mobilizar toda a região norte-mineira. Hoje a matéria-prima para o biodiesel, a soja, vem da região de V. Exa., do Triângulo. Mas estamos mobilizados e vamos mostrar a viabilidade da plantação de mamona, pinhão-manso, girassol e outras oleaginosas para a produção da matéria-prima do biodiesel. E vamos estar com o Presidente Lula e o Governador do Estado na inauguração dessa usina.

Vivemos um momento extremamente complicado e difícil, pois a crise por que passa o mundo deixou de ser eminentemente financeira, já que foram aplicados mais de US\$15.000.000.000,00 no sistema financeiro de todo o mundo, e passou a ser econômica. Vivemos o caos econômico: não se arrecada mais, ninguém quer investir, ninguém quer dar um passo adiante, ninguém quer ousar e investir nos países emergentes, principalmente, como o Brasil. Mas vemos nisso a nossa grande oportunidade de explorar o que temos de melhor: a mão-de-obra, o comércio interno, o mercado interno. Temos de dar um fim a essa dependência. Fala-se que o mundo é globalizado, mas o mundo globalizado precisa do Brasil. Sem o Brasil, o mundo não se alimenta e não sobrevive. Então este é momento de mostrarmos a grande força do Brasil e fortalecermos o mercado interno do País, investindo em projetos produtivos, que gerem empregos e produzam alimentação para o País e para o mundo.

Vemos o desemprego bater às portas das indústrias, que estão quebrando e fechando. Ora, a grande indústria brasileira é o trabalho no campo. Mas esse trabalho precisa ser organizado; não pode ser essa baderna que vemos aí, quando movimentos insuflados por questões políticas querem promover a algazarra, a desordem, a quebradeira. Isso é contra o momento que vivemos. Acho que está na hora de pararmos de passar a mão na cabeça de incompetentes, de pararmos de injetar recursos públicos nesses movimentos que são eminentemente políticos, e começarmos a valorizar a propriedade, o trabalhador, as pessoas que se sabem importantes no processo de investimento e as indústrias que sobrevivem à custa do seu próprio trabalho, deixando de dar valor àquelas indústrias sanguessugas, que vivem na dependência de recursos públicos.

O momento é de reflexão, de acolhermos o Brasil e de os Prefeitos e Governadores fazerem o melhor para seus Municípios. É o momento de o Presidente da República assumir a sua condição de líder maior deste país e dar um basta nos setores do governo federal que estão na contramão da história. Como esse fato relativo ao DNPM, em que não querem trazer a iniciativa de outros países e permitir que milhões de dólares sejam investidos aqui. É preciso desburocratizar e tirar essa influência política - políticos que querem apenas se locupletar e partidos querendo apenas seus pedaços, mas despedaçando o País. Devemos procurar, dentro da ética, da moral, da consciência e do respeito às instituições e ao povo brasileiro, valorizar quem, efetivamente, tem valor.

Vou propor que a Casa constitua uma comissão especial para que possamos estar presentes em Montes Claros no dia 6, levar essas questões ao Presidente Lula e valorizar o Conselho Deliberativo da Sudene, principalmente os órgãos de Estado que estão preparando-se para não perderem os recursos disponíveis. No ano passado, Minas Gerais tinha à sua disposição R\$1.500.000.000,00 para projetos da Sudene, mas não apresentou nenhum porque não estava preparada. Os recursos de Minas foram para a Bahia, o Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, enfim, para o Nordeste. Isso, por despreparo nosso. Mas, ao ter conhecimento, o Governador tomou as providências necessárias, e esta reunião em Montes Claros será a estréia de Minas Gerais na busca desses recursos tão necessários à população norte-mineira. Obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos acompanha nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente quero destacar os investimentos, em fase avançada de discussão, relativos à agricultura no País, com maior montante para Minas Gerais. O grande desafio da agricultura e da pecuária hoje não é mais o crédito, mas a garantia de preço. Graças ao clima e à qualidade das nossas terras, a produção por hectare na pecuária e na agricultura tem sido excelente. Mas a garantia de preço é o gargalo do nosso próprio governo, como também falta responsabilidade e compromisso dos governos de Estado.

Em alguns Estados, a relação estreita de parceria avança mais. Infelizmente, em Minas Gerais o único avanço de parceria que houve com o governo federal foi ou está sendo o seguro, em que o governo federal entra com 50% e o estadual com 25%. Hoje, o agricultor pelo menos tem essa cobertura de 75%. Porém, há a garantia do preço mínimo, e o governo federal já avançou para alguns itens. Nem precisava dizer o termo adequado, embora a lei e as decisões do governo digam "preço mínimo". Talvez fosse melhor dizer "preço justo", de forma que não fosse pago por produto - de qualquer agricultor, ou mesmo pecuarista, na colheita, na safra - valor inferior ao que investiu.

Muitos dizem que no Brasil temos agricultura subsidiada, mas na verdade, em relação ao crédito, temos uma facilitação muito grande, um custo muito baixo do dinheiro destinado à agricultura. Porém, isso não basta. Como os governos do Estado podem facilitar? Temos experiência melhor no Estado de São Paulo, referente a alguns itens, no que tange ao ICMS, por exemplo. No Paraná, os avanços são bem maiores. Às vezes colocam Minas Gerais como modelo. Infelizmente, não chegamos a isso. Outros Estados, até mesmo São Paulo, em determinadas questões, estão mais avançados que Minas Gerais. Em relação à tarifa de água para agricultura, por exemplo. O que resolve termos uma das maiores empresas na produção de energia, produção, transmissão e distribuição de energia? A Cemig, diretamente, participa das três fases - produzir, transmitir e distribuir -, o que é até considerado ilegal por alguns, se se verificar a lei da Aneel. O que resolve termos essa maior empresa e ela continuar sacrificando os mais pobres, sobretudo os da agricultura, aqueles que dependem da irrigação? Só produzirão maior qualidade e quantidade usando a irrigação. Gozam de certo benefício quando essa irrigação é feita à noite, mas no sistema de irrigação, às vezes, num raio de 50m, utiliza-se um único canhão que tem que ser trocado de tempo em tempo. Ou seja, a pessoa tem de estar no campo, no meio do mato ou de uma plantação, correndo risco, pois sabemos que a maior parte dos animais peçonhentos têm vida noturna. Como colocar essas pessoas em risco para usufruir de um pequeno benefício? Tem que ser levado em conta que, numa série de fatores, o Estado poderia ter mais presença, para garantir que o agricultor e o pecuarista tivessem, de fato, renda.

Então, o governo federal entra com o crédito e uma boa parcela, arcando com a assistência. São várias entidades. A própria Emater recebe todo ano um montante significativo. Salvo engano, no ano passado recebeu mais de R\$5.000.000,00 para facilitar a assistência técnica, que ainda custa caro para o Município. Aliás, em muitos lugares não é ainda o que o agricultor precisa em relação à presença do técnico, do

agrônomo e do engenheiro, assim como do serviço numa linha mais destinada à agroecologia e à elaboração de projetos.

Essa ausência do Estado vem onerando muito o agricultor, de tal maneira que trabalha e trabalha, mas não tem renda. No primeiro ano do governo Lula, iniciou-se com aproximadamente R\$2.000.000.000,00 para a agricultura familiar. Em razão da crise, a proposta do governo para este ano, quando se juntam a agricultura familiar e a empresarial, é chegar a R\$100.000.000.000,00 - repito, para a agricultura familiar e a empresarial. Esse é um montante que nunca houve na história. Portanto, essa é a perspectiva e o planejamento para o Plano Safra 2009-2010.

Como disse, no primeiro ano do governo Lula começou-se com R\$2.000.000.000,00 para a agricultura familiar. Neste ano, chegamos a R\$13.000.000.000,00 para a agricultura familiar e R\$65.000.000.000,00 para a agricultura empresarial. O que se espera agora é dar um salto de R\$78.000.000.000,00 para R\$100.000.000.000,00.

Há um esforço enorme para resolver um outro problema da agricultura, que é a comercialização. Falta um programa do governo do Estado com o intuito de se estabelecer uma parceria com os governos municipais a fim de garantir a qualidade das estradas vicinais. Na verdade, o maior número de quilômetros em estradas se encontra no Município, pois são estradas-tronco, depois galhos para se chegar a cada propriedade. O Município não dá conta ou não vem realizando esse trabalho. Isso inviabiliza a atividade econômica ou então leva o agricultor e o pecuarista a ter uma atividade que não depende tanto da estrada. Se for produção de leite, depende-se da estrada quase todos os dias: dia sim, dia não. Portanto, a vida do homem, da mulher, do jovem e da criança do campo ainda está muito sacrificada. Falta seriedade do governo do Estado para, em sintonia com os governos municipais e federal, possibilitar melhor qualidade de vida para o homem e a mulher do campo.

Sr. Presidente, da minha parte seria apenas para fazer barulho, pois não resolve.

Não conseguimos instalar nenhuma CPI no governo Aécio. Não se consegue ter um trabalho sério de CPI. Deveríamos instalar uma CPI nesta Casa para apurar esse imbróglio do programa Luz para Todos. A execução desse programa no nosso Estado é uma vergonha. Enquanto outros Estados já universalizaram o programa Luz para Todos, aqui ele está parado. Mesmo com as metas apresentadas recentemente pela Cemig, maior empresa prestadora do serviço, não se consegue universalizar a eletrificação rural até o final de 2010. Ainda há mais de 100 mil famílias sem energia elétrica. É esse o tratamento que queremos estender para o País inteiro? É esse o tratamento que queremos para a criança, o jovem, o homem e a mulher do campo? Sabemos que, em Minas Gerais, foi gasto um valor bem superior ao que outras empresas gastaram, como a Energisa - denominada anteriormente Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. O custo de ligação da Energisa foi quase a metade do que a Cemig pagou. Qual a relação da Cemig com a Andrade Gutierrez, com a Queiroz Galvão? As empresas terceirizadas, que pegaram a maior parte e executaram o programa, foram as mesmas que fizeram altas doações para campanhas de uma parte de políticos. Então, qual é essa relação?

Lamentavelmente, não conseguiremos emplacar aqui uma CPI. O programa está emperrado, e é uma falta de respeito com os que permanecem no campo, ou seja, 115 mil famílias. Mais de meio milhão de pessoas não têm acesso à energia elétrica e, conseqüentemente, não têm acesso a um tanque de resfriamento de leite, a uma geladeira, a um chuveiro e a tantos outros serviços essenciais à vida. São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de saudar a todos e a todas. Novamente, venho a esta tribuna comemorar mais uma vitória de toda a população de Minas Gerais. Por isso é importante acreditar, trabalhar e mobilizar. Quando há mobilização, há vitórias. Lembro um pouco do passado para os muito descrentes, que não acreditam na possibilidade de fazermos mudanças e transformação. É difícil, mas conseguimos. Aliás, há um ditado popular que diz: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Em nosso mandato, acontece dessa forma. Assim escolhemos um tema, trabalhamos e discutimos quantas vezes forem necessárias. Com grande mobilização de entidades e de associações, com a nossa assessoria trabalhando na divulgação dos trabalhos, com o apoio da assessoria jurídica, conseguimos com êxito impedir a cobrança da taxa de incêndio para todas as residências de Minas Gerais. Entramos com uma ação no STF questionando a taxa de incêndio para o comércio e a indústria. Estamos também com uma ação na Justiça, pois grande parte dos recursos arrecadados com a taxa de incêndio, aliás quase sua totalidade, fica para o caixa único do Estado, e os Municípios estão com muitos problemas com os equipamentos do Corpo de Bombeiros.

A cidade de Uberlândia, como a maioria dos Municípios de Minas Gerais, não tem escada magirus. Os recursos da taxa de incêndio cobrados do comércio e da indústria seriam investidos na manutenção e melhoria dos equipamentos do Corpo de Bombeiros, o que não tem ocorrido. Foi uma grande vitória impedir a cobrança da taxa de incêndio para as residências. Conseguimos acabar com as taxas para chamar a polícia e para fazer o boletim de ocorrência; realizamos uma grande campanha popular, em que se propôs a redução da tarifa de energia elétrica em Minas Gerais - e foi uma redução histórica de 17%, a primeira em 56 anos da Cemig. A mobilização foi grande. Conseguimos provar irregularidades na planilha de custos. A nossa conta de luz, a mais cara do Brasil, baixou 17%. Continuamos lutando pela redução do ICMS cobrado na conta de energia elétrica da Cemig, que também é o mais elevado do País - com a cobrança por dentro, atinge 40%.

Muitos não acreditaram que as ações referentes à Copasa seriam possíveis. O serviço que essa empresa presta também é essencial, assim como a energia elétrica. A tarifa de água cobrada em Minas Gerais é uma das mais caras do Brasil. A Copasa atende à maioria dos Municípios mineiros, ela está presente em mais de 500 Municípios. Sempre digo que o valor da água da Copasa é a preço de vinho. Os aumentos dos últimos anos foram exorbitantes, bem acima da inflação. Já entramos com três representações no Ministério Público questionando os valores dos reajustes, a qualidade do serviço, o esgoto jogado em rios, córregos e lagoas, e que não é tratado. E a população paga pela água e pelo tratamento do esgoto, que muitas vezes é cobrado atingindo até 80% do valor da conta - em algumas cidades onde não existe esse tratamento, ele chega a 100%. Por meio do Ministério Público e do Promotor Antônio Baêta, conseguimos uma liminar que proíbe a empresa de reajustar as contas de água e esgoto. A liminar foi concedida em janeiro pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e a Copasa queria conceder um aumento médio de 8,65%, a entrar em vigor a partir de março, ou seja, a partir deste mês. A empresa não ficou satisfeita, entrou com recurso no Tribunal de Justiça e perdeu, tendo recorrido, então, ao Superior Tribunal de Justiça.

Obtivemos uma grande vitória, conforme mostra matéria publicada no jornal "O Tempo": "Superior Tribunal de Justiça também proíbe aumento na conta de água em Minas Gerais. Reajuste só pode ser concedido por agência reguladora, órgão que ainda não existe no Estado". A Lei nº 11.445, de 2007, estabelece que o único órgão que pode definir o aumento do valor da conta de água é uma agência reguladora autônoma e independente, com participação dos Municípios, dos consumidores, das entidades. Mas infelizmente essa agência não foi criada em Minas Gerais. Portanto a legislação federal estabelece essa obrigação, e o Estado não a cumpriu; ao contrário, aumentou a conta de água e esgoto, o que vem repetindo-se a cada ano.

Em 2007 entramos com representação no Ministério Público. Por meio de ações como essa, conseguimos a liminar que proíbe a Copasa de reajustar as tarifas. Foi uma grande vitória do consumidor. Isso mostra, mais uma vez, a atuação do nosso mandato em defesa dos consumidores mineiros, em defesa do povo. A economia prevista está em torno de R\$20.000.000,00. A Copasa não tem motivo algum para alegar prejuízo, porque seus lucros, ano após ano, realmente só crescem. Tenho dados sobre os valores repassados apenas aos acionistas.

Para se ter uma idéia, em apenas nove meses de 2008, o lucro líquido da empresa foi de R\$349.000.000,00. Em 2006, foram distribuídos pela Copasa mais de R\$246.000.000,00 de dividendos a seus acionistas. Segundo o Setor de Relação com Investidores 1, em 2003 foram distribuídos mais de R\$49.000.000,00; em 2004, mais de R\$140.000.000,00; em 2005, mais de R\$156.000.000,00; e, somente até setembro

de 2008, mais de R\$76.000.000,00. Em menos de seis anos foram distribuídos aos investidores e acionistas quase R\$600.000.000,00, mais de meio bilhão de reais que saíram do suor dos trabalhadores de Minas Gerais, que pagam um valor absurdo por suas contas de água. De 2006 para cá, a tarifa de água e esgoto chegou a subir mais de 45%, e, com isso, foram distribuídos R\$246.000.000,00 de dividendos pela Copasa.

Portanto, os reajustes concedidos, com certeza, oneram os consumidores de forma desproporcional, excessiva e totalmente injusta e desumana. Por isso é importante acreditarmos na mobilização, na união e na luta. Temos que acreditar. Nossa campanha por uma tarifa justa para a conta de água não vai parar por aqui. Vamos continuar a lutar e cobrar que a Copasa cumpra com sua responsabilidade. A Copasa assinou contratos - até com muitas cidades - em que o departamento era municipal.

Quero destacar aqui o exemplo da cidade de Contagem. A Copasa assumiu o contrato em 1974 para um prazo de exploração de 100 anos. São 150 mil domicílios, com uma arrecadação aproximada de R\$10.000.000,00 por mês, sem pagar nenhum imposto. Recebeu todas as estações e tudo o que tinha de graça da Prefeitura, sem pagar nenhum centavo de imposto. Só de ISS a Copasa deveria pagar R\$3.000.000,00 por ano e está totalmente isenta de qualquer tributação.

Além de tudo isso, a Copasa não cumpre com suas responsabilidades. Foi feito um convênio com a Prefeitura de Contagem em 2004, em torno de R\$116.000.000,00, e a Prefeitura ainda teria que dar uma contrapartida de 30%, mais de R\$35.000.000,00. Infelizmente, não havia nenhum aditivo para renovação do contrato. É necessário que o contrato seja renovado, senão as obras de saneamento da cidade de Contagem vão parar. Quais as obras que correm risco de paralisação? Os córregos dos Bairros Alterosa, Nacional, Parque São João, Bacia da Pampulha, Córregos Maracanã e Imbiruçu e Bacia de Várzea das Flores. Sabem quantas mil pessoas jogam esgoto nessas bacias? Mais de 200 mil pessoas, e o esgoto é jogado nas Bacias da Pampulha e de Várzea das Flores sem nenhum tratamento. Essa é uma responsabilidade da Copasa porque a população da Região Metropolitana e do resto do Estado paga muito caro pelo tratamento de esgoto e um valor absurdo pela água. E, infelizmente, a Copasa não está cumprindo sua responsabilidade, jogando detritos e esgoto nos lagos, provocando uma enorme poluição. Sabemos que a caixa d'água da Região Metropolitana está em Contagem.

Então, se essas obras pararem, não haverá possibilidade de despoluir a Lagoa da Pampulha nem a Bacia de Várzea das Flores, e não haverá condições de dar prosseguimento às obras. Tudo se inicia ali, em Contagem. Então é muito importante que se renove o convênio e que essas obras continuem. Parabenizo a Prefeita de Contagem, Marília Campos, que está comprometida com a questão, inclusive está fazendo uma reunião com a diretoria da Copasa e reuniu grande parte dos Deputados numa coletiva aqui, na Casa, a fim de contar com o apoio de todos os parlamentares, objetivando sensibilizar a Copasa a dar continuidade aos trabalhos de despoluição e de saneamento básico em Contagem.

Enfim, Sr. Presidente, agradeço o apoio que vimos recebendo, bem como o carinho de todas as pessoas. Em nosso gabinete, recebemos "e-mails", fax, cartas e telefonemas parabenizando-nos por nosso trabalho. Estamos cumprindo nada mais do que a nossa responsabilidade. Daremos prosseguimento à nossa luta por um preço justo no valor da conta de água da Copasa. Continuaremos, inclusive, com representações envolvendo os departamentos municipais, onde não houver a Copasa. Se houver aumento e não for respeitada a Lei nº 11.445, de 2007, entraremos na Justiça. Todas as cidades, atendidas pelo departamento municipal ou pelo departamento privado, são obrigadas a ter uma agência que regule o setor. Não se pode colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. É necessário haver um órgão que regule o setor, com a participação da sociedade, das entidades dos Municípios, a fim de analisarem a planilha e verem se realmente é necessário o reajuste. Portanto é necessário o órgão fiscalizador. No caso da Copasa, como disse, é uma galinha tomando conta do galinheiro, pois o governo do Estado é acionista, e a Sedru é responsável por analisar os reajustes. Colocam, assim, os reajustes que querem, sem critério nenhum. A Lei nº 11.445 deixa bem claro que só pode haver reajuste se houver um órgão regulador. Assim, nos Municípios onde não os houver, solicitamos que os Vereadores, que as entidades, que a população entre em contato com o nosso gabinete para entrarmos com ações na Justiça. Não permitiremos nenhum aumento do valor da conta de água, seja pela Copasa, seja pelo departamento municipal, se não for dentro dos critérios que a legislação estabelece.

A nossa luta continua. Parabenizo todos os que contribuíram para essa campanha da Copasa. Até o momento, tivemos o êxito de impedir o reajuste. O jornal "Super" desta semana traz as seguintes manchetes a respeito do assunto: "Deputado Weliton Prado é o autor dos requerimentos que embasaram a ação do MP"; "Justiça proíbe Copasa de reajustar tarifas"; "Empresa queria reajustar as contas residenciais em 8,65%"; "Weliton Prado batalhou contra o reajuste"; "Reajuste seria no dia 1º". Então se trata de uma grande vitória. Nossa luta não pára por aqui.

Finalizando, digo que daremos prosseguimento à nossa campanha em relação ao DPVAT, ao seguro obrigatório. Em relação à Taxa de Licenciamento, estamos estudando uma Adin, pois ela é totalmente inconstitucional e não é cobrada pelos outros Estados. O IPVA, por sua vez, é um dos mais caros do Brasil. Se verificarmos quanto realmente vale o veículo, veremos que a população está pagando um valor muito acima do real. Estamos entrando, portanto, com ações com esse objetivo.

Parabenizo e agradeço a todos os que contribuíram com essa campanha, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. A nossa luta continua e com muita força, pois o valor da água da Copasa é alto, e tanto água como energia elétrica são serviços essenciais, que não podem ser tratados como mercadoria. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha nesta Casa do povo mineiro, ou que nos assiste pela TV Assembleia; nesta tarde quero trazer à reflexão dos colegas a grave preocupação com um dos setores que, historicamente, fazem o desenvolvimento de Minas Gerais e do País. Mais uma vez, esse setor amarga enorme prejuízos, e não podemos associá-los à crise internacional, porque vejo muito mais o indicativo de especulação e exploração. Refiro-me ao produtor rural, de modo especial o produtor de café, que enfrenta dificuldades todos os anos. Fui produtor de café e conheço bem o assunto. Muitas pessoas, ao tomarem um cafezinho, não fazem idéia de quanto se trabalhou para que esse hábito saudável pudesse ser mantido, um hábito incorporado à vida da maioria dos brasileiros e à rotina de alimentação de boa parte da população mundial.

É bom frisar que o café - e já está absolutamente e cientificamente provado - é, sim, alimento saudável, com uma série de propriedades que contribuem para uma boa saúde. E, em especial, o café tem propriedades conhecidas por todos, é um estimulante que não traz graves prejuízos.

Portanto, é algo que se incorpora a trabalhos científicos em que se demonstra com clareza que nas escolas em que há disponibilidade do café para as crianças - ele puro ou associado ao leite - a criança permanece mais atenta, mais envolvida, mais motivada a participar das atividades, usando um alimento que é um estimulante saudável. Não vou me alongar nesse aspecto porque a história, os nossos hábitos e a nossa cultura se encarregaram de mostrar que o cafezinho faz parte da rotina. Há o café da manhã, ao despertarmos, ao partirmos para um dia de trabalho. Há o café como um alimento para o trabalhador no seu pequeno intervalo, o trabalhador da construção civil, da lavoura, e tantos outros. Mas esse café é produzido numa atividade considerada lavoura perene, anual, e não da forma como se vai ali e se colhe o grãozinho de café que a natureza trouxe. Trata-se de uma lavoura extremamente exigente. Ela está sujeita a uma enormidade de pragas que se proliferam de forma muito rápida e exigem um combate permanente, de preferência de natureza preventiva, para evitar o uso excessivo de agrotóxicos. Trata-se de uma lavoura que exige muito investimento em adubação, que exige muita mão-de-obra.

E aí começa a entrar um aspecto social dessa atividade, que é extremamente relevante: é a atividade agrícola que mais emprega. E isso disparado, longe de comparação com outras atividades. É a atividade agrícola que mais emprega em Minas Gerais. São milhões de mineiros que se sustentam a partir do trabalho na cadeia produtiva do café, desde a sua produção nas fazendas, passando pela fase de implantação da

lavoura até a colheita, o beneficiamento, o transporte, a comercialização e a industrialização. E ele não se limita a gerar benefício direto em dezenas, centenas de cidades mineiras, cidades cuja economia gira em torno do café. Ele gera emprego na fazenda, na cidade e gera divisas para o Brasil. Ao longo da nossa história, o café fez e continua fazendo a história e o crescimento de Minas e do Brasil. Ele é um dos principais produtos da nossa balança comercial. Quando o governo vem a público e diz: "O Brasil está superavitário, exporta mais do que importa. Estão entrando milhões em dólares no Brasil", é o suor de quem está trabalhando e produzindo o café que é exportado para o mundo inteiro.

O Brasil responde por cerca de 50% da produção de café de todo o mundo. Estamos longe de ser o país que mais bebe café. São muitos os que consomem muito mais café que os brasileiros, a América do Norte, até mesmo os argentinos.

Mas quero chegar a essa exploração criminoso contra o produtor de café, e há necessidade de que o governo acorde para isso, porque ele não estará atendendo a um fazendeiro isoladamente ou a um produtor. Eu insisto: são milhões de pessoas cujo emprego depende dessa atividade.

Houve, na década de 30, uma quebraadeira em Minas e em São Paulo por causa da Bolsa de Nova York, de falta de uma política pública para o café, e houve um ciclo de miséria. Isso porque milhões de pessoas perdem o emprego, perdem a possibilidade de ter uma vida digna. É curioso, pois, falar que se vai fechar uma empresa, uma indústria qualquer que gere 200, 300, 500 empregos - o que realmente é uma tragédia -, vira manchete nos jornais; há quase que uma comoção social. Agora, você começa a perder postos de emprego no campo, porque a atividade agrícola começa a ficar inviável, dando prejuízo, e parece que o governo não se sensibiliza com isso. Aí, vão inchar mais as cidades, aumentar as favelas, a criminalidade.

Então, a atividade do café gera emprego, gera receita para o País. E agora acontece, mais uma vez, uma coisa inaceitável. Quando digo que está dissociado da crise mundial, é porque quando se vêem - e eu vi com tristeza - as siderúrgicas interromperem o alto-forno, demitirem funcionários, há uma explicação lógica: pararam de exportar.

É claro, Deputado Ademir Lucas, se a indústria parou de funcionar, provavelmente não terá opções. É preciso ter sensibilidade, e não ir, inicialmente, logo sacrificando o operário, o trabalhador. Mas, no caso do café, continuamos exportando esse produto para o mundo inteiro. Seu consumo cresceu e continua crescendo no Brasil. A China, que historicamente só tomava chá, passou a tomar café e está aumentando seu consumo. A Índia, que, da mesma forma, não tinha esse hábito, passou a incorporá-lo. Como se vê, o consumo de café no mundo, assim como no Brasil, está aumentando. As exportações continuam. O preço para a produção do café aumentou assustadoramente no ano passado, porque o adubo, a mão-de-obra, o salário mínimo e o dólar subiram. Isso tem impacto na exportação, e como consequência o exportador ganha mais. Vendi café a R\$300,00 no ano passado e hoje, se quiser vender a R\$250,00, tenho de correr atrás para achar um comprador, que não me dá a garantia de que vá pagar corretamente e em dia. Isso é um crime contra o produtor. E por que isso? Porque, mais uma vez, o governo promete financiar, para que se faça um estoque regulador, mas na verdade não age, fica somente nas promessas. O dinheiro do Funcafé, por exemplo, não apareceu. O governo não deu mais crédito ao produtor que precisou refinar a sua dívida por não ter como pagá-la. Ele fez o refinanciamento, mas precisava de mais crédito para dar continuidade ao seu negócio. Com isso, ele foi excluído do processo de liberação de crédito. Conseqüentemente, a agricultura está sendo asfixiada. Faço este grito de alerta em nome de milhões de trabalhadores e produtores rurais, pessoas que estão perdendo seu trabalho no campo e entrando em desespero, pois não têm como pagar suas dívidas. Fatalmente não vão renovar suas lavouras. Embora elas sejam consideradas perenes, não são eternas. Duram mais de um ano, diferentemente do milho e da soja, que são lavouras anuais. Planta-se, colhe-se; depois, planta-se novamente. Já o café é plantado e pode sobreviver por mais de uma década, produzindo mais de uma safra; todavia, se essa lavoura não for adubada, cultivada adequadamente, se não houver controle das pragas, o investimento será perdido. A lavoura praticamente morrerá, e assim vai se tornar antieconômica. O custo da colheita chegará a ser maior que o volume colhido, e o governo sabe disso. A Embrapa tem as planilhas mostrando que hoje uma saca de café custa para o produtor, aproximadamente, R\$300,00. No entanto o governo não assume uma política pública que dê o mínimo de segurança ao setor, garantindo-lhe a continuação de sua produção. E, pior, assiste à exploração criminoso do setor. Não virei aqui pedir dinheiro ao governo para salvar o setor, mas autoridade, compromisso e, principalmente, uma atitude que impeça a especulação dos grandes cartéis da indústria do adubo que roubam o dinheiro do produtor. Inicialmente o petróleo estava subindo, Deputado Ademir Lucas. Então a indústria do adubo alegava: "Olha, o nosso produto é derivado do petróleo e um barril desse produto já chegou a US\$120,00; por isso o preço do adubo dobrou". O preço do petróleo, em 2007 e em 2008, esteve por volta de US\$60,00, US\$50,00. Na verdade, esteve até um pouquinho menos, mas depois chegou a US\$120,00. Alegavam que, por isso, o preço havia dobrado, mas o nosso produto não aumentou. O preço do petróleo foi caindo, e não se sabe exatamente quanto está custando hoje. Provavelmente o barril estará custando menos que US\$50,00. Então o preço do petróleo baixou para os valores originais - ou até menos -, de dois e três anos atrás. No entanto o preço do adubo não baixou praticamente nem um centavo. Na verdade, houve uma redução simbólica de 5%, e isso aconteceu porque as vendas pararam, porque não foi possível comprar o produto, e não porque o petróleo baixou. Isso é crime, e o governo federal sabe disso. Ele é que tem o poder. Refiro-me a grandes grupos multinacionais, e não a uma empresa que está em Belo Horizonte, em Minas Gerais. Existe a lei dos cartéis, e o governo tem como agir, pois conta com o Cade, conselho que regula as atividades econômicas de interesse público.

Agora existe também o cartel dos compradores, o cartel dos grandes exportadores, que dizem ouvir falar em crise, mas, no caso do café, sabem que existe mercado para vendê-lo, e é por isso mesmo que eles combinam, entre si, baixar o preço. Sendo assim, o pequeno e o pobre do produtor não têm alternativa a não ser ver o seu produto ser entregue por um preço abaixo do que custou no dia-a-dia. Trago essa denúncia, fazendo da minha voz a voz de milhares de produtores rurais. Eu me referi ao café, mas o mesmo ocorre com o leite, que também sofre de forma dura.

Fiz um projeto de lei que foi aprovado no final do ano passado - já é lei - e que ameniza um pouco o sofrimento no âmbito do imposto estadual. Estamos fazendo a nossa parte, para que ninguém venha dizer que cobramos somente do governo federal. O governo do Estado também tem o dever de fazer, e fizemos. O Governador sancionou a nossa lei, dando 100% de isenção do ICMS ao produtor rural na venda do café, do leite e dos demais produtos agrícolas em geral. E, mais, dando ao produtor o direito de transferir um crédito presumido para a empresa que comprou dele o produto, fazendo com que esse produto agregue algum valor para diminuir o imposto final que a empresa vai pagar. Isso porque, no caso do leite, por exemplo, transfere-se o crédito, ou seja, o produtor não paga nada de imposto, de ICMS, e a cooperativa ou o laticínio creditam 12% sobre o valor do leite que compraram do produtor. É um avanço que não resolve, porque é preciso que haja uma política nacional de preço justo - não é nem de preço mínimo - para diminuir um pouco o sofrimento, e quem poderá estabelecer essa política é o governo federal, é o Tesouro Nacional. Historicamente, sempre foi assim; não é porque estamos no governo Lula e eu sou do PSDB que agora estou cobrando isso dele. Eu também cobrava no período do Presidente Fernando Henrique, e amanhã, seja qual for o Presidente, caberá a ele fazer política pública de regulação de preços no País inteiro. Não há como existir um preço mínimo em Minas, e outro, em São Paulo. O preço tem de valer para o País inteiro, mediante regulação nacional. Isso é governar, é ter autoridade.

Por falar em autoridade, ela deve ser usada em benefício do povo, e não, em benefício dos banqueiros, como está acontecendo. O governo baixou o compulsório e injetou, Deputado Ademir Lucas, o maior volume de dinheiro nos bancos quando da crise. Tudo bem. Os bancos são o aparelho circulatório da economia; por isso, se entrarem em colapso, o mesmo ocorrerá com a economia. Mas os bancos não correm risco de colapso, visto que estão tendo bilhões de lucro. Quem está correndo risco é quem produz, quem sua a camisa. Contudo, o dinheiro não está chegando até o pequeno produtor rural, o trabalhador e as indústrias siderúrgicas. Esse é o alerta que faço ao governo, que não nos engana mais quando diz colocar dinheiro na economia, no BNDES. O dinheiro não está chegando à ponta, e, como não chega, o produtor fica desesperado e tem de vender o produto. Aí vem o especulador, o explorador e compra uma saca de café por um preço aviltante.

Digo que fiz da minha voz a voz de milhares que vão se reunir em Varginha. Concluo, Presidente, levando esse convite a todos os trabalhadores e produtores rurais, não só de café. Na maioria das cidades do Sul de Minas e em Patos de Minas, por exemplo, que é a cidade do nosso querido Deputado Hely Tarquínio, o café é importante na economia, já que ele faz girar não só a economia do campo, mas também a da cidade. É por isso que vamos nos reunir em Varginha, na próxima segunda-feira, dando um grito de socorro: o S.O.S. Café. Do contrário,

não será apenas um fazendeiro que quebrará e poderá mudar de atividade e até vender a fazenda: serão milhares de pessoas que deixarão de trabalhar. O nosso país, que é o maior exportador de café do mundo, poderá deixar de sê-lo, e este superávit que o governo se vangloria de ter na balança comercial deixará de existir. Está na hora de atender a uma atividade que durante a vida inteira atendeu e serviu ao Brasil. Muito obrigado, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/3/09, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Luciano Jose de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Livia Cravina Teixeira de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2008

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de solução completa para digitalização dos processos de captura ("ingest"), edição, armazenamento e automação da exibição ("payout") dos conteúdos de áudio e vídeo da TV Assembleia.

Pregoeira vencedora: Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 13 de março de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2009

Objeto: aquisição de cordão personalizado em poliéster. Pregoeira vencedora: Supercard Identificação e Segurança Ltda.

Belo Horizonte, 13 de março de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 31/3/2009, às 14h15min, pregoão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global mensal, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa, por um período de 12 meses, para o fornecimento de lanches aos servidores e prestadores de serviços terceirizados da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 30/3/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de câmeras pinhole e DVRs portáteis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 11/3/2009, na pág. 42, col. 3, onde se lê:

"Romulo Novais Coelho", leia-se:

"Romulo Novais Fernandes Coelho".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 13/3/2009, na pág. 45, col. 1, onde se lê:

"Vanaldo Alves Martins", leia-se:

"Vanaldo Alves Rocha".